



OK
Revisado
Julho V

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA-SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TAQUIGRAFIA

16ª SESSÃO ORDINÁRIA

1/2

279 LAUDAS

DATA: 01.04.93

HORA: 9:50

13:20

16ª Sessão

(1)

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIOGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SUMÁRIO.

. SUMÁRIO

I - ATA DA 163ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 01 DE ABRIL DE 1993-

I «1 - ABERTURA

1.2 - PEQUENO EXPEDIENTE

1.2.1 - COMUNICADOS DA MESA

Ofício Interno nº 030/93 do Gabinete do Deputado Padre Jonas.

Ofício Interno nº 023/93 do Deputado Maurílio Silva.

Ofício nº 056/93, do Gabinete do Deputado Carlos Alberto.

Memorando nº 034/93 do Gabinete do Deputado Peniel Pacheco.

Ofício nº 030/93 do Gabinete da Deputada Lúcia Carvalho.

Mensagem nº 038/93 do Br. Governador do Distrito Federal..

Projeto de lei de autoria do Deputado Fernando Naves.

Indicação de autoria do Deputado Jorge Cauhy.

Xndicação de autoria do Deputado Jorge Cauhy.

Mocção de autoria do Deputado Fernando Naves.

Mocção de autoria do Deputado Fernando Naves.

Indicação de autoria do Deputado Gílson Araújo.

Indicação de autoria do Deputado Gílson Araújo.

Indicação de autoria do Deputado Gílson Araújo.

Indicação de autoria do Deputado Gílson Araújo.

Indicação de autoria do Deputado Gílson Araújo.

Indicação de autoria do Deputado Gílson Araújo.

Indicação de autoria do Deputado Gílson Araújo.

Indicação de autoria do Deputado Gílson Araújo.

Indicação de autoria do Deputado Gílson Araújo.

Indicação de autoria do Deputado Gílson Araújo.

Indicação de autoria do Deputado Gílson Araújo.

Indicação de autoria do Deputado Gílson Araújo.

Indicação de autoria do Deputado Gílson Araújo.

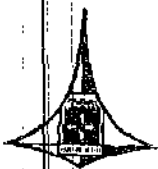
Indicação de autoria do Deputado Gílson Araújo.

Indicação de autoria do Deputado Gílson Araújo.

Xndicação de autoria do Deputado Gílson Araújo.

Indicação de autoria do Deputado Gílson Araújo.

Xndicação de autoria do Deputado Gílson Araújo.



Indicação de autoria do Deputado Gílson Araújo.
Indicação de autoria do Deputado Gílson Araújo.
Indicação de autoria do Deputado Gílson Araújo.
Indicação de autoria do Deputado Gílson Araújo.
Indicação de autoria do Deputado Gílson Araújo.
Moção de autoria do Deputado Wasny de Roura.
Requerimento de autoria do Deputado Padre Jonas e
outros.
Projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Roriz.
Recurso de autoria do Deputado Aroldo Satake e outros.
Mensagem nº 039/93 do Sr. Governador do Distrito
Federal.*
Mensagem nº 040/93 do Sr. Governador do Distrito
Federal.*
Mensagem nº 041/93 do Sr. Governador do Distrito
Federal.*
Requerimento de autoria do Deputado Edimar Pireneus.*
Recurso de autoria do Deputado Peniel Pacheco e
outros.*
Requerimento de autoria do Deputado Agnelo Queiroz.*
Projeto de lei de autoria do Deputado Agnelo Queiroz.*
Requerimento de autoria do Deputado Agnelo Queiroz.*
Requerimento de autoria do Deputado Geraldo Magela.*
Requerimento de autoria do Deputado Geraldo Magela.*
Requerimento de autoria do Deputado Agnelo Queiroz.*
Ofício Interno nº 024/93 do Gabinete do Deputado Tadeu
Roriz.*
Ofício Interno nº 025/93 do Gabinete do Deputado Tadeu
Roriz.
Moção de autoria do Deputado Wasny de Roura.*
Moção de autoria do Deputado Wasny de Roura.*
Requerimento de autoria do Deputado Pedro Celso.*
Recurso de autoria do Deputado José Edmar e outros.*
Recurso de autoria do Deputado Carlos Alberto e
outros.*
Requerimento de autoria de vários Deputados.***
Moção de autoria de Deputado Agnelo Queiroz e
outros.***

* - (Lido após o pronunciamento do Deputado Edimar
Pireneus.)

»* - (Lido após o 1º item da Ordem do Dia.)

*** - (Lido após o 18º item da Ordem do Dia.)

1.2.2 - COMUNICADOS D LÍDERES

DEPUTADO GERALDO MAGELA, em nome da Bancada do PT.

DEPUTADO SALVIANO GUIMARÃES, em nome da Bancada do PDT.

DEPUTADO AGNELO QUEIROZ, em nome do PC do B.

DEPUTADO CARLOS ALBERTO, em nome do PPS.

DEPUTADO JOSÉ ORNELLAS, em nome do Bloco Trabalhista
Liberal.

DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS, em nome do Governo.

DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS, em nome do Governo.

1.2.3 - COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADO TADEU RORIZ (PP)
 DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT)
 DEPUTADA ROSE MARY MIRANDA <PP>
 DEPUTADO SALVIANO GUIMARÃES (PDT)
 DEPUTADO GERALDO MAGELA (PT)
 DEPUTADO PEDRO CELSO (PT) i
 DEPUTADA LÚCIA CARVALHO (PT)
 DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS (PP)

1.3 - ORDEM DO DIA

Item 3: Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 684/92, de autoria da Deputada Rose Mary Miranda.

Item 2: Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 689/92, de autoria do Deputado Agnelo Queiroz.

Item 3: Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 351/92, de autoria do Deputado Pedro Celso.

Item 4: Discussão e votação, em 2º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 336/92, de autoria da Deputada Lúcia Carvalho.

Item 5: Discussão, em 2º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 148/91, de autoria do Deputado Maurílio Silva.

Item 6: Discussão, em 2º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 222/91, de autoria do Deputado Edimar Pireneus.

Item 7: Discussão, em 1º turno, 4º dia, e votação do Projeto de Lei nº 310/92, de autoria Deputado Peniel Pacheco»

Item 8: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 359/92, de autoria do Deputado Geraldo Magela.

Item 9: Discussão e votação das Indicações nºs:

- 132/92, de autoria do Deputado Maurílio Silva.
- 168/92, de autoria da Bancada do PT.
- 218/92, de autoria do Deputado Salviano Guimarães.
- 272/92, de autoria do Deputado Padre Jonas.
- 284/92, de autoria do Deputado Salviano Guimarães.
- 291/92, de autoria do Deputado Carlos Alberto.
- 313/92, de autoria do Deputado Manoel de Andrade.
- 328/92, de autoria do Deputado Wasny de Roure.
- 352/92, de autoria do Deputado Salviano Guimarães.
- 360/92, de autoria do Deputado Maurílio Silva.

- 372/92, de autoria do Deputado Padre Jonas.

ITEM 10: Discussão e votação das Moções nºs:

- 102/93, de autoria do Deputado José Edmar.
- 103/93, de autoria do Deputado Wasny de Roure.
- 104/93, de autoria do Deputado Tadeu Roriz.
- 105/93, de autoria do Deputado Tadeu Roriz.
- 106/93, de autoria do Deputado Tadeu Roriz.
- 107/93, de autoria do Deputado Tadeu Roriz.
- 108/93, de autoria do Deputado José Edmar.
- 109/93, de autoria do Deputado José Edmar.
- 110/93, de autoria do Deputado José Edmar.
- 111/93, de autoria do Deputado José Edmar.

ITEM 11: Discussão e votação do Requerimento nº 1067/92, de autoria do Deputado Pedro Celso.

ITEM 12: Discussão e votação do Requerimento nº 1117/92, de autoria do Deputado Wasny de Roure.

ITEM 13: Discussão e votação do Requerimento nº 1328/92, de autoria do Deputado Agnelo Queiroz.

ITEM 14: Discussão e votação do Requerimento nº 1332/93, de autoria do Deputado Eurípedes Camargo.

ITEM 15: Discussão e votação do Requerimento nº 1348/93, de autoria do Deputado Jorge Cauhy.

ITEM 16: Discussão e votação do Recurso nº 029/92, de autoria do Deputado Padre Jonas e outros.

ITEM 17: Discussão e votação do Recurso nº 030/92, de autoria do Deputado Agnelo Queiroz e outros.

ITEM 18: Discussão e votação da Redação Final do Projeto de Lei nº 684/92, de autoria da Deputada Rose Mary Miranda.

ITEM 19: Discussão e votação da Redação Final do Projeto de Lei nº 351/92, de autoria do Deputado Pedro Celso.

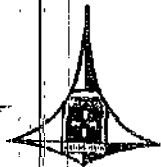
ITEM 20: Discussão e votação da Redação Final do Projeto de Lei nº 336/92, de autoria da Deputada Lúcia Carvalho.

ITEM 21: Discussão e votação do Requerimento s/nº, de autoria de vários Deputados.

1.4- COMUNICADOS

1.5 - ENCERRAMENTO

DA PRESIDÊNCIA
convocação dos Srs. Deputados
para Sessão Extraordinária
a realizar-se às ~~17~~ 17 horas de hoje.



**1 - ATA DA 163 Sessão Ordinária, em 01 de Abril de 1993.
- 33 Sessão Legislativa da 13 Legislatura -**

PRESIDÊNCIA: Deputados Rose Mary Miranda, Lúcia Carvalho, Peniel Pacheco, Claudio Monteiro e Jorge Cauhy.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

PREÂMBULO: Às 09 horas e 50 minutos, compareceram os seguintes Deputados: i

.... Deputado Agnelo Queiroz (PC do B), Deputado Aroldo Salgueiro (PP), Deputado Carlos Alberto (PPS), Deputado Claudio Monteiro (PDT), Deputado Edimar Pireneus (PP), Deputado Eurípedes Camargo (PT), Deputado Fernando Naves (PP), Deputado Geraldo Magela (PT), Deputado Gilson Araújo (PP), Deputado Padre Jonas (PP), Deputado Jorge Cauhy (PL), Deputado José Edmar (sem partido), Deputado José Orneilas (PD), Deputada Lúcia Carvalho (PT), Deputado Manoel de Andrade (PP), Deputada Maria de Lourdes (PSDB), Deputado Maurício Silva (PP), Deputado Pedro Celso (PT), Deputado Peniel Pacheco (PTB), Deputada Rose Mary Miranda (PP), Deputado Salviano Guimarães (PDT), Deputado Tadeu Rorl (PP) e Deputado Wasny de Roura (PT).

1.1 - ABERTURA

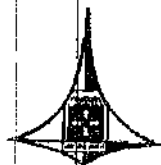
O Sr. Deputado Jorge Cauhy, no exercício da Presidência:

— Havendo número regimental, declaro aberta a presente sessão.

80b a proteção de Deus, Iniciamos os nossos trabalhos.

1.2 - PEQUENO EXPEDIENTE

1.2.1 - COMUNICADOS PA MESA



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

1.2.2 - COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADO GERALDO MAGELA, em nome da Bancada do PT.

- Comentários sobre as diretrizes do Orçamento Geral da União aprovado ontem, no Congresso Nacional.
- Referências ao projeto de resolução que cria o Comitê de Defesa do DF.

DEPUTADO SALVIANO OLIVEIRA, em nome da Bancada do PDT.

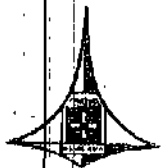
- Considerações sobre o Orçamento Geral da União, ressaltando a necessidade de independência financeira nas áreas de saúde, educação e segurança do DF.

DEPUTADO AGNELO QUEIROZ, em nome do PC do B.

- Leitura do fax enviado pela FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas, protestando contra ação arbitrária sofrida pelo Jornal "Folha do Gama".

DEPUTADO CARLOS ALBERTO, em nome do PPS.

- Apresentação das seguintes proposições:



DEPUTADO GERALDO MAGELA (PT)

- Considerações sobre o procedimento para alienação de bens públicos no DF.

DEPUTADO PEDRO CELSO (PT)

- Ponderações sobre as consequências da greve dos servidores do DF.
- Informações sobre a "Passeata pela Paz Contra a Violência", organizada pelas entidades do Movimento Popular do Setor "O", da Ceilândia.
- Alusão ao lançamento do Livro "Jornalismo de Brasília - Impressões e Vivências".

DEPUTADA LÚCIA CARVALHO (PT)

- Pronunciamento sobre a situação da educação no DF.
- Referências aos repasses de verbas para as áreas da saúde, educação e segurança.

DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS (PP)

- Solicitação de cópias dos pronunciamentos realizados pelos Deputados Geraldo Magela, Carlos Alberto, Pedro Celso e Lúcia Carvalho, nesta sessão.
- Comentários sobre matéria intitulada "País se unem e abrem escolas mais baratas", publicada no "Jornal do Brasil", dia 28 de março último.
- Enfoque sobre o projeto que cria Programa de Cooperativa de Ensino no DF - Proensino.

1.3 - ORDEM DO DIA

Discussão e votação» em 29. turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 684/92, de autoria da Deputada Rose Mara Miranda, que "Concede Títulos de Cidadãos Honorários de Brasília ao Diretor-Presidente do Jornal Correio Brasiliense, Dr. Paulo Cabral de Araújo e a ex-primeira dama do País, Srª Sarah Kubitschek". **APROVADO** com 17 votos favoráveis e 07 ausências.

Discussão e votação, em 10. turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 689/92, de autoria do Deputado Agnelo Queiroz, que "Suspende os efeitos da Lei nº 275 de 17 de Junho de 1992, e dá outras providências".
- Parecer contrário do Relator da CEEF, Deputado Oílson Araújo» **APROVADO** com 10 votos favoráveis, 08 votos contrários e 04 ausências.

Discussão e votação, em 3a turno, do Projeto de Lei nº 351/92, de autoria do Deputado Pedro Celso, que "Autoriza o Poder Executivo a criar Sistemas de Capacitação e Profissionalização de Pessoal para a área sócio-cultural". **APROVADO** com 19 votos favoráveis e 05 ausências.

Discussão e votação, em 2º turno, 18 dia, do Projeto de Lei nº 336/92, de autoria da Deputada Lúcia Carvalho, que "Dispõe sobre o livre acesso dos Deputados Distritais aos estabelecimentos destinados ao cumprimento de pena criminal e outros estabelecimentos". **APROVADO** com 19 votos favoráveis e 05 ausências.

Discussão, em 2º turno, 1ª dia, do Projeto de Lei nº 148/91, de autoria do Deputado Maurílio Silva, que "Autoriza a instituição de Programa de Alimentaçaõ Infantil". **DISCUTIDO**.

Discussão, em 2º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 222/91, de autoria do Deputado Edimar Pireneus, que "Autoriza o Governo do Distrito Federal a instituir abono de ponto bimestral para pais e responsáveis de crianças em Idade escolar". **DISCUTIDO**.

Discussão, em 1º turno, 4º dia, e votação do Projeto de Lei nº 310/92, de autoria Deputado Peniel Pacheco, que "Dispõe sobre a adoção de praças, Jardina públicos e balões rodoviários, por entidades e empresas e dá outras providências". **APROVADO** com 13 votos favoráveis e 04 ausências.

Discussão, em 1º turno, 3ª dia, do Projeto de Lei nº 359/92, de autoria do Deputado Geraldo Magela, que "Autoriza a criação do grupamento de voluntários do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal". **DISCUTIDO**.

Discussão e votação das Indicações nºs

- 132/92, de autoria do Deputado Maurílio Silva, que "Sugere ao Poder Executivo a construção de duas pistas laterais a Estrada Contorno de Taguatinga - DF".

- 168/92, de autoria da Bancada do PT, que "Sugere ao Governador do DF a alteração de percurso de linha de transporte coletivo em Sobradinho".

- 218/92, de autoria do Deputado Salviano Guimarães, que "Sugere ao Governador do DF a instalação das associações de crianças e adolescentes em galpão comunitário em Ceilândia - DF".

- **272/92**, de autoria do Deputado Padre Jonas, que "Sugere ao Governo do DF a Instalação de Posto de Fiscalização do PROCON, na Cidade-Satélite de Taguatinga".

- **284/92**, de autoria do Deputado Salviano Oulmarães, que "Sugere ao Governador do DF a execução de obra de urbanização compreendendo a pavimentação asfáltica da QNN 25 do conjunto 'B' no 'B' dm Ceilândia".

- **291/92**, de autoria do Deputado Carlos Alberto, que "Sugere ao Poder Executivo a inauguração de uma praça ou logradouro público no Distrito Federal e» homenagem ao povo palestino".

- **313/92**, de autoria do Deputado Manoel de Andrade, que "Sugere ao Governador do DF a regularização de algumas quadras do» setores Norte e Sul de Taguatinga".

- **328/92**, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "Sugere ao Governador do DF a construção de uma quadra desportiva polivalente na Península Norte".

- **352/92**, de autoria do Deputado Salviano Gufmarães, que "Sugere ao Governador do DF a construção de abrigos para passageiros de ônibus ao longo da DF-005, antiga Estrada Parque Tamandua".

- **360/92**, de autoria do Deputado Maurício Silva, que "Sugere ao Governador do DF a construção de um hospital em Taguatinga Sul, para atender a Samambaia, Riacho Fundo e Vila Areal".

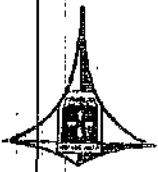
- **372/92**, de autoria do Deputado Padre Jonas, que "Sugere ao Governador do DF a construção de um posto de saúde em área especial da Quadra 02, próxima ao Conjunto C-13 da Cidade-Satélite de Sobradinho".

- **APROVADAS** com 18 votos favoráveis e 06 ausências. (Votação em bloco.)

Discussão e votação da» Moções nºs

- **102/93**, de autoria do Deputado José Edmar, que "Sugere ao Poder Executivo a destinação das instalações prediais da COLMEIA do Gama para Implantação de Campus Avançado da Fundação Universidade Regional do Distrito Federal - URB* naquela Região Administrativa".

- **103/93**, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "Solicita ao Comandante dm Polícia Militar do Distrito Federal a revogação da expulsão de policiais da PMDF e reautorizar desconto em folha de pagamento para os praças associados à Cooperativa Habitacional da PM e Bombeiros UNIPRAÇA".



- **104/93**, de autoria do Deputado Tadeu Roriz, que "Solicita ao Governo do DF a instalação de abrigos nas paradas de ônibus em Sobradinho II".

- **105/93**, de autoria do Deputado Tadeu Roriz, que "Solicita a NOVACAP a urbanização dos Centros de Saúde nºs 01 e 02, de Sobradinho, com a construção de estacionamento e plantio de árvores".

.... **106/93**, de autoria do Deputado Tadeu Roriz, que "Solicita ao Governo do DF a reforma do Galpão Joio de Barro e a urbanização do Centro de Tradições, com a construção de um estacionamento".

- **107/93**, de autoria do Deputado Tadeu Roriz, que "Solicita ao Governo do DF a criação da Assessoria de Cultura junto à Administração Regional de Sobradinho".

- **108/93**, de autoria do Deputado José Edmar, que "Solicita o encaminhamento de manifestação ao Ilmo. Sr. Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, reivindicando providências para que seja instalada uma agência de serviços postais, no Assentamento do Recanto das Emas - DF".

- **109/93**, de autoria do Deputado José Edmar, que "Solicita o encaminhamento de manifestação ao Ilmo. Sr. Presidente (JVA Telebrasil), reivindicando providências para a instalação de 02 telefones públicos comunitários, no Assentamento do Recanto das Emas - DF".

- **110/93**, de autoria do Deputado José Edmar, que "Solicita ao Poder Executivo providências para que sejam financiados postes-padrão de eletricidade para instalação imediata no Assentamento do Recanto das Emas - DF".

.... **111/93**, de autoria do Deputado José Edmar, que "Solicita ao Poder Executivo providências para que sejam promovidas melhorias de habitabilidade no Assentamento do Recanto das Emas - DF".

- **APROVADAS** com 18 votos favoráveis e 06 ausências. (Votação em bloco.)

Discussão e votação do Requerimento nº **1067/92**, de autoria do Deputado Pedro Celso, que "Solicita a convocação do Procurador Geral do DF para prestar esclarecimentos sobre providências a respeito de medidas adotadas em decorrência das conclusões da CPI das Causas Trabalhistas". **RETIRADO DE PAUTA A PEDIDO DO AUTOR.**

Discussão e votação do Requerimento nº 1117/92, de autoria do Deputado Wasny de Roura, que "Solicita VA organização de uma comissão para visita ao Jardim Zoológico, com objetivo de opinar sobre as condições de funcionamento do tfr^ão"* **APROVADO** por votação simbólica.

Discussão e votação do Requerimento nº 1328/92, de autoria do Deputado Agnelo Queiroz, que "Solicita voto de pesar da Câmara Legislativa do Distrito Federal pelo falecimento do insigne Dr. Albert Sabin". **APROVADO** por votação simbólica.

Discussão e votação do Requerimento nº 1332/93, de autoria do Deputado Eurípedes Camargo, que "Solicita a convocação do Sr. Presidente da Sociedade de Habitações de Interesse Social SHIS, a fim de prestar esclarecimentos sobre o processo de dist;rlbulçSo de lotes dos Programas de assentamentos". **APROVADO** com 09 votos favoráveis, 07 votos contrários e 08 ausências.

Discussão e votação do Requerimento nº 1348/93, de autoria do Deputado Jorge Cauhy, que "Solicita a não-realização de sessão na semana que vai de 05 a 09 de abril, correspondente à Semana filant"- **REJEITADO** com 15 votos contrários e 09 ausências.

Discussão e votação da Recurso nº 029/92, de autoria do Deputado Padre Jonas e outros, que "Recorre da decisão terminativa da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, sobre a Indicação nº 250/92, de autoria do Deputado Padre Jorras, que 'Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, a construção de monumento do Cristo Ecológico na Cidade-Satélite de Sobradinho na área em que especifica'". **REJEITADO** com 12 votos contrários, 03 abstenções e 09 ausências.

Discussão e votação do Recurso nº 030/92, de autoria do Deputado Agnelo Queiroz e outros, que "Recorre da decisão da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças - CEOF ao Projeto de Lei nº 103/91, que 'Autoriza o Executivo a instituir no sistema de transporte coletivo o *Passe do Desempregado* e dá outras providências'". **REJEITADO** com 11 votos contrários, 01 voto favorável, 03 abstenções e 09 ausências.

Discussão e votação da Redação Final do Projeto de Lei nº 684/92, de autoria da Deputada Rose MarH Miranda, que "Concede Títulos de Cidadãos Honorários de Brasília ao Diretor-Presidente do Jornal Correio Brasiliense, Dr. Paulo Cabral de Araújo e m ex-primeira dama do País, Srª Sarah Kubletchek". **APROVADA** por votação simbólica.

Discussão e votação da Redação Final do Projeto de Lei nº 351/92, de autoria do Deputado Pedro Celso, que "Autoriza o Poder Executivo a criar Sistemas de Capacitação e Profissionalização de Pessoal para a área sócio-cultural". **APROVADA** por votação nominal.

Discussão e votação da Redação Final do Projeto da Lei nº 336/92, de autoria da Deputada Lúcia Carvalho, que "Dispõe sobre o livre acesso dos Deputados Distritais aos estabelecimentos destinados ao cumprimento de pena criminal e outros estabelecimentos". **APROVADA** por votação simbólica.

Discussão e votação do Requerimento nº, de autoria de vários Deputados, que "Solicita a não-realização de sessão e suspensão dos serviços administrativos desta Casa na Quinta-Feira Santa". **APROVADO** com 13 votos favoráveis e 11 ausências.

1.4 - ENCERRAMENTO

A Sra. Deputada Rose Mary Miranda, no exercício da Presidência

Convoca os Srs. Deputados para sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 17 horas, com a seguinte Ordem do Dia:

- Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 681/92, de autoria do Deputado Tadeu Roriz.
- Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 758/93, de autoria do Executivo local.
- Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 759/93, de autoria do Executivo local.
- Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 035/93, de autoria do Deputado Edimar Pireneus.
- Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 697/92, de autoria do Executivo local.
- Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 762/93, de autoria do Executivo local.
- Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 761/93, de autoria do Executivo local.
- Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 779/93, de autoria do Deputado Geraldo Magela.
- Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 143/93, de autoria do Deputado Geraldo Magela.
- Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 774/93, de autoria do Executivo local.
- Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 665/92, de autoria do Executivo local.
- ... Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 792/93, de autoria do Executivo local.
- Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 809/93, de autoria do Executivo local.
- Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 810/93, de autoria do Executivo local.
- Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 811/93, de autoria do Executivo local.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 25 minutos.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: GILWÂNIA

REVISOR: NEY *dh*

HORA: 9:50 Nº: 0 05.1

DATA: 01.04.93

ORADOR:

O SR. PRESIDENTE (Jorge Cauhy) - Ha número regimental. Declaro

monte
aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Passo a Presidência dos nossos trabalhos ao Deputado Cláudio

Monteiro.

~~(O Sr. Deputado Cláudio Monteiro assume a Presidência.)~~

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Monteiro) - Convido o Deputado Eurí-

pedes Camargo a auxiliar ~~os~~ trabalhos da Mesa.

Há expediente sobre a mesa.

Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Eurípedes Camargo, pro-

ceder a leitura do mesmo.

~~(O Sr. Secretário, Deputado Eurípedes Camargo, procede à leitura~~

~~do seguinte.)~~

GILWANIA/NEY 01.04.93 9:50 • 0-05.2

(Continua o Sr. Secretário, Deputado Eurípedes Camargo)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PADRE JONAS

L100 EM

1/4/93

O.I.

Nº 030/93.Gab.11. Brasília, 19 de abril de 1993.

Sr. Presidente,

Sirvo-me do presente para informar a Vossa Excelência, que o Deputado PADRE JONAS VETTORACI, não comparecerá em Sessão Ordinária, de hoje, em virtude do mesmo estar acompanhando o (Governador Joaquim Domingos Roriz) nos trabalhos do Governo Itinerante no Vale do Amanhecer.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.

IVO TRAESEL
Chefe de Gabinete

Excelentíssimo Senhor
Deputado BENÍCIOTAVARES
Disto Presidente da Câmara Legislativa do
Distrito Federal
N E 3 T A

(Continua o Sr. Secretário Eurípedes Camargo)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

LIDO EM

1/4/93

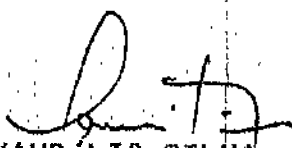
OI 023/93-QMS

Brasília, 12 de abril de 1993.

Sr. Presidente,

Ex VI do artigo 99 do Regimento Interno desta Casa, solicito a retirada do Projeto de Lei nº 489/92, que "Concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao V Embaixador de Israel Dr. DAVID EPHRAI.

Atenciosamente,


MAURÍLIO SILVA
Deputado Distrital

~~MEMORANDO nº 04.~~

s/Eliane

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado BENÍCIO TAVARES J
DD. Presidente da Câmara Legislativa do DF
N E S T A

JVA/rms

Chione/ney

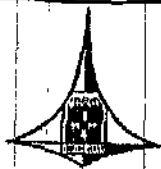
4.04.93

9:55

0.6.1

LIDO EM

1/4/93



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Peniel Pacheco
MEMO Nº 034/93 - GPP i,

Brasília, 31 de março de 1993.

Ao

GABINETE DA MESA DIRETORA

Câmara Legislativa do DF

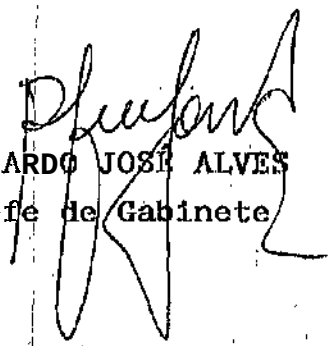
N e s t a

Senhor Presidente,

1 Informo a Vossa Excelência que, devido a compromissos assumidos em Goiânia, na tarde de 29 e manhã de, 30 de março, convidado que foi para participar de um fórum de debates sobre forma e sistema de governo, o Deputado Peniel Pacheco se viu impossibilitado de comparecer à Sessão Ordinária do dia 30 de março do corrente ano.

Justificada, portanto, a falta do Deputado na referida Sessão, renovo a Vossa Excelência minhas expressões de respeito

Atenciosamente,


RICARDO JOSÉ ALVES
Chefe de Gabinete

Edmar / mey

1.04.93 1

9:55

0.6.2

Z 100 EM
1/4/93

Of. nº 056/CL/GAB06/93

Brasília, 30 de março de 1993

Exmo. Sr.

Deputado Benício Tavares ;

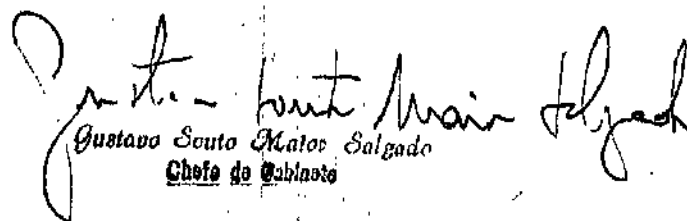
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Nesta

Senhor Presidente,

Solicito seja justificada a ausência do
Deputado Cario» Alberto n«t fiefitttSCo Ordinária do dia 30 do
correnie,Portet"partic<:ipVAdo,nomefimo horário,de reunião
realizada no Gabinete do prGisidente da Câmara dos Deputados,
para discussão sobre os cortes feitos nas verbas destinadas
no Distrito Federal no Orçamento da União.

Certo da compreensão de V.Exa, renovo meus
voto» de estima e consideração.


Gustavo Souto Mator Salgado
Chefe do Gabinete

Eliane /ney

1:04.93

9:55

0.6.3

L100 EM
1/4/93

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Brasília, 29 de março de 1993

OF. Nº 01-BTL/93

Senhor Presidente:

Informo a Vossa Excelência que, por um acordo de lideranças, os deputados do Bloco Trabalhista Liberal foram autorizados a comparecer aos debates realizados no auditório desta Casa, versando sobre sistemas e formas de governo, em horário coincidente com o da Sessão Ordinária do dia 23 de março último.

Atenciosamente,


Deputado JOSÉ ORNELLAS
Líder do Bloco Trabalhista Liberal

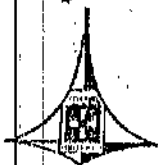
Ao Exmo. Senhor
Deputado DENÍCIO TAVARES
MD. Presidente da Câmara Legislativa do DF

Elione/ney

104.93

9:55

0.64



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 31 1 03 /93

REFERÊNCIA : OF, Nº 01/BTL/93

ASSUNTO : Justificativa de ausência a Sessão Ordinária de 23.03.93.

INTERESSADO : Líder do BTL

À Assessoria de Plenário e Distribuição,

por ordem do Senhor Presidente.

LAERTE DE PAULA PEREIRA

Chefe de Gabinete

Glione/ney

10493

9:55

0.65



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 31/03/93

REFERÊNCIA : OF. 028/93 - GAB

ASSUNTO : Justificativa de ausência a sessão

INTERESSADO : Dep. José Ornellas

À Assessoria de Plenário e Distribuição, de ordem do Sr. Presidente.

LAERTE DE PAULA PEREIRA
Chefe de Gabinete,

0.66

2100 E
1/4/93

Brasília, 29 de março de 1993.

Informo, m Vossa Excelência que raKtiv® ausente por ocasião dVAlii chamadas realizadas durante VA abertura dVA Sessão Extraordinária do dia 26 de março último, em virtude de compromisso externo, inmdiaável - ligado k minha atividade parlamentar... marcado com antecedência e envolvendo liijervanças comunitVÁRIVAS com as quais não poderia mais me comunicar, uma vez que a Sessão Extraordinarim em telm foi convocada ao fcnwlnno da Sessão realizada na noite de 25 de março.

Annaly

Deputado JOSÉ ORNELLAS

Deputado BENICIO TAVARES

Pr(í?g Idente <la (!)ImVara, Lesie/wí;lva do,Ol"

16150

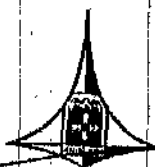
Eliane/mey

10493

1.00

0.67

21.00 em
1/4/93



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

OFICIO LC Nº 030 /93 - I

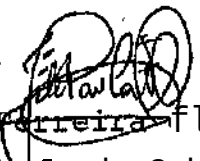
Brasília, 29 de março de 1993

Senhor Presidente,

Venho por meio deste instrumento apresentar a V.Exa. , justificativa de ausência da Deputada Lúcia Carvalho ,na Sessão Extraordinária de 29.03.93:

A referida parlamentar ausentou-se desta Sessão por- que como integrante da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania desta Casa Legislativa, cumpria compromisso de visi- tação ao Núcleo de Custódia de Brasília - Papuda, juntamente com outros parlamentares.

Respeitosamente,


Juarez Ferreira de Paula Filho
Chefe de Gabinete
Deputada Lúcia Carvalho

Exmo. Sr.
Deputado Benício Tavares
Presidente da Câmara Legislativa do
Distrito Federal

Eliane / neg

1.04.93

9385

0.6.8

LIDO EM
1/4/93

MENSAGEM

Nº 038 /93-GAG

Brasília, 30 de março de 1993.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que dispõe sobre a criação de 435 (quatrocentos e trinta e cinco) cargos efetivos de Professor Nível 1, 729 (setecentos e vinte e nove) de Professor Nível 2, na Carreira Magistério Pública do Distrito Federal, e 553 (quinhentos e cinquenta e três) de Agente de Educação, sendo 188 (cento e oitenta e oito) da Especialidade Serviços de Cozinha e 365 (trezentos e sessenta e cinco) de Vigilância, na Carreira Assistência à Educação do Distrito Federal, ambas do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal.

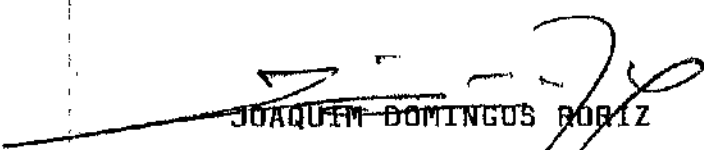
A medida é imprescindível, tendo em vista que já no início de 1993, o sistema de ensino conta com 20 (vinte) novas escolas para o ensino fundamental, visando à redução dos turnos intermediários, bem como a ampliação ao atendimento à clientela escalar,

Demonstra-se, assim, que o número de cargos hoje disponíveis nas Carreiras Magistério Público e Assistência à Educação do Distrito Federal não é suficiente para atender a demanda de matrículas em 1993.

Excelentíssimo Senhor
Deputado BENÍCIO TAVARES
Digníssimo Presidente da Câmara
Legislativa do Distrito Federal
N E S T A

Diante do exposto, submeto o assunto à elevada consideração de Vossa Excelência, no sentido de reconhecer a indispensabilidade de atendimento à solicitação sob comento, encarecendo a habitual atenção ao acolhimento para os problemas da Educação no Distrito Federal.

A oportunidade, apresento-lhe votos de alta consideração e pleno, sucesso nas ações substantivas que pautam as atividades dessa Casa Legislativa.


JOAQUIM DOMINGOS BORIZ
Governador do Distrito Federal

Eliane / mey

1:04.93

9:55

0.6.9-A

PROJETO DE LEI DO DF NS /93

Cria cargos efetivos nas Carreiras Magistério Público e Assistência à Educação, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º - são criados cargos efetivos na Carreira Magistério Público do Distrito Federal e na Carreira Assistência à Educação, ambas do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, conforme consta do Anexo a esta Lei.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Eliane/mey

5.04.93

9:55

0.6.9-8

ANEXO

(Art. 1º, da Lei nº , de de 1993)

QUADRO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
CARGOS EFETIVOS CRIADOS

"CARREIRA MAGISTÉRIO PÚBLICO	QUANTIDADE
PROFESSOR, Nível 1 PROFESSOR, Nível 2	435 729
T O T A L	1164
CARREIRA ASSISTÊNCIA À EDUCAÇÃO	QUANTIDADE
AGENTE DE EDUCAÇÃO Especialidades VIGILÂNCIA SERVIÇOS DE COZINHA	365 188
T O T A L	553

Eliane (ney

1.04.93

9:55

0.6.10

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

L100 EM

1/4/93

Gabinete do Deputado JORGE CAHY

INDICAÇÃO Nº /93

Sugere ao Governo do Distrito Federal,
a construção de uma ciclovia interli-
gando a Cidade Satélite do Núcleo Ban-
deirante a Candangolândia.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, de acordo com o que dispõe o Artigo 105 de seu Regimento Interno, sugere ao Governador do Distrito Federal, a construção de uma ciclovia interligando a Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante a Candangolândia.

J U S T I F I C A Ç Ã O

Com o crescimento acelerado da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante e o rápido adensamento populacional da Candangolândia, constata-se naquele setor, um movimento acentuado de pessoas entre ambas as localidades, paralelamente a um intenso tráfego de veículos pesados e ônibus, acarretando situações de permanente perigo em relação aos transeuntes.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

O deslocamento de passageiros mediante a utilização de transporte regular e mesmo, em veículos do tipo lotação, acarreta em pesado ônus e onera consideravelmente o bolso do trabalhador considerando-se o equipamento utilizado e a distância verificada entre as duas partes.

O prolongamento da Avenida Central do Núcleo Bandeirante, mediante a construção de uma ciclovia até a Candonga, sem a desapropriação ou desafetação de áreas ali existentes, implicaria diretamente no baixo custo de uma obra deste porte.

A exemplo de inúmeras capitais e principais cidades brasileiras, que adotaram as ciclovias como mais uma opção de acesso de pessoas entre várias localidades, a implantação deste sistema, no trecho aqui exemplificado, isentar a o usuário dessas comunidades, do desembolso de significativa parcela de seu salário face ao pagamento de passagens para um trecho tão pequeno.

Sala das Sessões, de de 1993.

DEPUTADO DISTRITAL JORGE CAUHY

Elaine/mey

1:04.93

9385

0.6.12

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

L100 em

1/4/93

GABINETE DO DEPUTADO DISTRITAL JORGE CAUHY

INDICAÇÃO Nº

/93.

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal a canalização do Córrego Vicente Pires, no trecho compreendido entre o Núcleo Bandeirante e a Cidade Satélite do Guarã II.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do Artigo 105 de seu Regimento Interno, sugere ao Governador do Distrito Federal, a canalização do Córrego Vicente Pires, no trecho compreendido entre a Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante e o Guarã II, com construção de vias laterais nos dois sentidos bem como as passagens para pedestres.

CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

J U S T I F I C A Ç ã O

A canalização do Córrego Vicente Pires, no trecho compreendido entre a Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante e o Guarã II, irá contribuir consideravelmente com dois aspectos dos quais julgamos de relevante importância.

O primeiro seria o controle substancial dos agentes provocadores de poluição ambiental ali verificado bem, como a diminuição dos constantes alagamentos provocados pelo período chuvoso, seccionando a via principal de acesso ao Núcleo Bandeirante observados nesta época do ano.

Paralelamente a canalização do córrego Vicente Pires naquele trecho, bem como a construção de vias laterais nos dois sentidos, a construção desta obra, implicaria em mais uma via de acesso entre o Núcleo Bandeirante e o Guarã XX, nas imediações das Quadras 42 e 44.

A nossa indicação, encontra ressonância junto às duas comunidades, considerando-se o crescimento vertiginoso daquelas localidades.

Sala das Sessões, de de 1993.

DEPUTADO DISTRICTAL JORGE CAHRY.

Quem? nay

5:04.93

9:55

0.6.14

Lido em
14/93

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO FERNANDO NAVES

MOÇÃO Nº

/1973

Autor: Deputado FERNANDO NAVES
Partido: PARTIDO PROGRESSISTA
Assunto: Solicita a criação de uma Companhia de Polícia Militar, para a Cidade Satélite de Santa Maria

A Câmara Legislativa do Distrito Federal nos termos do artigo 109 do Regimento Interno, apresenta a presente moção, solicitando a criação e instalação de uma Companhia Independente de Polícia Militar, para a Cidade Satélite de Santa Maria

JUSTIFICATIVA

A presente reivindicação visa dar maior segurança a comunidade daquela Cidade Satélite pois com a criação e instalação da Companhia Independente, sem dúvida, aumentará o número de Policiais Militares para prestarem o serviço de segurança pública, tendo ainda a finalidade em estabelecer autonomia administrativa ao seu Comandante, o qual ficará vinculado diretamente ao Comandante da área daquela Corporação.

Sabemos que, atualmente o policiamento é prestado à localidade pela Companhia do Gama, portanto subordinado a um comando deslocado, que de certa forma prejudica a sua habilidade no cumprimento da missão.

Com a pretendida criação e instalação, estamos também buscando maior integração entre a Companhia de policiamento e a comunidade local, o que tornaria o exercício de Segurança Pública mais eficaz.

Sala das Sessões em de abril de 1993.

Deputado FERNANDO NAVES - PP

Chianey

1:04.93

9:55

0.6.15

LIDO EM
1/4/93

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO FERNANDO NAVES

MOÇÃO Nº /93

AUTOR: Deputado FERNANDO NAVES - PP
ASSUNTO: Solicita ao Poder Executivo alteração do Regulamento de Promoções de Praças da Polícia Militar do Distrito Federal.

Senhor Presidente,

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 109 do Regimento Interno, apresenta a presente Moção, solicitando ao Poder Executivo do Distrito Federal, que seja alterado o Regulamento de Promoções de Praças da Polícia Militar do Distrito Federal.

JUSTIFICACÃO

A presente Moção visa adequar as promoções das praças a forma - gradual e sucessiva, com isto, assegurando a ascensão funcional regular e equilibrada nos respectivos Quadros.

Sala das Sessões em de março de 1993

Deputado FERNANDO NAVES - PP

Diário/Nov

01/04

9:55

0.6.16

LIDO EM

1/4/93

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ABINETE DO DEPUTADO FERNANDO NAVES

PROJETO DE LEI Nº 193

Autoriza o Poder Executivo a destinar parte da área ocupada pelo Regimento de Polícia Montada da Polícia Militar do Distrito Federal (RPMONPMDF), para fins de assentamento e de outras providências.

Art. 19 - O Poder Executivo do Distrito Federal, fica autorizado, após relatório de Estudo (de Impacto Ambiental (RIMA)), a promover a ocupação de 16 ha (dezesseis hectares) da área ocupada pelo Regimento de Polícia Montada do Distrito Federal com lotes para habitação, exclusiva para Policiais Militares.

Art. 20 - Terá prioridade na ocupação dos lotes, aqueles policiais militares que satisfizerem os seguintes requisitos:

- a) Maior tempo de serviço na PMDF;
- b) Maior número de dependentes;
- c) Maior tempo de residência no Distrito Federal.

Art. 30 - Só será permitida a alienação para os policiais militares com estabilidade funcional.

Parágrafo único - Caso o selecionado não concorde com os critérios estabelecidos no artigo 20 desta Lei, não possuindo estabilidade funcional, a ocupação se dará mediante contrato de concessão de uso que, a requerimento do interessado poderá se transformar em aquisição, após o cumprimento de requisito deste artigo.

Art. 40 - Esses imóveis não poderão ser objeto de qualquer transação comercial, acarretando a perda do mesmo, a venda o aluguel ou empréstimo ou a transferência sob qualquer pretexto.

Parágrafo único - A perda do imóvel nos termos deste artigo, implicará na redistribuição, obedecendo o disposto no artigo, 20 e seus parágrafos.

Art. 50 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 60 - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
JUSTIFICATIVA

JUSTIFICATIVA

O prestante Projeto de Lei visa a ocupação da área não utilizada pelo Regimento de Polícia Militar da PMDF, oferecendo meios dignos de moradia aos Policiais Militares.

A área que vem sendo ocupada pelo Regimento, é suficiente para executar os exercícios de treinamento e exercícios de equitação, bem como comportando com exuberância suas instalações, e aquele Regimento jamais irá utilizar a área vaga, tornando esta obsoleta e contrariando os anseios de centenas de policiais militares que almejam um local para sua moradia, com o ensejo, de oferecer, um abrigo digno, para o convívio familiar.

A Constituição Federal ampara e dispõe no Art. 5º Item XXVII, *in verbis* "é garantido o direito de propriedade", além do Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal Lei nº 7.475 de 13/05/86 no artigo 5º - "São direitos dos Policiais Militares" inciso II - alínea i - "a moradia para o policial militar, em atividade compreendendo" item 2 - "habitação para si e seus dependentes em imóvel sob responsabilidade da Corporação, de acordo com as disponibilidades existentes".

Sendo assim, conclamo os nobres pares para que façamos justiça a aqueles militares que ainda não conseguiram moradia.

Sala das Sessões em 02 de março de 1993.


Deputado FERNANDO NAVES - PTR

Diane/My

01/04

9:55

0.6.18

LIDO EM
11

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado GILSON ARAÚJO

INDICAÇÃO Nº 193

AUTOR: Deputado GILSON ARAÚJO
PARTIDO: PP
ASSUNTO: Construção de escolas do
2º Grau no Paranoá.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 105 do Regimento Interno, sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal seja construído mais uma escola para o 2º grau na Região Administrativa VII - Paranoá.

JUSTIFICAÇÃO

O Paranoá possui atualmente quase 6.000 pessoas com idade entre 14 e 18 anos. No entanto, não existe, na área, uma unidade de ensino para o 2º Grau.

Sala da Sessões, março de 1993.

Deputado GILSON ARAÚJO



Diane/My

3:55

0.6.19

L100 em

11

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado GILSON ARAÚJO

INDICAÇÃO Nº 193

AUTOR: Deputado GILSON ARAÚJO

PAR TIDO: PP

ASSUNTO: Construção de Posto de
Saúde na área central do
Paranoá.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 105 do Regimento Interno, sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal a construção de um posto de saúde na área central da Região Administrativa do Paranoá.

JUSTIFICAÇÃO

Na Região Administrativa do Paranoá existe apenas um Posto de saúde, que é insuficiente para atender a demanda da População Local, além disso, está localizado em área de difícil acesso. A construção de um Posto na Área central da região atende, portanto, a uma necessidade urgente da população.

Saía da Sessão,

março de 1993.

Deputado GILSON ARAÚJO

Diário / May

9:55

0.6.20

LIDO EM

11

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado GILSON ARAÚJO

INDICAÇÃO Nº 793

AUTOR: Deputado GILSON ARAÚJO

PARTIDO: PP

ASSUNTO: Prosseguimento das Obras do Hospital do Paranoá.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 105 do Regimento Interno, sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal seja dado prosseguimento às obras do hospital da Região Administrativa do Paranoá.

J U S T I F I C A Ç Ã O

As obras do Hospital do Paranoá estão paralizadas há mais de quatro meses. Este fato vem em prejuízo da população local e dificulta a descentralização dos serviços de saúde e o consequente desafogo dos hospitais do Plano Piloto.

Sala da Sessões,

março de 1993.

Deputado GILSON ARAÚJO



Diário / Day

9:55

0.6.21

Lido em
11

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado GILSON ARAÚJO

INDICAÇÃO Nº 193

AUTOR: Deputado GILSON ARAÚJO

PARTIDO: PP

ASSUNTO: Implementação do Projeto de
Construção do Ginásio Coberto
do Paranoá, mediante
suplementação ao Orçamento do
Distrito Federal.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 105 do Regimento Interno, sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal determinar o início da construção de um ginásio coberto na Região Administrativa do Paranoá, mediante suplementação de recursos à dotação já existente no Orçamento do Distrito Federal para 1993.

JUSTIFICAÇÃO

A população da Região Administrativa VI - Paranoá não dispõe de local apropriado para a realização de grandes eventos desportivos e culturais em ambiente coberto. A construção de um ginásio coberto visa resolver esse problema. Há necessidade, porém, de suplementação de recursos à dotação constante do Orçamento do Distrito Federal para 1993.

Sala de Sessões,

março de 1993.

Deputado GILSON ARAÚJO



Diário/ley

9.55

0.6.22

Lido em

11

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado GILSON ARAÚJO

INDICAÇÃO Nº 193

V

AUTOR: Deputado GILSON ARAÚJO

PARTE DO: PP 1

ASSUNTOS Calçamento K ou Asfaltamento
das Vias Públicas do Paranoá.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 105 do Regimento Interno, sugere ao Senhor Wovarna<or do Distrito Federal se33 determinada a calçamento ou o asfaltamento das vias e logradouros públicos do Paranoá.

JUSTIFICAÇÃO

A Região Administrativa do Paranoá já conta com uma população superior a 56.000 habitantes e está em franco crescimento. No entanto, em toda a área existe apenas uma via asfaltada, fato que, intiusive, rificulta os tôfirvicos de segurança em viaturast.

Sala da Sessões,

março de 1993.

Deputado GILSON ARAÚJO

113

Diane / Ney

9:55

0623

V

Lido em
11

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado GILSON ARAÚJO

INDICAÇÃO Nº 193

AUTOR* Deputado GILSON ARAÚJO

PARTIDO* PP

ASSUNTOS Construção de Estádio de
Futebol na Região
Administrativa do Paranoá.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 105 do Regimento Interno, flugKrs ao Senhor Governador do Distrito Federal mandar construir um estádio de futebol para no máximo 15.000 pessoas, na Região Administrativa do Paranoá.

JUSTIFICAÇÃO

O futebol é o grande lazer do povo. No Paranoá existem perto de 40 clubes de futebol que anualmente disputam o campeonato local. A cidade não dispõe no entanto de uma infra-estrutura que dê incentivo (tal sirva como no caso de outras Cidades-Satélites) a maior organização daquele esporte em níveis profissionais. A construção de um estádio, portanto, é reivindicação antiga da população local.

Sala das Sessões,

março de 1993.

Deputado GILSON ARAÚJO

Diário / 11/11

9:55

0.6.24

L100 em
11

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado GILSON ARAÚJO

INDICAÇÃO Nº /93

V

AUTOR: Deputado GILSON ARAÚJO

PARTIDO: PP

ASSUNTO: Implementação da Construção de
Box Sanitários - Públicos na
Feira Permanente do Paranoá,
mediante Suplementação ao
Orçamento do Distrito Federal.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 105 do Regimento Interno, sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal a implementação da construção dos box sanitários públicos na Feira Permanente do Paranoá, mediante suplementação de recursos à dotação já existentes no Orçamento do Distrito Federal para 1993.

JUSTIFICAÇÃO

A falta de banheiros na Feira Permanente do Paranoá vem causando inconvenientes não só aos feirantes como aos frequentadores da Feira. A dotação existente no Orçamento do Distrito Federal para 1993 é insuficiente e precisa ser suplementada.

Sala da Sessões,

março de 1993.

Deputado GILSON ARAÚJO

Claro / My

9:55

0.6.25

L100 em
11

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado GILSON ARAÚJO

INDICAÇÃO Nº 193

AUTOR: Deputado GILSON ARAÚJO

PARTIDO: PP

ASSUNTO: Implementação da Construção de
Praças de Lazer no Paranoá,
mediante suplementação ao
Orçamento do Distrito Federal.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 105 do Regimento Interno, sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal a implementação da construção de praças de lazer no Paranoá, mediante suplementação aos recursos já existentes no Orçamento do Distrito Federal para 1993.

JUSTIFICAÇÃO

A população da Região Administrativa do Paranoá, já beira os 60.000 habitantes. A implantação de novas praças de lazer aumentará as oportunidades de brincadeiras e jogos para os jovens, que constituem a maioria da população da área.

Sala da Sessões,

março de 1993.

Deputado GILSON ARAÚJO

Chaves / Ney

9:55

0.6.26

Lido em
11

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado GILSON ARAÚJO

INDICAÇÃO Nº 793

AUTOR: Deputado GILSON ARAÚJO

PARTIDO: PP

ASSUNTO: Construção de um Centro de
Desenvolvimento Social na Vila
São Sebastião.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 103 do Regimento Interno, sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal seja construído um Centro de Desenvolvimento Social na Vila São Sebastião.

J U S T I F I C A Ç ã o

A população da Vila São Sebastião é composta, em sua quase totalidade, de pessoas de baixíssima renda. O atendimento desse pessoal carente é atualmente feito no CDS do Paranoá, fato que gera muitas dificuldades para os habitantes da Vila, tendo em vista as distâncias envolvidas e as deficiências de transporte e comunicação.

Sala da Sessões,

março de 1993.

Deputado GILSON ARAÚJO

Elaine/My

9:55

0.6.27

L100 EM
11

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado GILSON ARAÚJO

INDICAÇÃO Nº 193

AUTOR: Deputado GILSON ARAÚJO

PARTIDO: PP

ASSUNTO: Construção de um Quartel do
Corpo de Bombeiros na Vila São
Sebastião.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 105 do Regimento Interno, sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal seja construído um quartel do corpo de bombeiros na Vila São Sebastião.

J U S T I F I C A Ç Ã O

A atual Vila São Sebastião está em visível crescimento (já conta com uma população superior a 35.000 pessoas) e por sua importância em breve será transformada em Região Administrativa. A instalação de um quartel do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal na área é medida inadiável visando à segurança da população.

Sala da Sessões,

março de 1993.

Deputado GILSON ARAÚJO

Elaine May

9:55

0.6.28

L100 em
11

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado GILSON ARAÚJO

INDICAÇÃO Nº 193

AUTOR: Deputado GILSON ARAÚJO

PARTIDO: PP

ASSUNTO: Instalação de uma Delegacia
da CED na Vila São Sebastião.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 105 do Regimento Interno, sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal determine a instalação de uma delegacia da Companhia de Eletricidade de Brasília na Vila São Sebastião.

J U S T I F I C A Ç Ã O

Todas as residências e prédios da Vila São Sebastião, abrangendo mais de 35.000 pessoas, são servidos pela rede de energia elétrica da CED. A implantação de uma delegacia ou um escritório daquela empresa na área destina-se a facilitar os contatos da população local na solução dos problemas de competência da Companhia.

Sala da Sessões,

março de 1993.

Deputado GILSON ARAÚJO

Elaine / Nuy

9:55

0.6.29

Lido em

11

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado GILSON ARAÚJO

INDICAÇÃO Nº /93

AUTOR: Deputado GILSON ARAÚJO

PARTIDO: PP

ASSUNTO: Instalar de uma Delegacia
da Secretaria da Fazenda e
Planejamento na Vila São
Sebastião.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 105 do Regimento Interno, sugere ao Ilustrado Governador do Distrito Federal mandar instalar uma delegacia da Secretaria de Fazenda e Planejamento na Vila São Sebastião.

JUSTIFICAÇÃO

A instalação da delegacia destina-se a facilitar o deslocamento da População da Vila São Sebastião, que já supera os 35.000 habitantes, para tratar dos assuntos de seu interesse junto a Secretaria da Fazenda e Planejamento.

Saia da Sessão,

março de 1993.

Deputado GILSON ARAÚJO

Estimate/My

9:55

0.6.30

LIDO EM
11

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado GILSON ARAÚJO

INDICAÇÃO Nº 193

AUTOR: Deputado GILSON ARAÚJO

PARTIDO: PP

ASSUNTO: Calçamento e ou Asfaltamento
das Vias da Vila São Sebastião.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 105 do Regimento Interno, sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal o calçamento e ou asfaltamento das vias e logradouros públicos da Vila São Sebastião.

JUSTIFICAÇÃO

As vias e logradouros públicos da Vila São Sebastião não têm calçamento ou asfalto, o que causa sérios inconvenientes aos seus moradores. Particularmente nos períodos de chuva, é difícil, inclusive, os serviços de policiamento realizado.

Sala da Sessões,

março de 1993.

Deputado GILSON ARAÚJO

Diane / My

9:55

0.635

L100 EM

11

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado **GILSON ARAÚJO**

INDICAÇÃO Nº 1 /93

AUTOR: Deputado **GILSON ARAÚJO**

PARTIDO: PP

ASSUNTO: Implementação do Projeto de Construção de um Centro Desportivo na Vila São Sebastião mediante suplementação ao Orçamento do Distrito Federal.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 105 do Regimento Interno, sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal seja implementada a construção de um Centro Desportivo na Vila São Sebastião mediante suplementação dos recursos já existentes no Orçamento do Distrito Federal para 1993.

J U S T I F I C A Ç Ã O

A população da atual Vila São Sebastião já atinge a mais de 35000 habitantes, dos quais a grande parte é de pessoas entre 15 e 35 anos. O centro desportivo virá atender a uma urgente necessidade de lazer daquela população. Por outro lado, a dotação existente no orçamento (Cr\$ 200 milhões), não será suficiente para a implantação do projeto.

Sala da Sessões,

março de 1993.

Deputado **GILSON ARAÚJO**

Ediane/Sny

g:SS

0.6.32

L100 EM
11

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado GILSON ARAÚJO

INDICAÇÃO Nº 793

AUTOR: Deputado GILSON ARAÚJO

PARTIDO: PP

ASSUNTO: Construção de Jardins de
Infância na Vila São Sebastião.

Legislativa do Distrito
Federal, nos termos do artigo 105 do Regimento Interno,
sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal a construção
de Jardins de Infância na Vila São Sebastião.

JUSTIFICAÇÃO

A atual Vila São Sebastião já tem uma
população de aproximadamente 35000 habitantes entre os quais
quase 5.000 crianças na faixa de 0 a 4 anos. Apesar disto,
não dispõe de escolas de jardim de infância para atender a
sua população infantil.

Sala da Sessões,

março de 1993.

Deputado GILSON ARAÚJO

Estimado

G. SS

0.6.83

L100 em

11

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

tomfoinffce do Deputado GILSON ARAÚJO

INDICAÇÃO Nº /93

AUTOR: Deputado GILSON ARAÚJO

PARTIDO: PP

ASSUNTOS Construção de um Quartel da
Polícia Militar na Vila São
Sebastião.

A Câmara Legislativa do Distrito
Federal, nos termos do artigo 105 do Regimento Interno,
também o Senhor Governador do Distrito Federal, veja
construído um quartel da Polícia Militar na Vila São
Sebastião.

JUSTIFICAÇÃO

O crescimento da atual Vila São
Sebastião, a ser ordenado com a futura criação da
correspondente Região Administrativa, exige providências
urgentes no sentido de garantir a segurança da população,
que já atinge perto de 35.000 pessoas. Por outro lado, a
existência de um quartel da Polícia Militar na Vila
certamente será um estímulo à procriação da
criminalidade na Vila.

Sala da Sessões,

março de 1993,

Deputado GILSON ARAÚJO

Elisandro

9.55

0.6.34

LIDO EM
11

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado GILSON ARAÚJO

INDICAÇÃO Nº /93

AUTOR: Deputado GILSON ARAÚJO
PARTIDO: PP
ASSUNTOS Impl«mentação do Projeto de
Construção do Terminal
Rodoviário da Vila São
Sebastião mediante
suplementação ao Orçamento do
Distrito Federal.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 105 do Regimento Interno, sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal seja implementada a construção do Terminal Rodoviário da Vila São Sebastião, mediante suplementação dos recursos já existentes no Orçamento do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A Vila São Sebastião está em franco desenvolvimento e sua crescente população já atinge mais de 35.000 habitantes. A Construção de um terminal rodoviário já é necessária, principalmente diante da perspectiva da transformação da Vila em Região Administrativa. Haverá necessidade de suplementar a reduzida dotação existente no Orçamento do Distrito Federal para 1993.

Sala da Sessões,

março de 1993.

Deputado GILSON ARAÚJO

[Handwritten signature]

(continua o Sr. Secretário, Eurípedes Camargo)

LIDO EM

11

~~CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL~~

Gabinete do Deputado GILSON ARAÚJO

INDICAÇÃO Nº /93

AUTOR: Deputado GILSON ARAÚJO

PARTIDO: PP

ASSUNTO: Implementação do Projeto de
Construção de Quadras
Polivalentes na Vila São
Sebastião, mediante
suplementação ao Orçamento do
Distrito Federal.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 105 do Regimento Interno, sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal seja implementada a construção de quadras polivalentes na Vila São Sebastião, mediante suplementação dos recursos já existentes no Orçamento do Distrito Federal para 1993.

JUSTIFICAÇÃO

A população da Vila São Sebastião já atinge mais de 35.000 habitantes e necessita de oportunidades de lazer, que praticamente inexistem na área. A dotação prevista no Orçamento do Distrito Federal para 1993 é insuficiente para a realização do projeto.

Sala da Sessões,

março de 1993.

Deputado GILSON ARAÚJO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Cabinete do Deputado GILSON ARAÚJO

INDICAÇÃO Nº 193

AUTOR: Deputado GILSON ARAÚJO

PARTIDO: PP

ASSUNTO: Implementação do Projeto de
Construção de Creches na Vila
São Sebastião, mediante
suplementação ao orçamento do
Distrito Federal.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 105 do Régimäo Interno, sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal seja implementada a construção de creches na Vila São Sebastião, mediante suplementação dos recursos jäm existentes no Orçamentp do Distrito Federal para 1993.

JUSTIFICAÇÃO

A antiga Agrovila São Sebastião, hoje Vila e futura Região Administrativa tem uma população com idade entre 1 e 6 anos superior a 5.000 crianças. A construção de crechem virá, portanto, atendw um grande número de famílias da Vila. Necessário se torna, porém, suplementar a dotação existente no Orçamento do Distrito Federal para 1993 (Cr\$ 200 milhões).

Sala da Sess&#227;es,

março de 1993.

Deputado GILSON ARAÚJO

LIDO EM

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado GILSON ARAÚJO

INDICAÇÃO Nº 793

AUTOR: Deputado GILSON ARAÚJO

PARTIDO: PP

ASSUNTO: Implementação do Projeto de
Construção de Abrigos de
Passagens de Ônibus na Vila
São Sebastião, mediante
suplementação ao Orçamento
do Distrito Federal.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 105 do Regimento Interno, sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal seja implementada a construção de abrigos para passageiros de ônibus na Vila São Sebastião, mediante suplementação de recursos aos já existentes no Orçamento do Distrito Federal para 1993.

JUSTIFICAÇÃO

O crescimento da população da Vila São Sebastião, a qual já supera os 35.000 habitantes, acarreta, naturalmente, a movimentação cada vez mais intensa de pessoas e veículos naquela área. Por outro lado, não é justo que os passageiros dos ônibus fiquem sujeitos a sol e chuva nas paradas existentes. O projeto necessita de suplementação de recursos já que a dotação do Orçamento do Distrito Federal para 1993 é insuficiente.

Sala da Sessões,

março de 1993.

Deputado GILSON ARAÚJO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado GILSON ARAÚJO

INDICAÇÃO Nº 193

AUTOR: Deputado GILSON ARAÚJO

PARTIDO: P

ASSUNTO: Implementação do Projeto de
Construção da Feira Permanente
da Vila São Sebastião, mediante
suplementação do Orçamento do
Distrito Federal.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 103 do Regimento Interno, sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal seja implementada a construção da Feira Permanente da Vila São Sebastião mediante suplementação do Orçamento do Distrito Federal para 1993.

JUSTIFICAÇÃO

A Vila São Sebastião já tem mais de 35.000 habitantes e em breve será transformada em Região Administrativa autônoma. A Construção de uma feira permanente é providência inadiável em benefício daquela População. Urge, portanto, sejam iniciadas as correspondentes obras e suplementados os recursos para o seu término.

Sala da Sessões,

março de 1993.

Deputado GILSON ARAÚJO

Hermione/Lizete

1º/4/93

10:00

07/5

L100 em

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado GILSON ARAÚJO

INDICAÇÃO Nº 193

AUTOR: Deputado GILSON ARAÚJO

PARTIDO: PP

ASSUNTO: Construção de Escolas do 1º grau na Vila São Sebastião.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 105 do Regimento Interno, sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal seja ampliada a rede de escolas do 1º grau da Vila São Sebastião.

J U S T I F I C A Ç Ã O

A população entre 7 e 14 anos da atual Vila São Sebastião e futura Região Administrativa é superior a 10.000 pessoas e as duas escolas existentes na área não são suficientes para atender a demanda. Daí a necessidade de ampliar a rede.

Sala da Sessões,

março de 1993.

Deputado GILSON ARAÚJO



Hermione/Lizete

12/4/93

10:00

07/6

LIDO EM

11

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

~~Cabinete do Deputado GILSON ARAÚJO~~

INDICAÇÃO Nº 793

AUTOR: Deputado GILSON ARAÚJO

PARTIDO: PP

ASSUNTO: Urgência para a elaboração do
Plano Urbanístico da Vila São
Sebastião.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 1.º do Regimento Interno, sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal a determinação da máxima urgência na elaboração do plano urbanístico da Vila São Sebastião.

JUSTIFICAÇÃO

A existência de um plano urbanístico é condição necessária, para a realização de obras de infraestrutura e a instalação dos equipamentos urbanos na área da Vila São Sebastião e também para facilitar a transformação em Região Administrativa.

Sala da Sessões,

março de 1993.

Deputado GILSON ARAÚJO

LIDO EM
1/4/93

CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº , DE 1993

(DO SR. WASNY DE ROURE)

1º Propõe a hipoteca de
solidariedade pela realização do 1º
Congresso Nacional de Trabalhadores de
DETRANS,

Sr. Presidente:

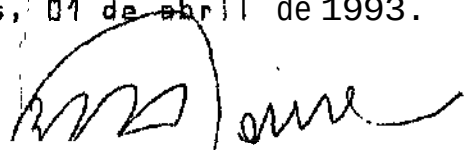
Com base no artigo 109 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal solicitamos a manifestação desta Casa no sentido de hipotecar solidariedade aos DETRANS brasileiros, pela realização do 1º Congresso Nacional de Trabalhadores de DETRANS - 1º CONTRADE -, a ser realizado nos dias 02 a 04 de abril próximos, em Brasília.

JUSTIFICAÇÃO

1. Esse 1º CONTRADE visa, entre outras coisas, discutir a viabilidade de criação de uma Federação Nacional dos Trabalhadores de DETRAN.

2. Todo trabalho no sentido de unificar os esforços de, qualquer categoria de trabalhadores merece o apoio e a solidariedade de todos os órgãos representativos da comunidade. Por isso nossa iniciativa de envio de apoio da Câmara Legislativa do Distrito Federal aos funcionários dos DETRANS.

Sala das Sessões, 01 de abril de 1993.


Deputado WASNY DE ROURE

Partido dos Trabalhadores

Lido em

1/4/93

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO PADRE JONAS

REQUERIMENTO Nº 193.

Autor: Deputado Padre Jonas
Partido: Partido Progressista - PP
Assunto: Realização de Sessão Solene em homenagem ao 33º aniversário da Cidade Satélite de Sobradinho, naquela Região Administrativa do Distrito Federal.

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Requeiro nos termos do artigo 65, inciso IV, do Regimento Interno desta Casa, a realização de Sessão Solene no dia 13 de maio de 1993, às 10:00 h, na Cidade Satélite de Sobradinho, em comemoração ao 33º Aniversário daquela próspera Cidade do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA

Sobradinho, no contexto do Distrito Federal, é uma Satélite que desponta como um marco na Cultura Nacional. Lá se encontra o Pólo de Cinema e Vídeo, que representará uma realização histórica de nossa gente oriunda de todos os recantos de nosso país, sem contar com outras inúmeras realizações administrativas, já recebendo a alcunha comunitária de "A Cidade de seus sonhos".

Assim, nada mais justo que seu Natalício seja transcorrido com a presença dos Parlamentares desta Casa.

Sala das Sessões, de março de 1993.

PADRE JONAS
Deputado Distrital-PP

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

LIDO EM

1/4/93

GABINETE DO DEPUTADO TADEU RORIZ

PROJETO DE LEI Nº /93.

AUTOR: DEPUTADO TADEU RORIZ

PARTIDO: PP. V,

Autoriza o Poder Executivo a implantar a Casa do Artesão e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a implantar a Casa do Artesão, destinada a exposição e comercialização permanente de produtos artesanais.

S 1º - A Casa do Artesão referida no caput deste artigo deverá ser implantada na Região Administrativa de Brasília - RA-I, em local de fácil acesso.

S 2º - A área destinada à implantação da Casa do Artesão, será dividida, pelo Poder Executivo, em boxes, que serão distribuídos aos artesãos mediante contrato de concessão de uso.

S 35 - O dimensionamento, organização e funcionamento do espaço destinado aos artesãos será de responsabilidade do órgão competente do Governo do Distrito Federal.

Art. 2º - Será facultada a concessão de uso da área prevista no S 2º do Art. 1º, aos artesãos das demais Regiões Administrativas do Distrito Federal.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A concentração de pessoas com culturas diferenciadas, vindas de todos os recantos do Brasil, fez com que Brasília fosse constituída de população heterogênea, onde a troca constante de informações fez prosperar atividades com características ímpares.

O artesanato, aqui desenvolvido, é um desses segmentos que já se consolidou, tief inítivamente, na economia de nossa cidade.

A falta de um local adequado para exposição e

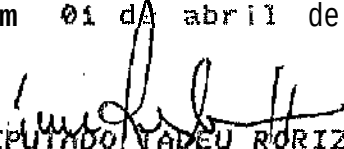
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

comercialização permanente da produção artesanal do Distrito Federal, vem prejudicando os artesãos e impedindo maior divulgação de Brasília, através do grande contingente de turistas que por aqui transitam.

Objetivamos, ao propor o presente projeto de lei à consideração dos nobres pares, assegurar um espaço a esses artistas, onde os mesmos possam comercializar seus produtos, obtendo, mediante a venda direta aos consumidores, maior margem de lucro.

Acreditamos, também, que se a Casa do Artesão vier a ser implantada, rapidamente se consolidará como ponto turístico de nossa Capital.

Sala das Sessões em 01 de abril de 1993.


DEPUTADO VADEU RORIZ

PROJETOS/ARTESÃOS

07/11

LIDO EM
1/4/93

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 193

Requer ao Secretário de Transportes do DF informações relativas a contratação de pessoal por tempo determinado na Sociedade de Transporte Coletivo de Brasília-TCB, bem como do convênio para cessão de servidores da empresa ao Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos-DMTU.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do Art. 107 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do DF, seja solicitado ao Sr. Secretário de Transportes do DF, Antonio Aureliano Chaves, informações relativas a contratação de pessoal por tempo determinado na Sociedade de Transporte Coletivo de Brasília-TCB, bem como do convênio para cessão de pessoal da empresa ao Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos-DMTU;

I - A Sociedade de Transporte Coletivo de Brasília-TCB tem efetuado contratações de pessoal por tempo determinado com base e por quais instrumentos legais?

II - Relação nominal dos contratados por tempo determinado na Sociedade de Transporte Coletivo de Brasília-TCB, no período de 01/01/91 a 31/03/93, contendo data de admissão, função, prazo de contratação, lotação e respectivos salários;

III - Cópia do convênio mantido entre a Sociedade de Transporte Coletivo de Brasília-TCB e o Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos-DMTU para cessão de seus servidores, bem como relação nominal dos servidores cedidos, inclusive os contratados por tempo determinado, com função, salário e lotação no DMTU;

JUSTIFICAÇÃO

As contratações por prazo determinado na Administração Pública do DF transformaram-se num grande problema. Efetuadas em muitos casos sem qualquer amparo legal, de forma disvirtuada e clientelista, essas contratações provocaram a criação de um quadro de pessoal paralelo, com salários e vantagens superiores aos servidores do quadro permanente, mas exercendo as mesmas funções.

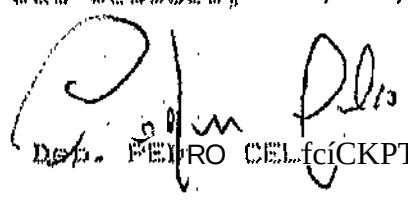
07/12

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

A Sociedade de Transporte CoXetivo de fôr&i-ília-TCE não é, infelazmente, uma exceção dentro dessa regra. A empresa tem apresentado as mesmas características dos demais órgãos públicos do DF na contratação de pessoal por tempo determinado, agravando suas distorções em relação a uma política de pessoal racional e transparente.

O presente requerimento objetiva ter um quadro um pouco menos especulativo dessa situação e encontra-se respaldado dentro das competências fiscalizadoras desta Casa.

Sala das Sessões, / /1993


Dep. PEDRO CELSO CKPT

07/13

LIDO EM
14/93

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

CABINETE DEPUTADO AROLDO BATAKE

RECURSO Nº / 93

CONTRA A DECISÃO CONCLUSIVA DA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SOBRE A INDICAÇÃO Nº 419/92.

Sr. Presidente,

Os Deputados, abaixo assinados, com base no artigo 30, parágrafo único, do Regimento Interno, recorrem ao Plenário contra a decisão da Comissão de Constituição e Justiça que considerou ilegal a INDICAÇÃO Nº 419/92 que "Sugere a criação da Feira Permanente de Artesanato em Brasília", pelas seguintes razões:

- 1) A Feira Permanente de Artesanato constante na Indicação nº 419/92 não se enquadra na definição dada às feiras permanentes de que trata a Lei nº 235/92 citada pelo relator da CCJ.
- 2) Ao contrário do que foi exposto pelo relator, a Indicação nº 419/92 não condicionou a área próximo à torre, para a construção da feira de artesanato. A proposição sugere a implantação da feira em um local de Brasília, PREFERENTEMENTE próximo à torre, mas não necessária na torre.
- 3) Se o Governo do Distrito Federal construísse uma feira, edificada, próximo à torre de televisão, aí sim, poderia-se arguir ilegalidade do ato em função do Decreto nº 10.829/87 que tombou Brasília, conforme citou o relator.

X

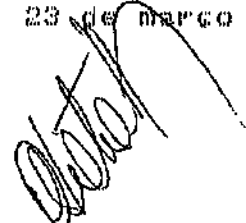
07/14

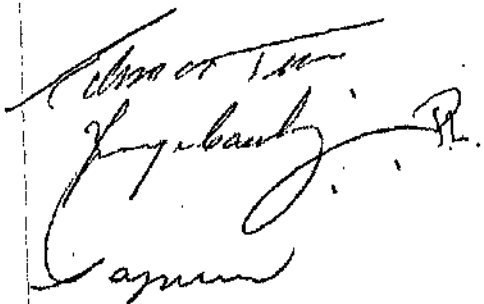
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- 4) São Palavras do relator "Tendo em vista, entretanto, a propriedade da presente proposta e visando ao benefício que trará aos comerciantes que desejam vender produtos oriundos de outros Estados, sem causar transtorno àqueles que comercializam produtos artesanais regionais na feira da torre, vislumbramos a possibilidade de implantação de tal feira permanente em área situada no Parque da Cidade, já que o local é amplo e apropriado e, para tanto, sugerimos que, em contato com o Administrador do referido Parque, se estude a viabilidade de instalação da mesma em lugar adequado". Nos parece uma tremenda incerteza. O relator opinava pela validade de uma INDICAÇÃO que apenas sugere, não determinando, a implantação de uma feira, em um local preferentemente próximo a torre. Como o Parque fica próximo à torre, e no mesmo parecer ele vislumbra a possibilidade da nossa proposta ser viabilizada no Parque da Cidade.

Assim, considerando o exposto, mas também que a proposta não fere os princípios de Decreto nº 10.829 de 02/10/87 é que apresentamos o presente RECURSO.

Sala das Sessões, 23 de março de 1993


Deputado AROLDO SATAKE


Capim



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Hermione

REVISOR:

HORA:10:00 Nº:07/15

DATA: 01/03/93

ORADOR: GERALDO MAGELA

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Monteiro) - Passamos ao horário de

COMUNICAÇÕES DE LIDERANÇAS

Com a palavra, o Deputado Geraldo Magela, pelo PT.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, acompanhamos, nestes últimos dias, a discussão, votação e mobilização em torno do Orçamento Geral da União.

Nesse Orçamento ha, pelo menos, três questões que dizem respeito, diretamente ao Distrito Federal: a primeira é o Metro, que, parece, teve os seus repasses garantidos; a segunda e a terceira, se referem à educação e saúde.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, sempre defendemos, nesta Casa, que tais questões deveriam ser tratadas, de forma suprapartidária, coletiva e unitariamente; sempre defendemos que questões de repasses da União para o Distrito Federal não são problemas de um Governo, de um Partido ou de um segmento, mas, problema de toda a sociedade da Capital Federal, bem como, por ser aqui a Capital Federal, problema do País; defendemos, sempre, que esta Casa deveria ter um papel fundamental no processo de discussão, de mobilização e até de preservação do Congresso Nacional para garantir esses repasses.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Hermione

REVISOR:

HORA:10:00 Nº: 0-7/15

DATA: 01/04/93

ORADOR: Geraldo Magela

O que estava em jogo não era, nem é, a governabilidade do atual Governo ou dos futuros Governos; o que está em jogo é a possibilidade de o Distrito Federal oferecer ou melhorar os serviços de saúde, de educação e outros.

~~SEGUE YÊDA.~~



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: YEDA

REVISOR: LIZETE

HORA: 10:05 Nº: 0.08.1

DATA: 01.04.93

ORADOR: Geraldo Magela

Aí, Sr. Presidente, começam a surgir os problemas; a unidade parece não existir dentro do atual Governo.

Em ^{uma} reunião com Parlamentares federais, o Secretário da Fazenda alegou que o Orçamento, tal qual estava, garantiria o pagamento do pessoal de saúde e de educação, adotando a política aplicada para a iniciativa privada, pelo menos até setembro.

Essa informação já nos havia sido dada, no início da semana, quando estivemos no Congresso, e ela, hoje, foi ratificada em uma entrevista a programa de televisão, pelo Deputado Federal Augusto Carvalho,

Pois, vejam: se o ~~S~~ecretário da ~~F~~azenda, que é uma pessoa responsável pelo planejamento de pagamento, de entradas e saídas de receitas e de despesas do Governo, faz essa alegação, foi ele o próprio Secretário o autor do disparo do "tiro de misericórdia" à mobilização que vínhamos tentando fazer para garantir os repasse~~s~~ integrais do Orçamento da União. Porque se o Secretário da Fazenda diz que os recursos previstos no Orçamento são suficientes para pagar até setembro, como os Congressistas iriam duvidar dessa palavra?

Mesmo assim, nós nos mobilizamos; a Bancada do PT não fez discriminação de articulações e, mesmo entendendo que o Projeto que aqui apresentamos tenha sido atropelado, fez questão de estar em todos os momentos.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: YÊDA

REVISOR: LIZETE

HORA: 10:05 Nº: 0.8.2

DATA: 01.04.93

ORADOR: Geraldo Magela

A própria Deputada Lúcia Carvalho, componente de nossa Bancada, e outros Deputados estiveram por várias horas, por vários dias no Congresso, tentando coletar assinaturas e articular uma emenda, que foi inicialmente acatada, numa conversa com o Relator, Senador Mansueto de Lavor. O PT, a nível da União, por ferir as Leis, principalmente a de Diretrizes Orçamentárias, e um Orçamento que não atende a questões básicas essenciais, como a Educação.

Mas, ontem, antes de encaminhar a votação, o Deputado Federal Chico Vigilante, em nome do Partido dos Trabalhadores no Distrito Federal, em especial, disse que se somava aos argumentos já existentes para também votar contra, argumentando que o Orçamento não atendia às necessidades do Distrito Federal.

Portanto, o PT, mais os Deputados independentes ou integrantes da Convergência Socialista, ~~foram~~ ^{foram} os únicos que votamos contra o Orçamento da União; mesmo aqueles, como o PP, que sabiam do corte fenomenal ao Orçamento do Distrito Federal, ~~votaram~~ ^{votaram} a favor, inclusive os Parlamentares ou o Parlamentar do PT, no Distrito Federal; segundo consta - pode ser que eu esteja enganado - o único Partido que votou ^{contra} foi o PT, e votou



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Sula

REVISOR : Arnaud

HORA : 10; 10 Nº : 0 . 9 , 1

DATA: 01/04

ORADOR: -Geraldo Magela

por todas as razões, e, inclusive, a razão de não haver sido feito repasse devido ao Distrito Federal.

Por fim ,quero concluir, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dizendo que esta luta, esta mobilização que se deu feita na undécima hora. Não se pode reverter a posição no Congresso Nacional quando a Comissão já votou o seu parecer e já havia um grande acordo de lideranças. Ou se assume que esta luta é uma luta permanente, ou nós vamos sempre ser derrotados no intento de ter revertido esta situação. Há emendas constitucionais que precisam ser discutidas, há a proposta de se baixar um decreto enquanto não se vota uma emenda constitucional, mas, para isso, nós não vamos nos mobilizar no último momento, na última hora. Temos de ter uma mobilização, uma articulação, um processo de convencimento permanente, seja em que sentido for. Ele tem de ser unitário, tem de ser suprapartidário e tem de envolver as forças vivas desta cidade, mas tem de ser uma mobilização sem puxada de tapetes, sem rasteiras.

Por isso, nós estamos revendo a proposta da aprovação, por esta Casa, de um comitê de defesa do Distrito Federal que incorpore esta Casa, os Deputados Federais por Brasília, os Senadores por Brasília e entidades da sociedade civil, e que possa, planejadamente, executar



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Sula

REVISOR: Arnaud

HORA: 10:10 Nº: 0.9.2

DATA: 01.04.93

ORADOR: Geraldo Magela

ações para levar esta luta de forma permanente. Que nós cheguemos ao final deste ano sem o sufoco do início deste ano; que cheguemos à revisão constitucional com a situação do Distrito Federal definitivamente resolvida, para que os governantes, seja o atual, sejam futuros, não tenham de sobreviver como pedintes do Governo Federal.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Monteiro) - Com a palavra, o Sr. Deputado Salviano Guimarães, pelo PDT.

O SR. SALVIANO GUIMARÃES (PDT, Sem revisão do orador.)- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz a esta tribuna, sem dúvida, é o Orçamento do Distrito Federal.

Desde fevereiro de 1991, quando iniciamos a nossa legislatura, já alertávamos o Governo do Distrito Federal e já procurávamos levantar as questões fundamentais no que diz respeito ao Orçamento da União para o Distrito Federal, bem como dos recursos já consignados na Constituição, especialmente do Fundo do Centro-Oeste, de modo a garantir para o Distrito Federal recursos ^{vinculados} ao seu desenvolvimento.

Estamos vivendo esta tragédia sempre ao apagar das luzes. Fui ao Congresso Nacional acompanhando vários Parlamentares e o Presidente desta Casa na busca do entendimento no sentido de haver uma emenda na



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Sula

REVISOR: Arnaud

HORA: 19h10

Nº: 0-9/3

DATA: 01/04

ORADOR: ~~Salviano Guimarães~~

Lei Orçamentária que garantisse as verbas para o Distrito Federal, ^{fn} felizmente, não tivemos êxito.

Fiquei muito preocupado quando, no Congresso Nacional, uma equipe de Deputados, lideranças de trabalhadores e de empresários buscavam, nos gabinetes, sensibilizar Deputados e Senadores no sentido de garantir a entrada e a votação de uma emenda que nos contemplasse ^{e não} ~~nos~~ nos acompanhava, não estava lá nenhum Secretário, nenhuma alta autoridade do próprio Governo do Distrito Federal.

S/Lara



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Lara

REVISOR: Arnaud

HORA: 10h15 Nº 0/10.1

DATA: 01.04.93

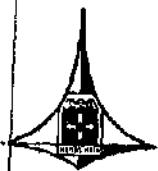
ORADOR: Dep. Salviano Guimarães

Parece-me que o próprio Governo do Distrito Federal já estava satisfeito com o recurso necessário ao ~~Met~~êtrô e nao lhe fazia mais diferença nenhuma o recurso destinado à manutenção da saúde, da educação e de outras atividades, como a segurança, embora com repasse obrigatório da União, mas necessários para que a máquina do Distrito Federal possa cumprir suas finalidades.

É preciso, de uma vez por todas, e aqui somo minhas pa-
às da lavras ~~da~~ Liderança do PT, que estejamos permanentemente articula-
dos, que o próprio Governo do Distrito Federal assuma sua responsa-
bilidade na defesa desses recursos.

Ficamos estarecidos, inclusive, com a declaração do Sr. Relator-Geral do Orçamento, Senador Mansueto de Lavor, quando nos afirmou que os cortes ^{no} ~~do~~ Orçamento do Distrito Federal vieram da União, vieram do Executivo e que o próprio Legislativo, o próprio Congresso Nacioanl havia ^{proposto} ~~colocado~~ emendas melhorando as condições financeiras para o Distrito Federal.

Ficamos realmente preocupados, pois o Governo do Dis-
trito Federal deveria acompanhar ^a ~~essa~~ elaboração orçamentária desde seu nascedouro, desde quando o projeto é feito no Ministério da Fa-



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Lara

REVISOR: Arnaud

HORA: 10h15 Nº 9/102

DATA: 01.04.93

ORADOR: Dep. Salviano Guimarães

zenda, na área do Executivo federal, para que, aí, ao começar a detectar possíveis cortes, possa alertar a sociedade de Brasília, possa nos trazer essas informações para que, a tempo e a hora, tenhamos condições de pressionar, não só no Legislativo, como também no Executivo, para que o Distrito Federal não seja, mais uma vez, penalizado.

Sr. Presidente, de nada adianta, a cada ano, estarmos no Congresso Nacional ou no próprio Ministério da Fazenda pleiteando recursos orçamentários, é fundamental, que tenhamos a consciência de que há necessidade urgente de uma reforma na Constituição capaz de assegurar as verbas, no mínimo, para o custeio de ações fundamentais no Distrito Federal, como da educação, da saúde e da segurança pública.

É preciso que, aí sim, todos nós estejamos unidos no convencimento dos ^{Srs.} ~~Senhores~~ Parlamentares federais, para que, na reforma da Constituição, não penalizem mais Brasília, para que reconheçam que Brasília já tem sua independência econômica e que o ^{de} que precisamos, fundamentalmente, é ^a ~~fy~~ nossa independência financeira.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Lara

REVISOR: Arnaud

HORA: 10:15 Nº: 0.10.3

DATA: 01.04

ORADOR: Dep. ^{Arnaud}Salviano Guimarães

E mais, que temos, ao longo de ^{alguns}anos, repassado recursos para o Governo Federal. Somos formadores de receita para o Governo Federal. Temos dados, como já demonstrei há mais de um ano, dados inclusive colhidos na Codeplan, em 1990. Segundo eles, o Distrito Federal é a unidade da Federação que dá a maior contribuição, em termos percentuais, para o Governo Federal no recolhimento do IPI e do Imposto de Renda, chegando a 97,5% de contribuição para a receita federal, e somos, em termos absolutos, a terceira Unidade da Federação que contribui para os cofres da União.

É preciso, portanto, que o Governo Federal entenda definitivamente que esta é uma Unidade atípica da Federação, que ela tem uma finalidade maior, que é preciso que tenhamos responsabilidade na preservação desta cidade enquanto capital de todos os brasileiros e que o nosso grande gerador de rendas é o Imposto de Renda, e esse imposto tem de retornar ao Distrito Federal a fim de que possa cumprir com suas finalidades.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Denise

REVISOR: Edson

HORA: 10:20 Nº 0.11.1

DATA: 01.03.93

ORADOR: Salviano Guimarães

Finalmente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lembro que a autonomia política alcançada às custas do povo do Distrito Federal, após uma longa batalha de mais de 30 anos, somente será consolidada com a nossa independência financeira. Para que possamos ter uma verdadeira democracia em Brasília, é preciso que os recursos gerados em Brasília sejam re-vertidos, constitucionalmente, para o Distrito Federal, no interesse de todo o nosso povo, de toda a nossa gente.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Monteiro) - Com a palavra o ins-
crito, Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGWELO QUEIROZ (PCdoB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, recebi dois ^{fac-símiles,} ~~faxes~~, e seguramente todos os Deputados os receberam, da Federação Nacional dos Jornalistas e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, que passarei a ler:

}

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS PROFSSIONAIS

Brasília, 26 de março de 1993.

Exmo. Sr.
Deputado Distrital
Câmara Legislativa do
Distrito Federal

Excelentíssimo Senhor,

J A FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas vem através desta denunciar a arbitrariedade que sofreu o jornal comunitário "Folha do Gama", por parte do Sr. César Trajano de Lacerda, Administrador Regional do Gama, que mandou apreender cerca de 200 exemplares da edição de número 35, ocorrida no último dia 23. Na edição apreendida, o jornal aborda o pedido de abertura de uma CPI na Câmara Legislativa do DF, para apurar denúncias de corrupção naquela cidade satélite.

Além disso, não satisfeito com a apreensão, o Sr. César está ameaçando os profissionais do referido jornal que estão, no pleno direito do exercício profissional, ferindo assim o preceito da Constituição, que garante a liberdade de expressão.

Vimos portanto, exigir que sejam tomadas providências necessárias para garantir o pleno exercício profissional e assegurar o direito de a "Folha do Gama" cumprir o seu papel de toem informar a opinião pública sobre a veracidade dos fatos.

Certos de contarmos com a colaboração de V.Exa., nos despedimos.

Atenciosamente,

AMÉRICO CÉSAR ANTUNES
Presidente da FENAJ

226.2089
N142A

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO DISTRITO FEDERAL

SJP/DF-55/93

Denise-Edson

12.04.93

10h20

0/11.3

Brasília, 25 de março de 1993

Ilmo. Sr.

Dr. MAURÍCIO CORRÊA

MD. Ministro da Justiça

WESTA

Prezado Senhor,

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF vem denunciar a arbitrariedade que sofreu o jornal comunitário "Folha do Gama", por parte do administrador regional do Gama, César Trajano de Lacerda, que mandou SAUS assessores apreender mais de duzentos exemplares da edição nº 35, ocorrida no último dia 23, que aborda a solicitação para abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara Legislativa do DF para apurar denúncias de corrupção naquela cidade-satélite.

Repudiamos ainda as ameaças do sr. César Lacerda de agressões físicas aos profissionais daquele jornal ferindo; a liberdade de expressão e o pleno exercício da profissão, de acordo com a Constituição brasileira.

Outrossim, vimos exigir que sejam tomadas providências cabíveis para garantir o pleno exercício da profissão e assegurar o direito de a "Folha do Gama" cumprir o seu papel social de informar a opinião pública a veracidade dos fatos.

Certos de contarmos com ações concretas para coibir esse tipo de arbitrariedades tão combatido durante a ditadura militar e em outros períodos de supressão das liberdades democráticas,

Atenciosamente,


Francisco Cláudio Sant'Anna
Presidente



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Denise

REVISOR: Edson

HORA: 10:20 Nº: 0.11.4

DATA: 01.04.93

ORADOR:

Sr. Presidente, solicito que esses documentos constem dos Anais da Casa, e apresento meu veemente repúdio a esse comportamento da Administração Regional do Gama. É mais uma arbitrariedade descabida, de apreensão de jornal que nos faz lembrar ^{um} período muito triste da nossa História, quando a liberdade de expressão era cerceada.

Estou apresentando,



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Lúcia

REVISOR: Edson

HORA: 10:25 Nº: 0.12.1

DATA: 01.04.93

ORADOR: Agnelo Queiroz

juntamente com vários parlamentares desta Casa, moção de repúdio à atitude do Administrador do Gama. Recebeu a Comissão de Direitos Humanos esses mesmos ~~faxes~~ ^{faxes e similares,} e encaminharemos expediente às autoridades do Governo do Distrito Federal, ao próprio Governador. Como um auxiliar do Governador utiliza métodos tão bárbaros, tão violentos, como o de mandar apreender a edição de um jornal? Esse Administrador deve ter participado de um período muito recente da nossa História, quando esse método de cerceamento das liberdades de opinião e da imprensa foi amplamente utilizado, para que a população não tivesse conhecimento das verdades.

Esta Casa não pode admitir isto, temos de manifestar nosso veemente repúdio, antes que essa prática se estenda a outros órgãos da imprensa do Distrito Federal e esse episódio deixe de ser um caso isolado e passe a compor a responsabilidade do próprio Governador do Distrito Federal, que, pessoalmente, não acredito possa assinar ^{CL} ~~em~~baixo de atos tão antidemocráticos, tão violentos, contra a liberdade de imprensa, como o praticado pelo Administrador da ^Cidade do Gama.

Deixo registrado meu veemente repúdio e solicito sejam tomadas medidas legais que garantam o pleno funcionamento do jornal "Folha do Gama". Vamos mandar ao Ministro da Justiça, pela Comissão de Direitos Humanos, esse pedido, e também à polícia Federal, sobre as ameaças que o jornalista ~~tam~~ ^{tam} ~~pedido~~, e ~~haja~~ ^{haja} ~~garantia~~ ^{garantia} ~~de~~ ^{de} ~~circulação~~ ^{circulação}



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

[Handwritten mark]

TAQUI.: LÚCIA

REVISOR: EDSON

HORA: 10:25 Nº: 0=12/2

DATA: 01/4/93

ORADOR: Agnelo Queiroz

normal desse jornal, que é um direito de liberdade de imprensa neste país.

O SR. FERNANDO NAVES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Monteiro) - Com a palavra o Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES (PP. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, apesar de hoje ser 1º de abril, seria bom que o pronunciamento do Deputado Agnelo Queiroz fosse encaminhado à Albânia *também*,

O SR. AGNELO QUEIROZ - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Monteiro) - Com a palavra o Deputado Agnelo Queiroz.

Sem revisão do orador
O SR. AGNELO QUEIROZ (PC, do B) - Sr. Presidente, quando se referiu ao meu pronunciamento, sei que o Deputado Fernando Naves sente saudades da época da ditadura, porque foi componente, *dela*, e como hoje é aniversário do golpe militar de 64, mesmo que os incautos acreditem que foi no dia 31 de março para disfarçar o dia 1º de abril, hoje é o triste aniversário do golpe militar, e sei que os espíritos dos saudosos torturadores e responsáveis por toda essa página virada na nossa história às vezes se levantam,



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Lúcia

REVISOR: Edson

HORA: 10: 25 Nº: 0-12/3

DATA: 01/04/93

ORADOR: Agnelo Queiroz

p registro que fiz da tribuna, por coincidência, é justamente sobre pessoas que utilizam métodos de apreensão e fechamento de jornal, ameaçam jornalistas, e ainda há quem as defendam nesta Casa. Com muita tristeza é que presencio esse tipo de comportamento.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Monteiro) - Com a palavra o Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PPS. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, caros colegas, estou encaminhando à Mesa requerimento de convocação do Secretário de Fazenda e Planejamento, Dr. Everardo Maciel, para prestar esclarecimentos perante o Plenário da Câmara Legislativa.

Sr. Presidente, o Congresso Nacional manteve o corte de 48% dos recursos do Orçamento-Geral da União para custeio das áreas de Saúde e Educação no Distrito Federal. Apesar de toda a mobilização realizada por políticos, empresários, lideranças comunitárias e a população do Distrito Federal, as Bancadas na câmara dos Deputados e no Senado Federal não conseguiram a aprovação de emenda que garantisse o repasse obrigatório de suplementações orçamen



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Lúcia

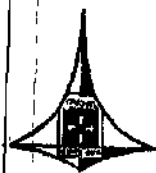
REVISOR: Edson

HORA: 10: 25 tfe: 0-12/4

DATA: 01/04/93

ORADOR: Carlos Alberto

tárias para a manutenção desses setores até o final do ano.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: SABÀ

REVISOR: NEY

HORA: 10:30 Nº: 0.13.1

DATA: 01/04/93

ORADOR:

O que é, entretanto, problemático - e eu chamo a atenção dos nobres Pares - é que recentes notícias veiculadas na imprensa informam que o Governo do Distrito Federal possui verbas para manter os dois setores até setembro do corrente ano, mesmo com o corte dos recursos. Se confirmada tal informação, o GDF estaria trabalhando com cálculos equivocados, ou mesmo, deixando de tratar as questões orçamentárias com a transparência indispensável à informação da sociedade. Para esclarecer estas questões é que estamos propondo a convocação do Exm^a. Sr. Secretário da Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, inclusive porque foi um dos representantes do Poder Executivo nas negociações com o Congresso Nacional.

Peço a atenção dos nobres Pares porque o Dr. Everardo Maciel em reunião com a bancada federal, presente o Senador Walmir Campello, presente o Deputado José Frejat, presente o Deputado Augusto Carvalho, presente a Deputada Maria Laura, presente o Deputado Chico Vigilante e outros Deputados» declarou que não faltariam recursos, inclusive para pessoal e com seus reajustes, até setembro de 1993, Os Deputados da área federal e Senadores presentes ficaram perplexos, porque estavam ali exatamente num trabalho de mobilização



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: SAB

REVISOR: NEY

HORA: 10:30 Nº: 0.13.2

DATA: 01/04/93

ORADOR:

para conseguirem as emendas indispensáveis para mais recursos para o Distrito Federal; o Secretário Everardo Maciel reafirmou a sua opinião e os Deputados, inclusive, naquela ocasião, perguntaram se ele assumia a responsabilidade pelas suas declarações e ele disse: "Eu assumo a responsabilidade por dizer que não faltará dinheiro para pagamento de pessoal com reajustes até setembro de 1993".

Ora, Sr. Presidente, não podemos ficar aqui, os Deputados Distritais e a sociedade, em dúvida com relação a estas questões, afinal de contas ontem foi feita uma mobilização da sociedade com mais de 3 mil pessoas em frente ao Congresso Nacional, e afinal de contas o que é a verdade? Então, este requerimento é para que o Dr. Everardo Maciel venha a esta Casa prestar estes esclarecimentos.

Sr. Presidente, estou apresentando também um outro requerimento que solicita a Sra. Secretária de Administração . . . sejam enviadas as tabelas salariais dos Órgãos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal.

3330

Schneider

03/04

10:30

O.B.3

Lido em

1/4/93

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

REQUERIMENTO /93

Autores Deputado Carlos Alberto
Partido* PPS ~ Partido Popular Socialista

Assunto: Solicita à Secretária de Administração que sejam enviadas as tabelas salariais dos órgãos da administração direta e indireta do DDF.

Senhor Presidente,

Nos termos do artº 107 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do DF, requero à Mesa que seja solicitado à Secretária de Administração, Senhora Stella dos Reis Guimarães Tróis, as tabelas salariais dos seguintes órgãos da administração direta e indireta do Distrito Federal:

- Gabinete do Vice-Governador;
- Secretaria de Governo;
- Procuradoria Geral;
- Secretaria da Fazenda e Planejamento;
- Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central;
- Secretaria de Administração e Trabalho;
- Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos;
- Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia;
- Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do Distrito Federal;
- Serviço Autônomo de Limpeza Urbana;
- Secretaria de Educação;
- Fundação Educacional do Distrito Federal;
- Secretaria de Saúde;
- Instituto de Saúde do Distrito Federal;
- Fundação Hospitalar do Distrito Federal;
- Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária;
- Fundação do Serviço Social do Distrito Federal;
- Fundação Habitacional do Distrito Federal;
- Secretaria de Obras e Serviços Públicos;
- Regiões Administrativas;
- Companhia Urbanizadora da Nova Capital;
- Secretaria de Transportes;
- Departamento de Estrada de Rodagem do Distrito Federal;
- Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos;
- Secretaria de Agricultura;
- Fundação Zoobotânica do Distrito Federal;
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural;
- Secretaria de Segurança Pública;
- Polícia Militar do Distrito Federal;
- Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;
- Departamento de Trânsito do Distrito Federal;
- Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso;

LS

Sob 1 Mey

01/04

10:30

0.8.4

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- Secretaria de Cultura, Esportes e Comunicação Social;
- Fundação Cultural do Distrito Federal;
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entornos;
- Banco de Brasília S.A. 9
- Sociedade Habitacional de Interesse Social;
- Companhia de Água e Esgoto de Brasília;
- Companhia Imobiliária de Brasília;
- Companhia de Eletricidade de Brasília;
- Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília;
- Centros de Abastecimento do Distrito Federal; e,
- Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A..

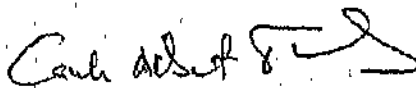
Pego, ainda, urgência na tramitação deste requerimento face a importância da matéria.

JUSTIFICAÇÃO

Em função do trabalho legislativo, faz-se necessário que esta Casa tenha conhecimento sobre as tabelas de remuneração da administração direta e indireta do Distrito Federal.

Certo de que a informação pretendida irá nos auxiliar nas discussões sobre a isonomia das carreiras no Distrito Federal, peço aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em 29 de março de 1993.


Dep. CARLOS ALBERTO



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Sabá

REVISOR: Ney

HORA: 10:30 Nº: 0.13.5

DATA: 01.04.93

ORADOR:

Sr. Presidente, concluindo, estou dando entrada em um projeto de lei, inclusive com similar no Município de São Paulo, que institui um programa permanente de desenvolvimento profissional e reciclagem tecnológica para as áreas que especifica no âmbito da educação continuada e dá outras providências; o qual passo a ler neste momento:

Sobá / Ney

01.04

10.20

0.136

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Lido em

1/4/93

PROJETO DE LEI Nº r DE 1993

(Do Deputado Carlos Alberto)

Institui o Programa Permanente de Desenvolvimento Profissional e Reciclagem Tecnológica para as áreas que especifica, no âmbito da educação continuada, e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Permanente de Desenvolvimento Profissional & Reciclagem Tecnológica no âmbito da educação continuada para técnicos industriais, «Wícolas, profissionais da área de fôaúdeir educação e demaha setores sociais dos quadros da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal.

Art. 2º - O Programa Permanente de Desenvolvimento Profissional & Reciclagem Tecnológica* terVÁ por objetivo a formação continuada dos profissionais, de modo nistemático e permanente, possibilitando a atualização dos conhecimentos necessários para o melhor desempenho pessoal, profissional e t«fc:nol<igico de suas atividades.

Art. 3º - O Programa Permanente de Desenvolvimento Profissional e Reciclagem Tecnológica será desenvolvido mediante ação conjunta entre as direc:ôea dos órgãos da Administração Direta, Indireta e os representantes sindicais e associativos das respectivas categorias profissionais, buscando uma integração com as instituições de ensino superior e instituições de pesquisa nacionais e internacionais.

Art. 4º - Fica instituído um mínimo de 6(seis) dias úteis por ano a serem utilizados em atividades de reciclagem tecnológica, sem qualquer prejuízo na remuneração dos profissionais.

Art. 5º - O Poder!, Executivo, do Distrito Federal expedirá instruções rnonrepresentantes da Fazenda do Distrito Federal, para concretizar as providências administrativas e operacionais necessários à efetivação das medidas de que trata esta lei,.

Art. 6º - O Poder Público regulamentará a presente lei no prazo (Je 60 ísessenta) dias.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

2

AH: 79 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 89 - Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Desenvolve-se em nossa época uma portentosa revolução científico-tecnológica, que abre a face da vida e da sociedade e coloca cada um elevadas exigências em conhecimento e em sua preparação profissional.

As políticas irradicionais de desenvolvimento profissional que têm sido realizadas deixaram de responder as exigências dos novos tempos, distanciando-se das necessidades e dos desafios da modernização do sistema produtivo.

Dada a aceleração da emergência de novos conhecimentos e de novas tecnologias, torna-se cada vez mais necessário preparar mais pessoas, melhor e mais rápido.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovou, em 1974, a Convenção nº 140, a qual preconiza o direito à licença remunerada de parte da jornada de trabalho para os profissionais envolvidos em programas de formação continuada.

Legislação referente a este direito foi adotada por todos os países de economia mais desenvolvida no decorrer da década, como a Itália, através da Lei nº 300 de 1970, assim como a França em 1971.

No Brasil, o Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo conquistou, pioneiramente, em 1991, em Acordo Coletivo com a Fiesp, Sindimaq, Federação do Comércio do Estado de São Paulo e outros sindicatos empresariais industriais, o direito a todos os engenheiros da área industrial e comercial, de terem 4 (quatro) dias úteis (32 horas) por ano para serem utilizados em sua reciclagem tecnológica sem ônus nos seus vencimentos.

Para garantir a contínua modernização do Poder Público do Distrito Federal no sentido de fornecer, de forma crescente, melhores serviços à sociedade, é decisiva a qualificação permanente e a valorização profissional dos seus recursos humanos e, em especial, os profissionais da área tecnológica.

Nesta etapa em que a sociedade humana se abre para o conhecimento intensivo, a marginalização dos países e,

Sobá / Nay

02/04

10:30

0.139

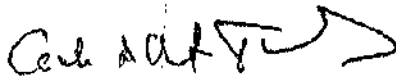
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

3

estagnação profissional se clar3o, cada veKroais, a partir da
ausência ti#i oportunidades de acesso ao saber.

Pelo exposto, entendo que este projeto de lei é o
nicio da solução dessa questão.

Sala das Sessões, de março de 1993



Deputado CARLOS ALBERTO

~~Ele visa ... S/IVI~~



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Ivi

REVISOR: Ney

HORA: 10h35 Nº 0/14.1

DATA: 01.04.93

ORADOR: Carlos Alberto

Ele visa, portanto, caros colegas, instituir, no Distrito Federal, para a área tecnológica, os esforços de educação continuada, permitindo que pelo menos 32 horas por ano, o equivalente a quatro dias, sejam concedidas a esses profissionais para participarem de programas de educação continuada.

Eu agradeço a atenção dos nobres colegas e agradeço também ao nobre Presidente por ter-me permitido extrapolar, brevemente, o tempo concedido.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Ivi

REVISOR: Ney

HORA: 10h35 Nº: 14.2

DATA: 01.04

ORADOR:

O SR, PRESIDENTE (Cláudio Monteiro) - Com a palavra o
Deputado José Ornellas.

O SR. JOSÉ ORNELLAS (PL. Sem revisão do orador.) - Sr.Pre-
sidente, Srs. Deputados, eu entendo que o problema do corte dos recursos
da União para o GDF merece de nós um pronunciamento mais profundo, mais
longo, que pretendo fazer na terça-feira. Entendo que não cabe na Comuni-
cação de Lideranças um pronunciamento prolongado. [Apenas estou usando a
tribuna, hoje, para dizer da atuação dos dois Deputados ^{Distritais} do PL, eu e o
Deputado Jorge Cauhy, junto à Bancada do PL na Câmara Federal, no sentido
de um apoio cerrado ao destaque que realmente não foi levado à votação,
^{para} que aquela Bancada ^{apoiare} o Distrito Federal nas suas
reivindicações.

Nesse sentido, com muita clareza, o nosso Líder Valdemar
Costa fez um pronunciamento, em plenário, colocando bem claro o apoio que
a Bancada Federal do PL na Câmara Federal fez no sentido de apoiar
as reivindicações do GDF.



CÂMARA LEGISUTIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Ivi

REVISOR: Ney

HORA: 10h35 Nº: 14.3

DATA: 01.04

ORADOR:

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Monteiro) - Com a palavra o
Deputado Edimar Pireneus, da Liderança do Governo.

O SR. EDIMAR PIRENEUS (PP. SEM revisão do orador.) - Sr.
Presidente, caros colegas, tivemos no Congresso ^{Nacional} uma luta que acredito
que seja de toda a população e também de todos os partidos políticos! A
questão da verba passada da União para o GDF. Acreditamos que Brasília
seja parte de todo nosso País,

S/Ratão



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Katia

REVISOR: Lizete

HORA: 10:40 Nº: 0-15.1

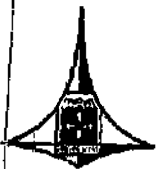
DATA: 01/04

ORADOR: Deputado Edimar Pireneus

é de responsabilidade para que nossa Capital Administrativa tenha condições de dar ao País tranqüilidade, na administração de interesse de todo o Território, as verbas necessárias da area de saúde, educação e segurança .

Encontramos, no Senado, uma situação que me preocupou muito, relativamente a Parlamentares Federais de outros Estados. A idéia que se tem é que Brasília é um País à parte; que aqui vivemos situações bem diferentes do resto da Nação. Preocupa-me a impressão que estão levando para os Estados, os altos salários, o aspecto económico diferente, que é a realidade do nosso País* Isso, ontem, numa demonstração de que a população está atenta e que nós, políticos responsáveis e o próprio Governo, podemos fazer uma marcha constante, uma vigília constante e que o interesse de nossa Capital não seja esquecido pelos Parlamentares federais.

Mas, venho, ainda, dizer, sobre as indagações do próprio Secretário da Fazenda do Distrito Federal, que estaremos, aqui, na próxima sessão, respondendo aos nossos Pares, esclarecendo que o Governo Joaquim Roriz está preocupado, como todos nós, mas é obrigação nossa, do Legislativo, acompanhar o Orçamento da União.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Katia

REVISOR: Lizete

HORA: 10:40 Nº: 0-15.2

DATA: 01/04

ORADOR: O Sr. Presidente (Cláudio Monteiro)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Monteiro) - Ainda no 4

PEQUENO EXPEDIENTE, para comunicados de Parlamen
tares, "concedo" a palavra o Deputado Tadeu Roriz.

~~SR. LADELL ROBERT (BB)~~

~~CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL~~

~~GABINETE DO DEPUTADO~~ TADEU RORIZ

(pp. Sem parição de orador)

Gr. Presidente,
Sres. Diputados,

Ocupo, hoje, a tribuna dessa Casa, para chamar a atenção dos nobres colegas deputados sobre a importância ou a necessidade de resgatarmos, no segundo turno de votação da Lei Orgânica, a questão do uso da terra.

A discussão de um assunto dessa magnitude para o Distrito Federal não pode deixar de ter uma solução na Lei Maior. Seremos todos crucificados se essa questão vier a ser decidida numa lei ordinária, cuja a aprovação necessita de apenas 13 votos. Não podemos dar ao uso da terra no Distrito Federal um tratamento hierárquico similar ~~à~~ temas ~~de importância maior~~ ~~de importância menor~~.

Parece claro que a lei ordinária não é a solução adequada.

E, sem qualquer demérito para os autores, confesso, por essa razão, que fiquei surpreso com a pressa dos deputados José Ornelas e Aroldo Satake na apresentação de projetos de lei sobre o uso do solo no DF, sem que ainda tivéssemos sequer ^{segundo} ~~segundo~~ turno. A propósito, é bom lembrar que já tramitam na Casa dois outros projetos de lei, de autoria dos deputados Carlos Alberto e Wasny de Roura, tratando especificamente da matéria.

Agora isso, a questão da terra tem recebido também contribuições de outros Deputados, como Salviato Guimarães, Cláudio Monteiro, Gilson Araújo, ~~Roberto de Aguiar~~, Fernando Moura, todos com excelentes proposições para a discussão, mais ampla do assunto.

~~CHAR
REPORT
PRESENT~~

Relegar, portanto, a questão da terra, um importante, senão o mais relevante, tema da Lei Orgânica do Distrito Federal, à decisão de uma lei ordinária, é assumir uma responsabilidade política que efetivamente poderá contribuir para denegrir ainda mais a imagem dessa Casa.

Temos aqui um grupo de pessoas com condições intelectuais e técnicas suficientes para ajudar no encaminhamento desse assunto. Falta-nos um entendimento político: Precisamos ser mais realistas, mas um realismo que não nos leve a perder o desejo de sonhar. Mas, o sonho não é suficiente nessa questão, nem no Distrito Federal, nem em qualquer parte do Brasil.

muitos deles aqui presentes, como (Deputado) Aroldo Satake, ~~Deputado~~ Carlos Alberto, ~~Deputado~~ Salviano Guimarães, ~~Deputado~~ Edimar Pireneus, ~~Deputado~~ José Ornellas, ~~Deputado~~ Wasny de Roure, ~~Deputado~~ Geraldo Magela, ~~Deputado~~ Cláudio Monteiro, ~~Deputado~~ Eurípedes Camargo, e outros que estão ausentes. do navio, Gilson Araújo, Aquino, André

Edinar # ~~100~~

(Continua o Deputado Tadeu Roriz)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

A polarização em torno do tema, além de não ajudar em nada, parece inteiramente equivocada: primeiro porque o uso da terra no Distrito Federal tem uma concepção extremamente particular e original; e, segundo, porque em que pese essa originalidade, muitas das regras sobre a ocupação tão só aqui e delineadas no início de Brasília, ficaram desgastadas, ao longo desses 32 anos, diante da realidade social vivida pela Capital da República.

i. É preciso ficar claro que, ao tratar dessa questão, discutimos ainda o destino de milhares de famílias, que tiram da terra não apenas o seu sustento, mas que têm nela também a sua razão de viver. Essas pessoas não podem ser punidas pela ausência do diálogo, numa Casa, criada justamente com o propósito de buscar o equilíbrio social e democrático.

j. Sentí uma grande satisfação, quando no início da elaboração da Lei Orgânica, sugerí e vi incorporada, aos textos dos primeiros relatórios parciais, a "proposta mista", de minha autoria, conforme sugestões de números 22 e 24, de agosto de 1961. Elas contemplavam tanto o regime de concessão de uso quanto o da propriedade da terra, via titulação.

Tivemos êxito ainda, num primeiro momento, ao inserir o prazo de 10 anos, como tempo mínimo, para que o concessionário ou arrendatário de terras públicas pudesse ter direito à titulação da área onde vive e trabalha. Mas, isso somente seria obtido após a real comprovação de que o agricultor está produzindo plenamente, de conformidade com os objetivos estabelecidos no contrato de concessão, em que ficasse caracterizado o cumprimento da função social da terra.

Essas propostas procuravam adequar o Distrito Federal a uma nova realidade, mas sem descaracterizar as concepções originais sobre o uso da terra no Distrito Federal. Ao longo das discussões, no entanto, nossa proposição foi se diluindo e se transformando numa questão pessoal e ideológica, induzindo-nos ao equívoco da polarização.

ENTENDO, PORTANTO, QUE DEVERÍAMOS RETOMAR A DISCUSSÃO DESSA QUESTÃO NO SEGUNDO TURNO DA LEI ORGÂNICA, OU, IMEDIATAMENTE, NESSE PERÍODO QUE INTERMEDIA O PRIMEIRO E O SEGUNDO TURNOS.

talvez encontremos óbices no Regimento Interno, nas suas Disposições Transitórias, na parte que trata da Lei Orgânica. Mas, se estamos elaborando uma Lei Maior para definir o futuro do Distrito Federal, o REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA NÃO PODE FUNCIONAR COMO UMA BARREIRA PARA A REALIZAÇÃO DE UM TRABALHO.

s/Eliane

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

REALIZAÇÃO DE UM TRABALHO SÉRIO, MADURO E PERENE.

Nem TA Assembléia Nacional Constituinte de 1988, ^{Como} nenhuma Assembléia Legislativa no Brasil, conseguiu cumprir os prazos -Pixados inicialmente para a conclusão da Constituição Federal ou de suas Leis Orgânicas. Não se trata aqui de honra pessoal, ou de qualquer outro compromisso assemelhado com o cumprimento da data final para a conclusão do Projeto*. Muita pior será entregar um trabalho mal feição, mal elaborado, e que não resistirá ao primeiro questionamento jurídico.

Outra preocupação nossa era com a especulação imobiliária, uma ameaça concreta à área rural. E necessário que o Governo do Distrito Federal disponha dos meios legais para fundamentar o zoneamento adequado do seu território, de forma que os espaços destinados às áreas urbanas e rurais fiquem claramente definidos, segundo suas vocações.

Com esse sentido, elaboramos ainda um projeto de Resolução, em tramitação na Câmara, que prevê a criação da Comissão Permanente de Política Agrícola Fundiária. Ela daria ao Legislativo autoridade para acompanhar e avaliar, previamente, todos os contratos de titulação de terras públicas, acima do módulo mínimo, que existem ou que vierem a ser propostos.

O problema, como se observa, não se esgota sequer na Lei Orgânica. Pior ainda é ser dela retirado. As bases reais da discussão estão apenas se iniciando.

O assunto é altamente relevante para o futuro do Distrito Federal e, portanto, em respeito à população e aos nossos filhos, vejo como uma obrigação de cada um de nós contribuir para a retomada dessa discussão no segundo turno de votação da Lei Orgânica.

Era o que tinha a dizer.

~~1 - O PROJETO É DE FOMENTO À AGRICULTURA - PROJETO DE LEI Nº 1.111/93~~



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Eliane

REVISOR:

HORA: 10:50 Nº . 0.17.2

DATA: 01.04.93

ORADOR:

O SR. AROLDO SATAKE - Sr. Presidente, fui citado pelo nobre Deputado Tadeu Roriz.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Monteiro) - Sr. Deputado Aroldo Satake, V.Ex^a, como os 23 outros Srs. Deputados, foi citado. Foram citados os presentes e os ausentes. Mas não houve qualquer citação com demérito a qualquer Deputado.

O SR. AROLDO SATAKE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Monteiro) - Com a palavra o Sr. Deputado Aroldo Satake.

O SR. AROLDO SATAKE (PP. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, estranha-me muito o Deputado Tadeu Roriz dizer que estranha nós apresentarmos um projeto neste momento, antes de iniciar o 22 turno da votação da Lei Orgânica. Agora deveria S.Ex^a. assumir se realmente é a favor da titulação da terra, ou não .

Diz S.Ex^a que apresentou emenda propondo uso misto.

Acredito que não houve precipitação, em nenhum momento, da nossa parte, ao encaminhar o projeto, mesmo porque trabalhamos na titulação das terras do Distrito Federal durante um ano e meio. Portanto, discussão houve em torno desse assunto e não precisava o Deputado Tadeu Roriz estranhar.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Eliane

REVISOR: Arnaud

HORA: 10 : 50 Nº: Q . 17 . 3

DATA: 01.04.93

ORADOR:

Esse projeto estará tramitando nas três Comissões. S.Ex^a poderá discuti-lo nessas três Comissões. Ademais, existem projetos também, sobre esse tema, do Deputado Carlos Alberto, do Deputado Manoel Andrade e outros, e eu, como Relator dessa matéria, não poderia ser omissos neste momento.

O SR. EDIMAR PIRENEUS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Monteiro) - Com a palavra o Sr. Deputado Edimar Pireneus.

O SR. EDIMAR PIRENEUS (PP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa questão da terra, que foi muito debatido nesta Casa, será um tema polêmico. Sugiro aos nobres Pares que enviem os projetos de suas pretensões sobre a questão da terra, para que possamos fazer o aprensamento de todos eles e designar relatores, a fim de que possamos discuti-los da mesma maneira como foi discutido o PDOT, propondo uma saída de interesse não de particulares ou de segmentos da sociedade, mas de toda a coletividade.

O SR. MAURÍLIO SILVA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Monteiro) - Com a palavra o Sr. Deputado Maurílio Silva.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Eliane

REVISOR: Arnaud

HORA:10:50tf!>:0.17.4

DATA: 01.04.93

ORADOR:

O SR. MAURILIO SILVA (PP. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, estranho a colocação do nobre Deputado Tadeu Roriz, até pelo comportamento de S.Ex^a. Chegar aqui, de público, e falar que temos uma Lei Orgânica mal feita, que vem criar problemas, acho, nobre Deputado Tadeu Roriz, que no mínimo V.Ex^a. foi infeliz. Não me parece que os Deputados vieram aqui para fazer um trabalho ruim, de qualidade inferior.

É exatamente isso que eu penso.

Procuramos fazer o melhor, e o projeto, no que diz respeito à titulação da terra, esteve a disposição dos Srs. Deputados do dia 14 de dezembro de 1991 até 1993.

Efetivamente, Deputado Tadeu Roriz, V.Ex^a, que eu saiba,



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Hermione

REVISOR: Arnaud

HORA: 10:55 Nº: 018/1

DATA: 01.04.93

ORADOR: O Sr. Maurílio Silva

nao apresentou um trabalho efetivo às Comissões ou à Comissão de Sistematização, um trabalho que viesse a ser apreciado.

Agora, depois de passar o primeiro turno, chegando o segundo turno, não vejo por que outros Deputados que desejarem apresentar as suas propostas para lei ordinária possam ter dificuldades nesse sentido.

Falo em nome da Comissão de Sistematização, porque entendo que V. Ex^a., no mínimo, procurou denegrir o trabalho de um grupo de Deputados que a ele se dedicaram por muitos meses - inclusive assessores - dizendo que é um trabalho mal feito. Nisso, não posso concordar com V. Ex^a., Deputado Tadeu Roriz.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Monteiro) - Convido a Deputada Rose Mary Miranda para assumir a Presidência dos trabalhos.

~~(Assume a Presidência a Sr^a Rose Mary Miranda)~~

A SR^a PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Com a palavra o Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador.) - Sr^a Presidente, usarei apenas um minuto.

Quero dizer o seguinte: também me estranha a estranheza - para-fraseando o Deputado Aroldo Satake - do Deputado Tadeu Roriz. Por quê? Porque



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Heermione

REVISOR: Arnaud

HORA: 10:55 Nº: 018/2

DATA: 01.04.93

ORADOR: O Sr. Geraldo Magela

o Deputado Tadeu Roriz teve todas as oportunidades de trabalhar, inclusive junto à sua bancada, do PP, para tentar chegar a um acordo. E o Deputado Tadeu Roriz, pelo que me consta, omitiu-se nesse debate, naquele momento, não fez os esforços necessários para se chegar a um acordo. A bancada do PP não admitiu acordo na última hora e, portanto, a essa bancada é que o Deputado deveria dirigir-se.

O SR. WASNY DE ROURE - Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Tem a palavra V.Ex^a.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr^a Presidente, gostaria de resgatar um pouco a verdade. Posso até concordar ~~em~~ que o Deputado Tadeu Roriz não tenha participado das negociações finais. Mas, por ocasião de apresentação de propostas, ainda que discordando, foi S.Ex^a. um dos Deputados que teve a iniciativa de apresentar *um* proposta mista. Diga-se de passagem, S.Ex^a foi o primeiro a fazê-lo - posso até estar equivocado.

Também gostaria de fazer um registro: ainda que a questão regim^{en}tal deva ser ~~considerada~~ neste momento, sobre o retorno da matéria, o que, re^gimentalmente, não tem sustentação, não posso deixar de complementar a preocupa^{ção} do colega. Nos, como Parlamentares, temos a obrigação de acompanhar a dinâmica de discussão, não apenas com relação à matéria fundiária, mas com rela^{ção} a "n" matérias. Portanto, ainda que necessariamente não concordando com a



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Hermione

REVISOR: Arnaud

HORA:10:55 Nº:018/3

DATA: 01.04.93

ORADOR: Sr. Geraldo Magela

proposta de S.Exª complemento a preocupação do Deputado.

Fui mencionado, tenho-me manifestado, inclusive estou com um artigo para ser publicado com relação à ausência da questão fundiária na Lei Orgânica. Essa matéria já está para ser publicada no jornal. Naturalmente, é uma preocupação.

Se o Deputado entende que se trata de matéria vencida e quer reintroduzi-la, cabe aos membros da Comissão de Sistematização dizer as limitações regimentais para que a matéria retorne. Mas, dizer que é impróprio, discordo dos nobres colegas que se manifestaram nesta Casa.

O SR. TADEU RORIZ - Srª Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

A SRª PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Tem a palavra V.Exª.

O SR, TADEU RORIZ (PP. Sem revisão do orador.) - Srª Presidente, ressalvadas as palavras do Deputado Wasny de Roure, um dos poucos que prestou atenção ao meu pronunciamento, acredito que alguns Deputados que me antecederam na tribuna não tiveram o entendimento perfeito das colocações que fiz desta tribuna. Eu não critiquei a Lei Orgânica, não disse que o trabalho foi mal feito.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Hermione

REVISOR: Arnaud

HORA: 10:55 Nº: 018/4

DATA: 01.04.93

ORADOR: Tadeu Roriz

Jamais faria essa crítica. Apenas estou solicitando a retomada do diálogo - e critiquei, sim, a polarização que houve e a não conclusão - sobre a questão da terra. Foi isso que eu disse.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Yeda

REVISOR: Edson

HORA: 11h Nº: 0-19/1

DATA: 1/4

ORADOR: Tadeu Roriz (cont.)

Inclusive citei o trabalho de vários Deputados, como o do Deputado Aroldo Satake, que presidiu a Comissão, e tentou se esforçar. Apenas lamento que isso não possa ser aprovado em lei ordinária. É a minha única discordância. Também não critiquei o Deputado Maurílio Silva e a Comissão de Sistematização. Jamais faria essa crítica e sequer citei como trabalho malfeito. No meu pronunciamento asseverei que S.Exa. tivera um esforço grande na elaboração e nas propostas, mas, infelizmente, houve uma polarização de idéias e não se chegou a um consenso sobre a titularização ou a concessão de uso.

Foi esta a minha colocação.

Lamento que o Deputado Geraldo Magela, sem conhecimento de causa, faça críticas infundadas ao meu pronunciamento. Estão aqui as notas taquigráficas que confirmam o que foi dito. Reitero, mais uma vez, que o diálogo tem de ser retomado, para que possamos chegar a um entendimento sobre uma das questões mais importantes para o Distrito Federal será inserida na Lei Orgânica.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Pela ordem, o Deputado Salviano Guimarães.

O SR. SALVIANO GUIMARÃES (PDT.Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, foi oportuna a manifestação do Deputado Tadeu Roriz, porque todos reconhecemos que, sem dúvida alguma, dentre os equívocos cometidos na elaboração



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Yeda

REVISOR: Edson

HORA: 11h Nº: 0-19/2

DATA: 1/4

ORADOR:

da Lei Orgânica, talvez o maior tenha sido o da lacuna que ficou em relação às terras do Distrito Federal, porque dizem respeito diretamente ao interesse dos produtores, dos trabalhadores rurais e do próprio futuro da Capital da República.

De há muito defendemos essa ^{titu}titulação, o quero fazer justiça.

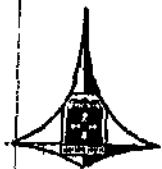
Quando ocorreu um amplo debate sobre titulação ou não no Distrito Federal, fui um dos que incentivaram o Deputado Manoel Andrade a apresentar projeto de lei, no sentido de regularizar essa situação, e outros Deputados, como o Deputado Carlos Alberto, têm discutido o problema da Terra, independentemente da sua posição política.

Esta discussão em torno da terra deve continuar.

Infelizmente não vejo como voltar a inserir este assunto na Lei Orgânica do Distrito Federal, já que o Regimento da Lei Orgânica é bastante rígido, e nos fica muito difícil romper com o Regimento votado por este Plenário.

A discussão da terra deve continuar ~~da terra deve continuar~~, é oportuno e devemos dar uma satisfação, o mais rápido possível, à população do Distrito Federal, porque não pode esta Casa de Leis simplesmente se calar em relação às terras do Distrito Federal.

Todas as propostas devem ser bem-vindas, são oportunas, ou mes-



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Yeda

REVISOR: Edson

HORA: 11h Nº: 0-19/3

DATA: 1/4

ORADOR:

mo apresentei, com minha assessoria, todo um Capítulo sobre uso da terra rural
no Distrito Federal, refiz todo esse Capítulo e aproveitei a oportunidade para
dar entrada a um projeto de lei que "visa disciplinar o regime jurídico de uso
e o processo de privatização das terras públicas rurais pertencentes ao Distri-
to Federal e a sua administração descentralizada, e dá outras providências."

Esta contribuição poderá enriquecer, e muito, o debate sobre
o assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Com a palavra o Depu-
tado Manoel Andrade.

Solicito a S. Exa, seja breve, senão passaremos todo o dia de
hoje, com questões de ordem / direito de resposta.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI. : Yeda

REVISOR: Edson

HORA: 11h Nº: 0-19/4

DATA: 1/4

ORADOR:

O SR, MANOEL ANDRADE (PP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, quando se fala em terra, parece que mexe com os nossos sentimentos, e muito fortemente. Todas as vezes que escuto qualquer pronunciamento neste sentido, tenho vontade também de me pronunciar, para dizer da preocupação desta Casa e da sociedade organizada, de um modo geral, quando vêm a Lei Orgânica desprovida de item tão importante como a questão fundiária.

Desde o início dos trabalhos desta Casa, o Deputado Salviano Guimarães discute



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: SULAMITA REVISOR: EDSON HORA: 11 : 05 Nº: 0-20/1
DATA: 01/04 ORADOR: MANOEL ANDRADE

a propriedade. Tivemos oportunidade de participar de um simpósio promovido pelos produtores rurais para discutir a questão da titulação. Estive lá juntamente com o Deputado Carlos Alberto. De um lado, eu estava defendendo a titulação, de outro lado, o Deputado Carlos Alberto contra a titulação.

Criamos uma "aversão" muito grande à palavra titulação, parece coisa do outro mundo. Quando o Deputado Salviano Guimarães apresenta projeto que busca também a privatização, a titulação da terra, deve ser bem-vinda esta proposta, como também devem ser bem-vindas as propostas que procuram trazer uso misto, porque, a meu ver, o fato de alguém propor a titulação não impede, em hipótese alguma, permaneça também a concessão -de uso, o arrendamento. São institutos do Direito Administrativo que estão garantidos e não há porque dizer que, ao se apresentar um projeto de titulação, se haverá titulação. Não é verdade. A titulação existirá, como também existirá a concessão de uso, o arrendamento, e estes três institutos estão previstos no Direito Administrativo Brasileiro, e com certeza qualquer projeto de lei que prevê a titulação há de resguardar também esse instituto, para que o Estado possa aplicar uma política compatível com a sua necessidade.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: SULAMITA REVISOR: EDSON HORA: 11:05 Nº: 0-20/2
DATA: 01/04 ORADOR: MANOEL ANDRADE

Parabenizo e me somo àqueles - como o Deputado Aroldo Satake, um homem ligado ao campo, preocupado com a matéria -, me somo àqueles que buscam preencher esse vazio terrível de a Lei Orgânica não contemplar a questão fundiária, a questão da terra, a titulação, a alienação, o arrendamento. Minha colaboração é justamente neste sentido.

O SR. CARLOS ALBERTO - Sra. Presidente, direito de resposta.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Tem a palavra V. Exa..

O SR. CARLOS ALBERTO (PPS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, compreendo a preocupação de V. Exa.. Estou sentindo que este debate está dominado pela vaidade. Em vez de estarmos aqui preocupados com uma solução para o Distrito Federal, estamos preocupados com quem apresentou a proposta que haverá de ser aprovada por esta Câmara Legislativa.

Aliás, Sra. Presidente, um dos fatores que nos impediu de ter o Capítulo da Terra inserido na Lei Orgânica, mediante uma negociação de todos os Partidos, foi exatamente esse componente da vaidade, da paternidade. Os Partidos, as pessoas, os Deputados queriam ser



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: SULAMITA

REVISOR: EDSON

HORA: 11:05 Nº: 0-20/3

BATA: 01/04

ORADOR: CARLOS ALBERTO

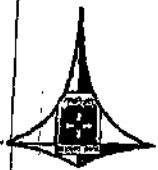
autores da solução definitiva e não aceitaram mais uma negociação. Esse é um aspecto que ainda neste momento está se revelando neste debate. Temos-nos de sentar à mesa, independente do projeto que tal ou qual Deputado apresentou, e elaborar uma proposta negociada, capaz de dar solução à questão fundiária no Distrito Federal.

Esta é a grande questão que está colocada.

Não se pode impedir qualquer partido ou qualquer Deputado de apresentar a sua proposta. Deve-se exigir, sim, que os Deputados ou os partidos tenham a preocupação maior com o interesse da sociedade.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, antes de ater-me propriamente ao meu pronunciamento, registro da tribuna minha solidariedade ao jornal "Folha do Gama", e já enviamos ofício ao Sr. Ministro da Justiça, em relação à atitude indigna do Sr. Administrador daquela satélite que mandou apreender e recolh^rer a edição desse jornal.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Lara

REVISOR: Ney

HORA: 11:10 Nº. 0-21.1

DATA: 01/04/93

ORADOR: Dep. Wasny de Roure

Sr^a Presidente, também gostaria de protocolar, nesta Casa, um projeto de lei de nossa autoria que dispõe sobre a realização de ^{auditorias} ~~auditorias~~ ambientais dentro do Distrito Federal.

Lido em

1/4/93

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº /93

(DO SR. WASNY DE ROURE)

Dispõe sobre a
realização de auditorias ambientais.

Art. 1º - Para os efeitos desta Lei, denomina-se auditoria ambiental a realização de avaliações e estudos destinados a determinar:

I - os níveis efetivos ou potenciais de poluição ou de degradação ambiental provocados por atividades de pessoas físicas ou jurídicas;

II - as condições de operação e de manutenção dos equipamentos e sistemas de controle de poluição;

III - as medidas a serem tomadas para recuperar o meio ambiente e proteger a saúde humana;

IV - a capacitação dos responsáveis pela operação e manutenção dos sistemas, rotinas, instalações e equipamentos de proteção do meio ambiente e da saúde dos trabalhadores.

Art. 2º - Os órgãos governamentais competentes encarregados da implementação das políticas de proteção ambiental poderão determinar a realização de auditorias periódicas ou ocasionais, estabelecendo diretrizes e prazos específicos.

Parágrafo Único - Nos casos de auditorias periódicas, os procedimentos relacionados à elaboração de diretrizes deverão incluir a consulta à comunidade afetada.

Art. 3º - As auditorias ambientais serão realizadas às expensas dos responsáveis pela poluição ou degradação ambiental.

Art. 4º - Sempre que julgarem conveniente para assegurar a idoneidade de auditoria, os órgãos governamentais poderão determinar que sejam conduzidas por equipes técnicas independentes.

Parágrafo Primeiro - Nos casos a que se refere o caput deste artigo, as auditorias deverão ser realizadas preferencialmente por instituições sem fins lucrativos, desde que asseguradas a capacitação técnica, as condições de cumprimento dos prazos e valores globais compatíveis com aqueles propostos por outras equipes técnicas ou pessoas jurídicas.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Parágrafo. Segundo - A omissão ou sonegação de informações descredenciarão os responsáveis para a realização de novas auditorias durante o prazo mínimo de 2 (dois) anos.

Art. 5º - Deverão, obrigatoriamente, realizar auditorias ambientais periódicas anuais as empresas ou atividades que é levado potencial poluidor, entre as quais:

I - instalações destinadas a estocagem de substâncias tóxicas e perigosas;

II - instalações de processamento e de disposição final de resíduos tóxicos e perigosos;

XII - instalações de tratamento e os sistemas de disposição final de esgotos domésticos;

IV - instalações que contenham ou manipulem aparelhos radioativos;

V - instalações de exploração e transformação de calcário e areia;

VI - unidades de geração de energia elétrica a partir de fontes térmicas e radioativas;

VII - indústrias siderúrgicas e metalúrgicas;

VIII - indústrias químicas e petroquímicas;

IX - oleodutos e terminais de petróleo e seus derivados;

X - usinas de asfalto;

XX - fábricas de cimento;

XII - Prigori ferosp

XIII - distrito, zonas ou setores industriais.

Parágrafo Primeiro - Os órgãos governamentais competentes encarregados da implementação das políticas de controle da poluição definirão as dimensões e características das instalações relacionadas nos incisos III, VII, VIII e XII do caput deste artigo que, em função de seu pequeno porte ou potencial poluidor, poderão ser dispensadas da realização de auditorias periódicas.

Parágrafo Segundo - O intervalo máximo entre auditorias ambientais periódicas será de 1 (um) ano.

Art. 6º - Sempre que constatadas quaisquer infrações deverão ser realizadas auditorias trimestrais até a correção das irregularidades, independentemente da aplicação de penalidades administrativas.

Art. 7º - As diretrizes para a realização de auditorias ambientais em indústrias poderão incluir, entre outras atividades, as relacionadas aos seguintes aspectos:

I - impactos sobre o meio ambiente provocados pelas atividades de rotina;

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

II - avaliação de riscos de acidentes e dos planos de contingência para, evacuação e proteção do» trabalhadores e da população situada na área de influência, quando necessária?

III - atendimento aos regulamentos e normas técnicas em vigor no que se refere aos aspectos mencionados nos incisos I, e XI deste artigo;

IV - alternativas tecnológicas, inclusive de processo industrial, e sistema» de monitoragem contínua disponíveis no Brasil «e em outros países, para a redução dos níveis de emissão de poluentes;

V - saúde dos trabalhadores e da população vizinha.

Art. 8º - Todos os documentos relacionados as auditorias ambientais, incluindo as diretrizes específicas e o currículo dos técnicos responsáveis por sua realização, serão acessíveis à consulta pública.

Art. 9º - A realização de auditorias ambientais não exime as atividades efetivas ou potencialmente poluidoras ou causadoras de degradação ambiental do atendimento a outros requisitos da legislação em vigor.

Art. 10 - As despesas da aplicação desta lei serão cobertas por recursos do tesouro alocados na SEMATEC - Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do DF.

Art. 11 - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de noventa dias contados a partir de sua publicação.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A auditoria ambiental objetiva avaliar os impactos ambientais de atividades já instaladas e em funcionamento, de modo que se possa corrigir, caso necessário, os impactos causados por essas atividades. Além disto, é uma forma de informação à população de como é e como funciona essas atividades objeto da auditoria ambiental, de modo que a sociedade possa se proteger dos possíveis danos causados a saúde coletiva e ao meio ambiente. Portanto, quando ocorre auditoria ambiental poderá ser necessário a realização de EIA - Estudo de Impacto Ambiental e respectivo RIMA - Relatório de Impacto do Meio Ambiente*.

A auditoria ambiental atende aos objetivos da Política Nacional de Meio Ambiente - Lei nº 6938 de 31 de agosto de 1981 (Art. 4º Inciso I, XII e VII) e, seu decreto regulamentador, particularmente o de nº 99274/90 e 97632/89. Esta

CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

constitucionalmente amparada no artigo 23-VI, artigo 24-VI, artigo 170-VI e artigo 225. Na Lei Orgânica do Distrito Federal no capítulo do meio ambiente, é contemplado a auditoria ambiental.

Cabe destacar que a auditoria ambiental consolidou-se a nível mundial depois da ocorrência de acidentes em usinas nucleares e em plantas de produção de produtos químicos, pois as multinacionais ficaram preocupadas com os valores altíssimos a serem pagos nos casos de indenizações por danos ao meio ambiente e a saúde da população, porque os danos atingem grandes áreas e um elevado número de pessoas. Por exemplo, no acidente de Bhopal, na Índia, a indústria de produtos químicos Union Carbide teve que pagar uma indenização pela morte de 2.500 (duas mil e quinhentas) pessoas, além do dano ao meio ambiente.

Sala das Sessões, 01 de abril de 1993.



WÁSNY DE ROURE

Partido dos Trabalhadores



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Lara

REVISOR: Ney

HORA: 11h10 Nº: 0/21.6

DATA: 01.04.93

ORADOR: Dep. Wasny de Rouse

Sra. Presidente, Srs. Deputados, utilizo este horário para trazer preocupações que tenho com esta Casa e chamo a atenção de cada um dos colegas Deputados, pessoas que estão hoje imbuídas de uma grande responsabilidade com a Lei Orgânica e a condução de cada um de seus mandatos, como também chamo a atenção de cada um dos servidores que nos ouve neste momento.

Uma das questões que muito nos tem preocupado no interior desta Casa é com relação à condução da matéria administrativa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SR. PRESIDENTE
SRAS. E SRS. DEPUTADOS

ESTAMOS CHEGANDO À RETA FINAL NA ELABORAÇÃO DA LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. APÓS TERMINADO O PRIMEIRO TURNO, FOI SUPERADA A FASE MAIS DIFÍCIL E POLEMICA DESTE GRANDE TRABALHO QUE ESTÁ SENDO REALIZADO PELA CÂMARA LEGISLATIVA.

QUASE SIMULTANEAMENTE, ESTÃO SENDO ENCERRADOS OS CONCURSOS JÁ INICIADOS POR ESTA CASA.

TANTO PARA A LEI ORGÂNICA COMO PARA A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, FORAM CONTRATADOS, ATRAVÉS DE LIVRE PROVIMENTO OU REQUISITADOS, SERVIDORES QUE NOS AJUDARAM A POR EM ORDEM E A FAZER FUNCIONAR ESTA CÂMARA. 1

1 O TRABALHO DESSAS PESSOAS TEM SIDO FUNDAMENTAL E < DE INESTIMÁVEL IMPORTÂNCIA PARA A IMPLANTAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO DO DISTRITO FEDERAL E TODAS ELAS VIERAM NOS AJUDAR. SABENDO QUE SUÁ PARTICIPAÇÃO SERIA TEMPORÁRIA JÁ QUE, DE ACORDO COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E RESOLUÇÕES APROVADAS NESTA CASA, OS CARGOS EFETIVOS DE CARREIRA SERÃO PROVIDOS EXCLUSIVAMENTE, ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO.

DEPOIS DE TANTO TEMPO TRABALHANDO JUNTOS, E DESSA CONVIVÊNCIA SAUDÁVEL, ESTÁ SE APROXIMANDO O MOMENTO DA NOSSA, PREVISTA SEPARAÇÃO, UMA VEZ QUE OS CONCURSADOS, AOS POUCOS, JÁ VÃO CHEGANDO A ESTA CASA, ALÉM DA PRÓPRIA CONCLUSÃO DO PROCESSO DA Lei Orgânica.

UMA PARTE DOS ASSESSORES TÉCNICOS JÁ ESTÁ TRABALHANDO E OS APROVADOS NOS DEMAIS CONCURSOS REALIZADOS TERÃO SUAS RELAÇÕES DIVULGADAS DENTRO DE, NO MÁXIMO, DOIS MESES.

É importante...

S/Denise



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: :

Denise

REVISOR: ney

HORA: 11h15 Nº: 0/22.1

DATA:

1º.04.93

ORADOR:

W, cie Roure

E IMPORTANTE QUE ENCAREMOS COM NATURALIDADE ESTA CIRCUNSTANCIA UMA VEZ QUE ELA ERA CONHECIDA DESDE A ASSINATURA DOS CONTRATOS DE TRABALHO.

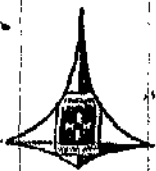
DURANTE ALOUM TEMPO, OS ATUAIS SERVIDORES E OS CONCURSADOS QUE CHEGAM CONVIVERÃO NO SEU TRABALHO, E É FUNDAMENTAL OUH ESSE CONTATO SEJA O MAIS SAUDÁVEL E MADURO POSSIVEL. BOM ANDAMENTO DE NOSSAS ATIVIDADES DEPENDE DE UMA COLABORAÇÃO CONTINUA E POSITIVA DE TODOS OS SETORES DESTA CASA.

SRA. PRESIDENTE,

→ SRAS. E SRs. DEPUTADOS

O ART. 12 DA RESOLUÇÃO Nº 037 PREVÊ QUE OS SERVIDORES NOMEADOS OU REQUISITADOS NOS TERMOS DO ART. 1º DAS RESOLUÇÕES Nºs 06 E 13, DE 1991, "SERÃO EXONERADOS OU DEVOLVIDOS AOS ORGÃOS DE ORIGEM DE ACORDO COM A DECISÃO DA MESA DIRETORA, CASO A CASO, NO PRAZO MÁXIMO DE 120 (CENTO E VINTE) DIAS, A PARTIR DA POSSE DOS CONCURSADOS NOS RESPECTIVOS CARGOS". NA MESMA RESOLUÇÃO, É PREVISTO NO ART. 13 QUE "A MESA DIRETORA DEVERÁ CONCLUIR O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA LEGISLATIVA NO PRAZO MÁXIMO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, CONTADOS A PARTIR DA DATA DA POSSE DO PRIMEIRO, SERVIDOR APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO", OU SEJA, 29 DE DEZEMBRO DE 1992. Fazendo es-

sas contas, o nosso processo deverá ser concluído no final do mês j, de junho. Por isso, estamos encaminhando à Casa um requerimento solicitando que a Mesa instale uma comissão de Parlamentares e servidores [que possa examinar a matéria com tranquilidade dentro do cronograma previsto]. Em segundo lugar, apresentar o cronograma de devo-



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: :

Denise

REVISOR:

Edson

HORA:

11h15

Nº:

0/22.2

DATA:

ORADOR:

18.04.93

lução dos requisitados e a efetivação dos concursados.

TODAS ESSAS DECISÕES FORAM APROVADAS POR NÓS E NÓS
COMPROMETEMOS COM O SEU CUMPRIMENTO,

TODOS NÓS, QUE SEMPRE LUTAMOS PELA MORALIZAÇÃO DO
SERVIÇO PÚBLICO, SABEMOS O QUANTO É IMPORTANTE A OBEDIÊNCIA AS
NORMAS VIDENTES, E FOI TAMBÉM PARA ASSEGURAR ESSA OBSERVÂNCIA QUE
FOMOS ELEITOS.

Por isso, conclamamos cada um de nós, Parlamentares
desta Casa, para que sejamos guardiões atentos à obediência que
prevê a Legislação.

Sra. Presidente, concluindo, fomos surpreendidos pe-
lo relatório da Presidência, após solicitação de nossa autoria, com
relação à distribuição dos servidores da Lei Orgânica. Já tive a o-
portunidade de me manifestar, nesta Casa, que sou radicalmente contra
os desvios de função e sou intolerante com relação àquilo que, de fato,
não existe, mas, entretanto, está servindo de guardião para a perpetua-
ção de decisões que já foram tomadas nesta Casa.

Deixo aqui, a cada um dos colegas, da forma mais res-
peitosa possível, que é insustentável a continuidade de um programa de



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Denise REVISOR: Ney HORA: 11h15 Nº: 0/22.3
DATA: 1º.04.93 ORADOR:

contratação, ^{que} que ainda está vigente nesta Casa, sendo a Lei Orgânica já se encontra em processo conclusivo,

A redação da matéria do vencido é uma conclusão que já deve ser, em breve, encaminhada a esta Casa e que deveremos estar aprovando em segundo turno.

É inadmissível que o conjunto apresentado aqui, neste relatório, que a 1ª Secretaria nos encaminhou, possa ser entendido como verdadeiro. Não é verdadeiro na sua prática efetiva. Até pode ser verdadeiro do ponto de vista das contratações, mas não podemos passar para a sociedade uma informação que não é verdadeira, ... , Pre-

Portanto, Sra. Presidente, Srs. Deputados, solicito empenho, particularmente da Comissão de Sistematização, que hoje deverá reunir-se, que acelere esse processo, porque não podemos continuar com o modelo aqui colocado. Temos na Comissão de Sistematização 36 servidores; na comissão que já encerrou seus trabalhos, ²⁷ Comissão da Política Urbana, temos 3 servidores; na Comissão de Assuntos Sociais e Meio Ambiente ainda resta 1 servidor; na Comissão de Orçamento, Economia e Finanças temos ainda 5 servidores; na Presidência ^A temos um conjunto de 12 servidores e na própria 3ª Secretaria há 44 servidores.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Denise	REVISOR: Ney	HORA: 11h15	Nº: 0/22.4
DATA: 1º.04.93	ORADOR:		

Ora, Sra. Presidente, isso não justifica, isso não explica e isso não é realidade. Quem acompanha a Lei Orgânica sabe que, de fato, esses dados não são verdadeiros com relação a esse conjunto de servidores que não estão efetivamente trabalhando na Lei Orgânica.

Solicito agilidade por parte da Comissão de Sistematização para que esta Casa não seja devedora a sociedade no que tange a sua lisura, a sua transparência e do seu compromisso.

Peço desculpas, Sra. Presidente, por ter ultrapassado o meu horário.

S/Lúcia



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: LÚCIA

REVISOR:

HORA: 11:20 Nº: 0-23/1

DATA: 01/04/93

ORADOR: Pres. Rose Mary Miranda

A SRª PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Convido o Deputado Peniel Pacheco a assumir a Presidência dos trabalhos.

~~(Assumo a Presidência o Deputado Peniel Pacheco).~~

O SR. PRESIDENTE (Peniel Pacheco) - Com a palavra a Deputada Rose Mary Miranda.

~~CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL~~

A S P A .

~~DISCURSO DA DEPUTADA ROSE MARY MIRANDA~~~~PROFERIDO EM~~

(P.P. Sem revisão da oradora) -

~~SENHOR PRESIDENTE,~~

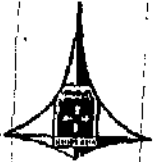
Sras. e Srs.

~~SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS,~~

| NA SESSÃO ORDINÁRIA DA ÚLTIMA TERÇA-FEIRA, ALGUNS DEPUTADOS COBRARAM RESPONSABILIDADES SOBRE A PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA, DO DIA 26, DA REPRODUÇÃO DE UM ARTIGO PUBLICADO EM UM JORNAL DO ENTORNO.

HA CONDIÇÃO DE VICE-PRESIDENTE DESTA CASA E RESPONSÁVEL PELA COORDENADORIA DE EDITORAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA, QUE EDITA O DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA, GOSTARIA DE INFORMAR QUE A RESPONSABILIDADE PELA PUBLICAÇÃO DO MENCIONADO ARTIGO DEVE SER BUSCADA ENTRE OS SEIS DEPUTADOS QUE ASSINARAM UMA MOÇÃO CONTRA O AUTOR DO ARTIGO.

PARA AQUELES DEPUTADOS QUE AINDA NÃO SABEM, O FUNCIONAMENTO DA CASA E O SEU REGIMENTO INTERNO, ESCLAREÇO QUE, NO CASO EM QUESTÃO, A MOÇÃO FOI LIDA EM PLENÁRIO E APRESENTADAS CÓPIAS DO ARTIGO E DA CAPA DO JORNAL. DEPOIS DE LIDA, A MOÇÃO E AS CÓPIAS DO ARTIGO FORAM ENCAMINHADAS À MESA DA SESSÃO, QUE POR SUA VEZ ENCAMINHOU - TODO O MATERIAL



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE, TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE, TAQUIGRAFIA

TAQUI.: LÚCIA

REVISOR: LIZETE

HORA: 11:20 Nº: 0-23/3

DATA: 01/04/93

ORADOR: Rose Mary Miranda

PARA A TAQUIGRAFIA. ESTE SETOR ENVIOU PARA O SETOR DE ATA
R; SUMULA, QUE POR SUA VEZ ENCAMINHOU PARA A PRESIDENCIA. COM
CARIMBO DE: "PUBLIQUE-SE", TODO O MATERIAL - A MOÇÃO E AS
CÓPIAS - CHEGOU PARA SER COITADO NO DIÁRIO DA CÂMARA
LEGISLATIVA PELA COORDENADORIA DE. EDITORAÇÃO.

Tenho a cópia da ^{com}Moção, assinada, e ~~atrás~~ o carimbo de "Publi-
que-se". Tenho as cópias, que o Deputado entregou dessa maneira, junto com a
moção e o "Publique-se", porque assim estava na Taquigrafia.

NO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA LEGISLATIVA, NO
CAPÍTULO VII, ARTIGO 96, ESTÁ ESCRITO QUE O
"DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA PUBLICARÁ A ATA
CIRCUNSTANCIADA DA SESSÃO DO DIA ANTERIOR, COM TODA A
SEQUÊNCIA DOS TRABALHOS".

^{Sr.}
CASO OS ~~SENHORES~~ DEPUTADOS QUE SUBSCREVERAM A
MOÇÃO NÃO FLUXRKSÍSEM VER O ARTIGO PUBLICADO NO DIÁRIO DA
CASA, DEVERIAM SOLICITAR A NÃO INCLUSÃO DO MESMO, COMO
FACULTA O PARÁGRAFO SEGUNDO DO MESMO ARTIGO, ONDE ESTÁ
ESCRITO FUI: "AO DEPUTADO É LICITO RETIRAR DA SEÇÃO DE
TAQUIGRAFIA, PARA REVISÃO, SEU DISCURSO, NÃO PERMITINDO A
PUBLICAÇÃO NA ATA DA SESSÃO RESPECTIVA..."

ERA O QUE EU TINHA A DIZER, Sr. Presidente. Creio
haver explicado o ocorrido.
Muito obrigada!



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: LÚCIA

REVISOR: LIZETE

HORA: 11h20 Nº: 0/23/4

DATA: 01/4/93

ORADOR: ROSE MARY MIRANDA

O SR. PRESIDENTE (Peniel Pacheco) - Convido a Deputada Rose Mary Miranda a assumir a Presidência dos trabalhos.

~~(Assume a Presidência a Deputada Rose Mary Miranda)~~



CAMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: SABÁ

REVISOR: LIZETE

HORA: 11 : 25 Nº : 0.24.1

DATA: 01/03/93

ORADOR:

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Com a palavra o Deputado Salviano Guimarães.

O SR. SALVIANO GUIMARÃES (PDT. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minha interferência é exatamente sobre a questão de ordem que levantei na última sessão, a respeito das publicações no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Pelo art. 96, ^{o Diário da} publi-
cará ata circunstanciada da sessão do dia anterior com toda a sequência dos trabalhos; § 12: "Os discursos proferidos durante a sessão serão publicados, por extenso, na ata impressa, salvo expressas restrições regimentais."

vários pronunciamentos têm sido feitos, nesta Casa, várias transcrições de artigos de jornais têm sido solicitados e nenhum deles foi publicado por extenso. O que me estranhou, quando levantei a questão de ordem foi que exatamente um artigo que atingia os Deputados fosse publicado por extenso. Desejo fique registrado que, a partir deste momento, as atas e outras publicações no Diário da câmara contenham, realmente, o que o Regimento determina, para que possamos ver publicadas todas as nossas intervenções, os nossos pronunciamentos e todos os registros que solicitamos constem em ata, a fim de que esta Câmara Legislativa possa dar a publicidade de tudo que é dito e



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: SABÁ

REVISOR: LIZETE

HORA: 11:25 Nº: 0.24.2

DATA: 01/03/93

ORADOR:

transcrito nos anais desta Casa, para que a população do Distrito Federal possa acompanhar, pelo Diário da câmara Legislativa, a ação dos Deputados que compõem esta Casa de leis.

O SR. AGNELO QUEIROZ - Sra. Presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Com a palavra o Sr. Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, gostaria de prestar esclarecimento também, porque, como o pronunciamento foi feito por mim, na ocasião - apresentação de Moção para que a Câmara Legislativa encaminhasse à Presidência da Câmara Federal toda aquela documentação ^{para} ~~pra~~ providências, já que um jornal funcionava em gabinete parlamentar. Então, fiz referência a um artigo; não foi lido, nem solicitado que fosse transcrito. E toda a documentação, como a cópia de exemplar do jornal, envelope timbrado da câmara Federal, cópia do artigo estavam anexados à Moção. Portanto, a única coisa, pelo Regimento, art. 96, combinado com a Resolução 55, § 52, que diz, claramente, que nenhum documento pode ser transcrito para o Diário sem que tenha sido lido integralmente ou, então, solicitado pelo orador.

Creio ter havido falha, que, obviamente, não poderá repetir-se.



CÂMARA LEGISUTIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: SABÁ

REVISOR: LIZETE

HORA: 11:25 Nº 0.24.3

DATA: 01/03/93

ORADOR:

Parece-me, pela própria explicação dada, que nao houve má fé e, sim, apenas uma falha por se ter recebido uma série de documentos e publicado o que não foi lido, nem, sequer, solicitado fosse transcrito, diferente do que acabei de fazer, lendo, na íntegra, dois documentos da Federação dos Jornalistas - isto, sim, deve ser publicado no Diário da Camara Legislativa.

6/1/93



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Ivi

REVISOR: Arnaud

HORA: 11h30 Nº: 0/25.1

DATA: 01.04

ORADOR: Presidente

A SRA. PRESIDENTE, (Rose Mary Miranda) - Sr. Deputado, esta
Presidência esclarece a V.Exa. que o art. 96 ^{estabelece} ~~está~~ o seguinte:

"Art. 96. O Diário da Câmara Legislativa publicará a ata
circunstaciada da sessão do dia anterior, com toda a sequência dos trabalhos.

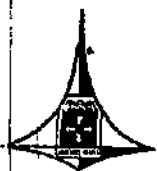
§ 12 - Os discursos proferidos durante a sessão serão pu-
blicados por extenso na ata impressa, salvo expressas restrições regimentais,
não sendo permitidas republicações, sob fundamento de corrigirem-se erros
e omissões, o que deverá, nesse caso, constar da seção Errata.

§ 2º - Ao Deputado é lícito retirar da seção de taquigrafia,
para revisão, seu discurso, não permitindo a publicação na ata da sessão
respectiva; caso não o devolva dentro de duas sessões, a Mesa dará publi-
cação ao texto fornecido pela taquigrafia."

Foi isso que aconteceu: chegou a ~~af~~loça de V.Exa., e anexada
a ela estava as duas publicações. A Assessoria da Presidência carimbou "
publique-se", porque assim já ~~vê~~ da taquigrafia. Essa explicação
V.Exa. deverá receber no seu ~~G~~abinete, por escrito.

O SR. AGNELO QUEIROZ - Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA, PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Com a palavra o ~~S~~.
Deputado Agnelo Queiroz.,



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Ivi

REVISOR: Arnaud

HORA: 11h30 Nº: 25.2

DATA: 01.04

ORADOR:

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador.) -

Sra. Presidente, gostaria que V.Exa. observasse a Resolução nº 55, art.

Pediria que o Sr. Agnelo
f. ~~se dessem~~ *para o plenário*, pois tira todas as dúvidas. *Inclusive,*
não ocorrerá outra falha.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Sr. Deputado, o art.

estatuí
5º, da Resolução nº 55, ~~que~~ *que* nenhum documento será inserido na ata

das sessões da Câmara Legislativa do Distrito Federal sem especial permissão

da Casa. *[Mas, quando o Deputado usa da tribuna, é aplicado o Regimento.]* V.Exa.

receberá essa resposta no seu *Gabinete*, por escrito.

Com a palavra o *Sr.* Deputado Geraldo Magela.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Ivi

REVISOR: Arnãud

HORA: 11:30 Nº: 25.3

DATA: 01.04.93

ORADOR:

OSR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Líderes, chamo a atenção para o teor do pronunciamento que vou proferir, que considero da maior gravidade. Gostaria, inclusive, de pedir a atenção dos líderes do PDT e do PC do B.

Este Governo, Sra. Presidente, tem tido posturas de tentar calar a voz da oposição com artifícios vários, inclusive fazendo solicitações a segmentos da mídia para que aquilo que denunciemos não saia publicado nas páginas dos jornais, não seja divulgado nas rádios, não seja noticiado nos programas de televisão. Mas a liberdade de imprensa e o espírito de cidadania às vezes supera essas ordens e alguma coisa consegue passar pela imprensa.

Qual é a razão de esse Governo fazer isso? É que ele quer esconder que dentre os seus componentes há corruptos. Há corrupção no Governo Roriz, que tenta fechar os olhos a esta situação.

Eu, hoje, vou apresentar um fato que não pode ser denominado de outra forma, a não ser corrupção.

(1) Jorlan teve um lote comprado



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: KATIA

REVISOR: ARNAUD

HORA: 11:35 Nº: 0.26.1

DATA: 01/04

ORADOR: Deputado Geraldo Magela

restituído ao Governo pela cláusula da retrovenda e repassado à SAB.

Onde era esse lote? Ao lado da CEASA.

O que a SAB fez com este lote? Aceitou uma proposta de uma empresa particular para permutar este lote, ao lado da CEASA - perto , portanto, do Setor de Abastecimento, do setor cuja finalidade a SAB tem suas funções - e trocou o lote, permutou um patrimônio público com a SMAFF, por um lote no Setor de Inflamáveis.

Será que a SAB agora vai trabalhar com inflamáveis?

Agora, pasmem as Sras. e os Srs. Deputados: sabem quem são os sócios da SMAFF ? são os sócios da Jorlan. Por que foi permutado? Porque a SMAFF invadiu, ocupou este lote ao lado da CEASA.

Isto foi feito parecendo que ninguém iria tomar conhecimento, que a sociedade não teria nesta Casa, ou em outras instâncias, o poder de fiscalização. Mas, não. Nós entramos com um pedido junto ao Ministério Público para que averiguasse a legalidade dessa transação.

O Ministério Público decidiu interpor uma ação civil pública para a anulação dessa transação.

Vou ler parte da fundamentação da ação do Ministério Público.

Aqui começa o que o Ministério Público alega:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ~~DISTRITO FEDERAL~~ E TERRITÓRIOS

6. Partindo de tal premissa, há de ser tido como nulo e de nenhum valor o negócio jurídico avençada entre as Requeridas, porquanto não se dignou o Conselho de Administração da S.A.B. de expor qualquer fundamento hábil a adequar a permuta celebrada às finalidades daquela empresa pública. De fato, fundou-se aquele órgão administrativo no teor do já mencionado Parecer 961/91 e nas considerações expendidas pelo Presidente da entidade (fls. 124/125) e pelo Conselheiro-Relator (fls. 131 *usque* 137), tendo estes dois últimos aludido ao fato de que os terrenos de propriedade da S.A.B. estavam ilegalmente ocupados pela empresa JORLAN S/A (cujos sócios são os mesmos da SMAFF, segundo consta do requerimento de fls. 61 *usque* 63), empresa essa que já fora proprietária daqueles lotes e que perdera o domínio dos mesmos em razão da operatividade de cláusula de retrovenda, e ainda à consideração de que a entidade paraestatal lucraria com a realização do negócio.

7. Ora, não se afigura plausível que o interesse público restaria satisfeito apenas com razão do hipotético lucro a ser auferido na transação, uma vez que não é fim precípuo de uma empresa criada para abastecer o Distrito Federal de gêneros alimentícios mercadejar seu patrimônio imobiliário. Convém salientar, ainda, que o fomento às atividades das concessionárias de veículos do Distrito Federal também não se compadece com as finalidades para as quais foi criada a S.A.B. Tampouco se subsume ao interesse público a tentativa de corrigir eventual "injustiça" de anterior retrovenda por meio da disposição do patrimônio público. Por fim, o aquiescimento do Conselho de Administração da empresa pública configura verdadeira estímulo à ocupação ilícita dos bens imóveis de seu patrimônio, porquanto estar-se-ia assegurando aos invasores, por vias transversas, dispensa de licitação e preferencia na aquisição de cobigados terrenos situados no S.I.A. Assim sendo, forçoso é concluir que a permuta realizada pelas Requeridas passou ao largo da finalidade pública que há de inspirar todas as condutas da Administração. A esse respeito, cumpre trazer à

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ~~DISTRITO~~ FEDERAL E TERRITÓRIOS

baila lição do renomado Administrativista DIQGENES GASPARINI, *in verbis*:

"A alienação de bens públicos, sob pena de nulidade, há de estar informada por uma finalidade pública. De tal sorte, não pode a Administração Pública promover alienações desgarrada desse fim, assim como não pode desempenhar qualquer atividade voltada para fins particulares, seja do interesse do agente ou de terceiros. Essa finalidade pública, avaliável pelos órgãos governamentais, não é tudo. O Estatuto impõe que esse interesse público seja devidamente justificado. Vale dizer; a finalidade pública deve ser cuidadosamente demonstrada ou justificada. Assim, tem a entidade alienante que demonstrar, mediante laudo, análise, gráficos, pareceres e outros meios, o interesse público que informa a pretendida alienação e oferecer toda essa demonstração à autoridade competente ou ao Poder Legislativo, para que um e outro, quando for o caso, possam, com liberdade, ajuizar da legalidade e do mérito da pretendida transação." (*in* DIREITO ADMINISTRATIVO, Editora Saraiva, 2ª Edição, 1992, página 335).

8. Não bastasse a tortuosa fundamentação oferecida pelos órgãos administrativos da S.A.B., convém assinalar que a alienação em tela passou ao largo da exigência de concorrência prévia, porquanto as retrocitadas disposições legais e regulamentares atinentes à dispensabilidade do procedimento licitatório, em se cuidando de permuta, não podem ser interpretadas em termos absolutos. Com efeito, em havendo impossibilidade lógica de disputa, como seria o caso de pretender a S.A.B. adquirir mediante permuta um imóvel específico, hábil a permitir a consecução de suas finalidades, [dúvida não há que estaria dispensada (*rectius*: seria inexigível) a licitação.

9. Todavia, na hipótese em tela, uma empresa particular elaborou proposta de permuta de bens imóveis e

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

endereçou-a à S.A.B., tendo esta última aquiescido na realização do negócio jurídico sem permitir que outros possíveis interessados formulassem termos de negociação mais vantajosos para a Administração Pública. Alias, outra não foi a conclusão do culta elaborador do Parecer nº 961/91, o qual analisou transação semelhante àquela perpetrada pelas Requeridas e concluiu ser indispensável o procedimento licitatório (fls. 53), conclusão essa que foi endossada pela douta Procuradora-Chefe Substituta (fls. 55 usque 57) e alterada pelo Excelentíssimo Sr. Procurador-Geral (fls. 58).

10. E nem se alegue que o fato de estarem os terrenos de propriedade da S.A.B. ocupadas pela JORLAN S/A dificultaria a alienação dos mesmos, razão pela qual seria dispensável o certame licitatório. De fato, cumpriria à empresa pública retomar a posse de seu patrimônio pelas vias judiciais cabíveis e só então aliená-lo, caso realmente tal atitude redundasse na satisfação do interesse público e mediante indispensável e prévia licitação. Alias, a retomada da posse não demandaria maiores despesas, isto porque, ao tempo da permuta, a única benfeitoria encontrada nos lotes 5 a 55 do trecho 08 do S.I.A. era uma cerca, conforme se depreende da informação de fls. 120. Ao que se sabe, a ocupação ilegal de lotes pertencentes a empresa pública não confere preferência na aquisição dos mesmos, nem tampouco a inércia na defesa do patrimônio público por parte da entidade paraestatal é hipótese de dispensa de licitação.

11. Avista detalhes considerações, não há como não concluir que a S.A.B. frustrou previamente concorrência que muito bem poderia ter redundado, quando menos, em maior benefício para o seu patrimônio, numa hipótese em que tal procedimento era logicamente possível e, portanto, juridicamente exigível. ~~Nesse particular, convém novamente colacionar as lições do Professor DIOGENES GASPARINI, in verbis:~~

Sra. Presidenta...

8/811



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: GILWANIA

REVISOR: EDSON HORA: 11:40 tfo . 0.27.1

DATA: 01.04.93

ORADOR: GERALDO MAGELA

Sra. Presidente, concluo. Aqueles que são coniventes com negociatas dessa espécie, são também coniventes com a má administração da coisa pública, são coniventes com algo que lutamos e continuaremos lutando, para banir deste País.

Aqueles que se calarem e não se moverem diante dessa denúncia, estarão coniventes com uma coisa que se chama corrupção.

Se o Governo não providenciar a apuração dos fatos e devida punição dos responsáveis, estará conivente com a corrupção. E quem é conivente com a corrupção, corrupto é.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: GILWANIA

REVISOR: EDSON

HORA: 11:40 Nº: 0-27.2

DATA: 01/04/93

ORADOR:

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Com a palavra o
Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador) - Sra. Presi-
dente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar externo desta tribuna minha
preocupação com a greve dos servidores da administração direta, autárquica e
parte da fundacional, que vem ocorrendo já há 8 dias no Distrito Federal. Os
trabalhadores estão bastante apreensivos e revoltados com a questão dos convé-
nios da NOVACAP, estão terrivelmente revoltados com a situação, por estarem
perdendo seus cargos.

Muitas pessoas que ocupam há ^{anos} anos emprego em comissão,
cargos de chefia, estão sendo retiradas das suas funções, para serem colocadas
em seus lugares pessoas ^{do} do tal convênio, e, na maioria dos casos, pessoas sem
preparação alguma.

Hoje, às 14,30 horas, esses servidores se reúnem em assem-
bléia-geral, para deliberar sobre o que o Governador está chamando de proposta
capaz de acabar com a greve, inclusive gastando dinheiro público nos meios de
comunicação, em especial na televisão, para pressionar os trabalhadores, utili-
zando-se de artifícios por todos nós conhecidos.

Transmito pedido que já me foi feito , pelo comando de



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: GILWANIA

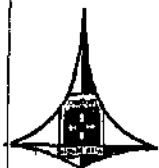
REVISOR: EDSON

HORA: 11: 40 Nº: 0.27.3

DATA: 01.04.93

ORADOR; Pedro Celso

greve, pelos sindicatos. Muitos trabalhadores como o comando da greve, me perguntaram , me pediram esclarecimentos



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: ELIANE

REVISOR: EDSON

HORA: 11h45m Nº: 0/28.01

DATA: 01.04.93

ORADOR: DEPUTADO PEDRO CELSO (Cont.)

porque têm aparecido por lá somente os Deputados da Oposição. Os grevistas queriam também a presença dos Deputados Governistas, para levarem a sua mensagem àquelas categorias que estão em greve. Na última assembleia havia por volta de 3.000 trabalhadores. À última assembleia compareceram perto de 3.000 pessoas, acredito que a de hoje deve contar com 4.000 a 5.000 trabalhadores. Eles estão estranhando a ausência dos Deputados que votaram a favor do convênio com 4 NOVACAP. Querem que os Deputados estejam presentes, para fazer um debate livre e aberto, hoje, na assembleia às 14:30 horas, É uma excelente oportunidade para tentar explicar por que votaram a favor do convênio.

Sra. Presidente, também tecerei algumas considerações com relação à violência no Brasil. Dado o crescente índice de empobrecimento e misérrabilidade da população brasileira, a violência ^{está} crescendo assustadoramente.

No Distrito Federal a situação não poderia ser outra. Nos setores habitacionais mais carentes, como, por exemplo, o Setor "O" de Ceilândia - que possui quase 90 mil habitantes -, se urgentemente não tomamos algumas medidas preventivas, infelizmente, poderemos ver aquele setor habitacional transformando num barril de pólvora,

Para se ter uma ideia da gravidade do problema, basta dizer que somente neste mês, do dia 13 ao dia 28, exatamente 15 pessoas foram



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: ELIANE

REVISOR: EDSON

HORA: 11h45m Nº: 0/28.010

DATA: 01.04.93

ORADOR: DEPUTADO PEDRO CELSO (Cont.)

brutalmente assassinadas, sendo que ¹3 delas através de pedradas e pauladas. Veja, Sra. Presidente, em 15 dias, ¹5 assassinatos. Isto dá uma média



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: EMane

REVISOR: Edson

HORA: 11h45 N"; 0.28.2

DATA: 1º.04.93

ORADOR:

de 1 assassinato a cada 3 dias.

A situação chegou a tal ponto que as entidades do movimento popular do setor "O", lideradas pela Associação dos Moradores, estarão realizando uma grande ^P Passeata Pela Paz! Contra a Violência, no próximo domingo, a partir das 15⁰⁰ horas, partindo da EQNO 11/13, em frente a Igreja Católica daquela localidade.

Então, os ^P Srs. Deputados estão também convidados a comparecerem. Foi um pedido que me foi feito para convidarem os Deputados, sobre a passeata que vai ocorrer neste domingo a partir das 15⁰⁰ ^{horas} na EQNO 11/13, «m frente a Igreja Católica daquela localidade. Uma passeata pela paz contra a violência.

É importante ressaltar, Sras. e Srs. Deputados, que as entidades daquele setor vêm desde 1971 lutando pela implantação de uma Delegacia de Polícia, que, inclusive, já

GO DISTRITO FEDERAL

teve seu projeto aprovado, tomando, até mesmo, o numero de 24a.DP.

Particularmente tenho sido testemunha desta luta. Estive em 1991, no dia 14 de novembro, discutindo com moradores daquele setor a feitura de uma emenda ao Orçamento de 92, destinando verbas para construção da Delegacia. Infelizmente não consegui aprovar referida emenda no ano passado. Mas este ano conseguimos ^{sensibilizar os Deputados e} inserir no Orçamento de 93 uma rubrica destinando seiscentos milhões de cruzeiros para construção da Delegacia de Polícia no Setor "O".

Entendemos, assim como as demais entidades que estão nesta luta, que a Delegacia não eliminará a violência no Setor "O", até porque tal violência tem como origem maior a injusta distribuição de rendas existente em nosso país, mas, por outro lado, entendemos que referida Delegacia diminuirá, sensivelmente, o índice de criminalidade naquele setor.

Por último, a pedido das entidades organizadas do Setor "O", como Associação dos Moradores, Fracola de Samba Fantoches, Clube dos Vinte, Esporte Clube "O" Norte, Rádio Bolinha, gostaria de convidar todos os companheiros parlamentares, imprensa e demais entidades presentes, para participarem da Passeata Pela Paz e Contra a Violência, domingo, dia 05.04. a partir das 15 horas, saindo da EGO 11/13, em frente a Igreja Senhor Bom Jesus.

Muito obrigado.

1 Srª Presidente, para finalizar gostaria também de incluir documento que eu considero importante registrar nos Anais desta Casa.

ABERTURA

Senhores e Senhoras deputados,

J Gostaria de registrar nesta Casa, o lançamento do livro intitulado "Jornalismo de Brasília - Impressões e Vivências", que será lançado no dia 14 de abril, no foyer do Teatro Nacional, pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal.

J O livro registra os 30 anos de jornalismo em Brasília, com textos de 15 jornalistas famosos, entre os quais, Carlos Castelo Branco, o Castelinho do Jornal do Brasil, Rubens de Azevedo Lima, Paulo Fona, Clementino Luz, Célia Ladeira e tantos outros.

J Gostaria também de registrar nesta Casa, o texto da Jornalista Graça Ramos, o último do livro, que conta a história do Sindicato dos Jornalistas. O texto, denominado "A LUTA PELA CIDADANIA", despertou a minha atenção, porque mostra que a ação dos jornalistas e do seu Sindicato foi fundamental para a construção de Brasília, a redemocratização do País, a conquista, acima de tudo, da nossa autonomia política, juntamente com a conquista da NOSSA CIDADANIA.

Por ser longo o texto, aqui fica o meu registro, dando-o como lido, para que possa ser incluído em nossos Anais desta Casa.

Muito obrigado.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

A LUTA PELA CIDADANIA

Graca Ramos

MARÇO de 1964. O movimento militar derruba o presidente João Goulart e anuncia uma nova época para o País. No Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados, a jornalista Maria da Graça Dutra chora convulsivamente. Militante de Sindicato dos Jornalistas, comunista, filha de um general do Exército, a pequena e magra Maria da Graça estava presente no momento em que o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, comunicou ao ministro Darcy Ribeiro a vacância do cargo de presidente da República. Não se conteve: "você estão usurpando o poder", protestou. A partir dali, a foto da jornalista passaria a ser divulgada pelos serviços de repressão do Exército por ser considerada "perigosíssima" e "ter importantes contatos com o comunismo internacional". Com o Ato Institucional de número 5, ela teria seus direitos políticos cassados.

O PERFIL da jornalista, já falecida, é um pedaço da própria história do Sindicato dos Jornalistas de Brasília. Um Sindicato que nasceu extremamente politizado, atravessou um período cinzentamente apolítico entre 1964 e 1977, e depois conseguiu aliar os interessados da categoria à uma atuação politicamente correta, para usar o termo tão em moda hoje.

QUANDO os primeiros repórteres chegam a Brasília em 1960, para inauguração da cidade, o canteiro de obras é grande, o barro vermelho domina terra e ar. Os jornais montam redações e usam jeeps willys, ou então triciclos, como o Correio Paulistano, para a tarefa de distribuição. As matérias são transmitidas por rádio e os jornalistas começam a debater problemas comuns. A primeira discussão a uní-los é de ordem prática: onde morar. Reuniões são feitas: é preciso arrumar espaço para as famílias, que não poderiam morar nas repúblicas improvisadas até em sobrelójas das quadras comerciais.

O PRESIDENTE do Grupo de Trabalho de Brasília, o famoso GTB, Felinto Epitácio Maia, detestava repórteres e não liberava apartamentos, todos pertencentes ao governo. Para representantes da categoria. Se ganhavam apartamentos os raros jornalistas detentores de emprego público transferidos para a nova capital, era um complicador a mais no jogo de xadrez da relação imprensa versus poder.

UM GRUPO de Jornalistas é levado pelo sobrinho do presidente Juscelino Kubitcheck, Carlos Murilo, ao Palácio da Alvorada, residência oficial da Presidência da República. Juscelino ordena que Felinto Maia resolva a questão. Caubi

DO DISTRITO FEDERAL

de Oliveira, que monitoraria a sucursal dos Diários Associados da Sul, reclama: "Presidente, indique outro interlocutor. Este senhor, não gosta de jornalistas e não vai resolver o problema. Minha família está chegando e acho que iremos morar embaixo da ponte", completou. Juscelino reagiu: "traga a sua família e venha para o Alvorada". Começaram a ser liberadas chaves de apartamentos na SOS 107, alugados mediante o pagamento de uma taxa de ocupação.

AS CONVERSAS entre os jornalistas dirigiram-se para perguntas até hoje afligem consciências. Pode um funcionário da Câmara ser credenciado no Comitê daquela Casa Legislativa? A turma da Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e a sucursal de O Globo, que fora montada pela sucursal paulista do jornal carioca, é contrária. Quem vem do Rio de Janeiro, onde era possível acumular o ser funcionário com o credenciamento, é a favor. A solução encontrada parece ter sido inspirada nos raposas do PSD. O funcionário da Câmara só poderia ser credenciado no Senado e vice-versa.

ERAM os funcionários que dividiam posições, mas aglutinavam os profissionais da imprensa, dando margem ao nascimento da Associação dos Jornalistas Profissionais de Brasília, em novembro de 1960, comandada por Reinaldo Gonçalves Ribeiro, matrícula 01 do futuro sindicato, funcionário do Correio da Manhã.

UM POUCO antes da renúncia de Jânio Quadros, em junho de 1961, a comissão preparadora do Estatuto para transformação da Associação em Sindicato, fazem parte do grupo Declieux Crispim, Alfredo Obiziner, Reinaldo Gonçalves e Manuel Fernandes Costa.

O RITMO da política é agitado. As matérias já são transmitidas por telefone. A renúncia e o temor de que Jango não assumisse mobilizam os jornalistas. Espontaneamente, muitos participam da Cadeia da Legalidade, transmitida via Rádio Nacional. A participação da categoria aumenta quando começam as discussões sobre o regime de governo. É o tempo do jingle "plebiscito sim ou parlamentarismo não". Os jornalistas noticiam os fatos e se posicionam através de notas e manifestos. "Nós éramos superhumanos", recorda Haroldo Carqueira Lima, o Leleco, um dos muitos jovens repórteres, na época, da Folha de São Paulo. "Nós nos sentíamos responsáveis pela legalidade democrática".

NO GOVERNO Jango, em primeira de julho de 1962, o Ministério do Trabalho reconhece o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, que já somava 350 filiados.

ARISTHEU Achilles faz campanha para, ser o primeiro presidente. Funcionário da Câmara dos Deputados, comunista histórico, lembrase de um passado no "Sindicato do antigo

CRÔNICA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Distrito Federal é na Associação Brasileira de Imprensa. Com seus cabelos brancos, chega mesmo a dizer que gostaria de terminar sua vida profissional sendo o primeiro presidente do Sindicato de Brasília.

D'ALEMBERT Jaccoud, comentarista político da Folha de São Paulo e correspondente da Prensa Latina, de Cuba, teve seu nome lançado para disputar a presidência por estar mais vinculado às redações e ser mais jovem, mas retirou a candidatura e tornou-se vice-presidente de Aristheu. "Não havia sentido começarmos uma vida sindical já rachados", explica D'Alembert, que era simpatizante do PCB. "Preferimos compor amplamente de forma que toda a categoria estivesse representada", explica.

ARISTEU incentiva os debates sobre as Reformas de Base de João Boullart e indica D'Alembert para representante do Sindicato na Central Geral dos Trabalhadores, a CGT, cuja palavra de ordem é "a mobilização das forças populares". "A esperança era de edificar uma sociedade menos injusta", diz D'Alembert. Unidos, jornalistas, bancários, funcionários da Novacap e trabalhadores na construção civil conseguem aumentar o valor do salário mínimo, que deixa de ser igual ao de Goiás para equiparar-se ao do Rio de Janeiro e São Paulo.

A REVOLUÇÃO cubana, ocorrida em 1959, inspira intensas e apaixonadas análises. Fidel Castro é o grande símbolo de mudanças. É também o divisor de águas nas reuniões dos Jornalistas, repartidos entre direitistas e esquerdistas, espelho de uma época ideologizada. D'Alembert vai a Cuba com Otacílio Lopes participar das comemorações do Primeiro de Maio e quando chegam dão uma palestra no Cine Cultura relatando o que estava ocorrendo naquele País.

A SEDE do Sindicato ficava no sobrado de número 208 na quadra 17 da W-3 Sul, onde hoje é a 707, em uma casa do conjunto da Caixa Econômica Federal, alugada, destinada originariamente ao deputado e ex-ministro da Fazenda, José Maria Alekmin, que a devolveu à Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) por considerá-la precária.

NA MESMA quadra achavam-se instaladas as sucursais e, contrastando com o espírito das redações, bem pertinho ficava a Cúria Metropolitana, comandada por Dom José Newton, representante da ala conservadora da Igreja.

VIZINHO da Praça 21 de Abril, próximo do Teatro da Escola Parque e da sede da Novacap, o Sindicato estava no epicentro da vida cultural, social e política da cidade. Chique mesmo era frequentar, do outro lado da W-3, o restaurante Caravelle, cujo nome lembrava os aviões da Cruzeiro do Sul recém-chegados ao País. Melhor ainda era assistir filmes no Cine Cultura, alguns retratando a história da revolução de

V < V

DO DISTRITO FEDERAL

ftastro. Mas, o happy hour de todo dia ocorria mesmo erto no bar Mocambo, na 508 Sul, repleto de garrafas de cointreau nacional

EM 1962, O Sindicato promove o X Congresso Nacional de Jornalistas. Pêrsio Melo, da TV Nacional, é o tesoureiro com a tarefa de arrecadar fundos para Congresso. São conseguidos onze mil cruzeiros, através de dotação orçamentária do Governo e contribuições sindicais.

MAIS de 400 jornalistas participam, hospedados no Brasília Palace Hotel e Hotel Nacional. No palco do Teatro da Escola Parque, as discussões políticas são acirradas. O prefeito de Brasília, Ivo Magalhães, é vaiado e quase agredido por estudantes, que o julgavam arbitrário e repressor. Sai pelos fundos do teatro, escoltado por policiais e Jornalistas. O Barão de Itararé, o cartunista Aparício Torelly, com sua barba branca e humor sutil, é a figura folclórica do evento. "Foi um Congresso marcado por discussões ideológicas", lembra Pêrsio Melo, o mais velho dos remanescentes da primeira diretoria, com 75 anos.

PASSEATAS a favor das Reformas de Base são realizadas na cidade. "A Cidade Livre, hbjc, Nucleo Bahdeirante, marchou sobre o 'Plano', cônica, emocionado Clívio Sena então reP(riter do Corríio do Povo, de Porto Alegre. "O Sindicato estava presente em todas as manifestações políticas da capital", v relembra Rubem Azevedo Lima.

A SITUAÇÃO política do País exacerba-se. A UDN aconchega-se nos braços dos militares.

1964. BRASÍLIA demora de três a quatro dias para absorver que os militares haviam fzanho a parada. O trabalho agora té Proteger ow companheiros que estão mais visados. O dePuizado Rubem Paiva, que terminaria sendo morto pelos serviços de repressão, (é um dos mais empenhados na tarefa. Busca encontrar no cerrado um local que Possa pousar um feco...teco. Leva D'Alembert em um descampado acima do Lago Sul. Nada feito. Passam a tarde fntandodesmonfcara&casas dEcupim que Povoam o local e impedem o pouso de aviões. Rubem Paiva consegue entoarcar DarcM Ribeiro e Waldir Pires no avião de um empresário, no próprio aeroporto. Quando chega a sua vez, a manobra é descoberta e ele foge à pé pelo cerrado.

ARISTEU Achilles pede) cenca para tratamento de • saúde e refugia-se no sítio de um amigo, pois estava sendo procurado pelas forças militares. D'Alembert conijúna frtabalhaMdo, mas sem assinar seus comentários. No dia nove de abril, D'Alembert Jaccoud é convencido pelos deputados Bocaiuva Cunha e Temperani Pereira a buscar a»ilo na Embaixada da Iugoslávia, uma das raras existentes na cidade e que despachara um diplomata do Rio KfcPecialmenteparaauxiliar os perseguidos pelo golpe. • fyaU> 30 brasileiros passaram por

LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ali, entre eles Maria da Graça Dutra, o deputado Rubem Paiva e o futuro governador do Distrito Federal, Jose AParecido.

O SINDICATO fica acéfalo. Declaradamente anticomunista, o Primeiro-Secretário Manoel F&rnand(is Coata, funcionário do Departamento de Imprensa Nacional (DIN), assum?A a presidência. Oficialmente não há intervenção.

ARNALDO Ramos da Asa Press, VA maior agência de notícias do País naqueles tempos, candidata-se à Presidência do Sindicato. O próprio Aristheu Achilles cabala votos, confiante de, que o candidato não prejudicaria a categoria. "Ele não é nosso, mas também não é deles", explicava aos eleitores, segurando o inseparável cachimbo. "Não houve resistência ao Arnaldo", recorda D'Alembert. "O importante será regularizar a situação do Sindicato". Vencedor em chapa única, Arnaldo controla o Sindicato até 1977, em seis mandatos e elimina discussões políticas.

"DO COMITÉ fazíamos manifestos", lembra Afonso de Souza, na época repórter de O Globo. "Mo governo Castelo Branco, rememora, ainda era possível, se manifestar. Os jornais tímeros da nova ordem, não publicavam os manifestos, mas os jornalistas conseguiram a transcrição nos Anais da Câmara.

UM DOS manifestos mais empolgantes e com maior número de assinaturas foi o abaixo-assinado em defesa dos jornalistas da Agência Nova China, presos pelos militares no Rio de Janeiro, expulsos do País sob a suspeita de serem espiões terroristas. São tempos, que desnudam posições e causam rachas, pois muitos considerados direitistas assinam o documento e alguns tidos como esquerdistas se recusam a fazê-lo.

O MARECHAL Castelo Branco aceita prolongar seu mandato e (ex)injuir alguns Privilégios da imprensa. Acabam o desconto de 50 por cento nas passagens aéreas dado às empresas jornalísticas e a isenção de Imposto de Renda e Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis, concedidos aos jornalistas. Redes de microondas começam a interligar Q País. As matérias começam a ser transmitidas por telex.

1968. TEMPOS mais sombrios ainda. Das 4.650 entidades sindicais de empregados e empregadores registradas no País, mais de 500 já sofreram intervenção oficial. A maioria, é claro, representa interesses dos trabalhadores e é acusada de corrupção.

O GOVERNO intensifica o assistencialismo sindical. Aos sindicatos são facilitados empréstimos, como o que Permitia aos comerciários e trabalhadores na construção civil retirar

JORNALISMO DO DISTRITO FEDERAL

o equivalente a até cinco salários mínimos. Política de cooptação. O preço? Juros baixos e boca fechada.

ARNALDO Ramos, neste intermezzo, consegue financiamentos e forma o patrimônio do Sindicato. São comprados os lotes no Setor de Indústria Gráfica, área onde são erguidas a Sede e a Gráfica-Escola no terreno denominado na escritura como Larga do Bananal.

A CASA da W-3 sul é trocada por uma sala no Edifício José Severo e mais dois milhões de cruzeiros. A Gráfica-Escola é montada com maquinário doado e alguns importados. A caixa Econômica Federal financia, em área cedida pelo Banco do Brasil, a construção de 13 casas para Jornalistas na Quadra 715 norte. Arnaldo compra e ergue, ainda, o Clube da Imprensa.

MAS, OS Jornalistas de Brasília continuam sem ter piso salarial; as Jornadas de trabalho são maiores do que nos outros estados, muitos, como Luiz Gutemberg, são processados com base na Lei de Segurança Nacional e credenciais são cassadas no Palácio do Planalto. A censura levava jornais a publicarem receitas de bolo e poemas no lugar de matérias. Nenhuma crítica ao regime é feita. "Não era prudente falar em política", justifica Armando Affonso da Silva, da diretoria do Sindicato naquele 13 anos. "Ninguém queria dirigir o Sindicato", diz ele, homem de confiança de Arnaldo Ramos, falecido em abril de 1982.

1970. O BRASIL é tricampeão do mundo, no futebol. Nas prisões homens e mulheres são torturados. As listas de desaparecidos aumentam. Honestino Guimarães, presidente na União Nacional dos Estudantes (UNE) some no Rio de Janeiro. Os sindicatos, especialmente os da capital do País, estão politicamente adornecidos, a maioria deles em mãos pouco confiáveis.

1975. A REPÓRTER Marinilda Marchi, da Veja, é sequestrada na tesourinha da entrequadra 203/204 Sul, de madrugada, após o fechamento semanal da revista. Os colegas só encontraram o Puma bege que Carlos Henrique havia emprestado a ela. Após a ronda por hospitais, delegacias e IML, a redação lembra que uma semana antes havia sido detectado um grampo no ramal de telefone utilizado por Marinilda e que dois homens estranhos haviam procurado por ela na Veja com a desculpa de quererem comprar seu fusquinha vermelho.

COMO a jornalista tinha ligações com PCB, a preocupação aumenta. Suzana Veríssimo, também da Veja, dirige-se à casa do vice-presidente da República, Adalberto Pereira dos Santos, velha fonte para assuntos militares. Após telefonar para o Comando Militar do Planalto, o vice-presidente confirma a autoria do sequestro. Fôra o DOI-CODI paulista, comandado pelo general Ednardo Melo D'Ávila.

MOVIMENTAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

A MOBILIZAÇÃO dos coleguinhas é intensa, mas sem a participação do Sindicato. Carlos Marchi conversa com um jovem senador mineiro que denuncia da tribuna o desaparecimento. Seu nome é Itamar Franco. O Globo, que só dava notícias de desaparecidos quando apresentados por parlamentares, publica a matéria sobre o sumiço do repórter. Vinte e cinco dias depois, após algumas torturas, Marinilda aparece em São Paulo.

POUCO depois, Vladimir Herzo aparece morto na cela do DOI-CODI paulista, em 25 de outubro de 1975. A farsa do suicídio é fratura exposta. Os jornalistas exigem do Sindicato um posicionamento. Arnaldo Ramos limita-se a comparecer à missa encomendada pelo presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), jornalista Pompeu de Sousa, que seria eleito senador em 1986 na primeira eleição direta de Brasília.

A ESCOLHA de Pompeu para a ABI já tinha sido uma fina obra de arquitetura política, visando dar maior conteúdo político à representação da categoria. O candidato do presidente da ABI, Prudente de Moraes Neto, para ocupar a seccional de Brasília, criada em 1975, era o senador Danton Jobim do MDB. Como desejavam um nome mais identificado com a oposição ao regime militar, em silêncio, os jornalistas prepararam um abaixo assinado indicando o nome de Pompeu. Castellinho, Carlos Chagas, Rubem de Azevedo Lima, a linha de frente do jornalismo, foram os primeiros a assinar o documento. Propositadamente, porém, deixaram em branco o espaço para o primeiro signatário.

NA SESSÃO de instalação da ABI, Carlos Chagas pede a Danton Jobim que assine o abaixo-assinado em primeiro lugar. O custo é grande, mas Pompeu torna-se representante da ABI e passa a ter importante papel nos destinos políticos da categoria, na medida em que permite o uso das instalações da entidade para discussões e incentiva as conversas sobre a renovação do Sindicato.

FERNANDO César Mesquita e Antônio Teixeira Júnior, Teixeirinha, discutem a possibilidade de disputar a eleição de 1975. Concluem que não há na categoria mobilização capaz de derrubar Arnaldo Ramos.

NO ABC paulista começam as primeiras articulações que levariam às greves dos metalúrgicos de 78 e germinariam o PT.

1977, JUNHO. A UnB, dirigida pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra José Carlos Azevedo, realiza sua primeira grande greve pós-64. Repressão brutal. Sete repórteres são presos dentro do Campus, durante a crise. O Sindicato não se pronuncia. "Arnaldo não fazia estardalhaço, mas sempre interferiu a favor dos jornalistas junto aos altos escalões", depõe João Orlando Barbosa Gonçalves, o Queguê,

O DISTRITO FEDERAL

que foi da UPI e TV Brasília. As prisões ocorridas durante a greve, a única voz a se manifestar oficialmente é a de Pompeu de Sousa que, em nome da ABJ, encaminha telegrama ao ministro da Justiça protestando contra as arbitrariedades.

COMEÇAM as articulações para derrubar Arnaldo Ramos. Carlos Marchi, Hélio Doyle, José Ribamar de Oliveira, Andrei Meirelles, Luiz Recena, Oswaldo Morgado, Armando Roittemberg, entre outros, reúnem-se numa sala do Edifício Márcia, no bar "Café Limpo" na ABI e chamam novos! companheiros.

MUITOS não acreditam no sucesso da operação. Em tumultuada reunião na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade (CONTCOP), a jornalista Lillian Wite Fibe J da Gazeta Mercantil, vira-se para seu colega Rogério Tridiano, e comenta: "ou você assume esse movimento ou esses meninos não vão fazer nada". Ganha a antipatia do movimento. A média de idade é realmente baixa, beira aos 30 anos, mas os "meninos" se inspiram na experiência de São Paulo, cujo 8º Indústriário havia sido reiomado por Audálio Dantas, e têm um aliado experimentado.

POMPEU encarrega-se de convencer Carlos Castello Brant, o mais respeitado colunista político do País, do Jornal do Brasil, a ser o cabeça da chapa de oposição. Um abaixo-assinado com 404 assinaturas pede a candidatura de Castellinho. Ele demora a aceitar. Rubem Azevedo Lima é o vice.

A CHAPA é híbrida cronológica e ideologicamente. A disputa é plebiscitária. Manoel Fernandes, primeiro secretário do Sindicato, impõe a eleitores e candidatos, dificultando o Processo. Castellinho visita as redações e as assessorias de Imprensa. Fala baixo e enrolado. Mas, escreve no NR, o jornal da chapa do Sindicato Livre: "o Sindicato dos Jornalistas de ser um Sindicato de vanguarda e participar da luta pela melhoria das condições institucionais do País, sem a qual se torna mera veleidade defender interesses de classes, sejam eles quais forem de empregados ou patrões". Ous "o que está de um lado é o Sindicato Livre de outro, o 15º Indústriário de favor.

UM EPISÓDIO enterra as pretensões de Arnaldo. Em assembleia sua diretoria propõe 41 por cento de reajustamento salarial para a categoria. A chapa Sindicato Livre insiste em 45 por cento. Arnaldo garante: "os patrões não vão concordar". A proposta é aceita pelas empresas, favorecendo a oposição. Durante a campanha morrem Aristheu Achilles, que escrevera no NR fustigando Castellinho e José Alfredo Costa Manso, da nova geração de jornalistas formada pela UnB.

ELE ITOX Castello clá expediente as 16 horas e coloca em prática o aprendizado político començado em suas colunas. Diz Carlos Marchi, secretário-geral daquela diretoria: "ele

SINDICATO DA CLASSE DO DISTRITO FEDERAL

descobriu cedo as diversas tendências políticas da diretoria e jamais, permitiu votações de confronto. Quando percebia a divisão da diretoria, levava-se e anunciava: cheguem a um acordo". O acordo era fechado entre independentes, comunistas, militantes de esquerda mal 5 tarde filiados ao PT e conservadores.

"SEU mandato caracterizou-se pela luta por melhores condições de trabalho e abertura para a questão política", analisa Hélio Doyle. Neste período, as entidades sindicais começam a se reorganizar. Castello não permite reuniões interentidades na Sede do Sindicato. Há risco de intervenção

O CLUBE da Imprensa passa a ser a sede das articulações. Ali, vinte e uma entidades organizam o "Ato de Solidariedade aos Metalúrgicos de São Paulo", um protesto contra intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos. A repressão chega a furar pneus de carros e jogar açúcar em tanques de gasolina na tentativa de impedir reuniões.

Na negociação inédita, os Sindicatos dos Jornalistas e dos Gráficos trabalham unidos e conseguem um reajuste salarial, em 1978, dez por cento acima do índice oficial do governo. Luís Inácio Lula da Silva visita Brasília e convida o Sindicato a integrar o Dieese. Os jornais paulistas entram em greve e as sucursais de Brasília apoiam a paralisação.

1979. Tempos de Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. O Sindicato de Brasília é o primeiro a conseguir registro Profissional para Jornalistas que não conseguiam pravar o tempo de profissão porque estiveram presos nos piores anos da ditadura, como é o caso de Rachid Rachid, e regulariza a situação de outros profissionais.

1980. O SINDICATO envia doações a dom Cláudio Hummes, bispo de Santo André, São Paulo, para o Fundo de Greve do ABC. Juntamente com o Sindicato dos Médicos, Associação dos Sociólogos e DCK-Livre da UnB, o QI's candidatas são cogitadas Para a Presidência. Luis Joca, do Correio Braziliense, e Hélio Doyle, da Veja.

Um acordo tácito é feito entre os dois para evitar o cisma. Em convenção será escolhido o candidato. Se Joca Perder será Diretor-geral. Caso seja o derrotado, Doyle irá para a Fenaj. Ganhou Hélio Doyle, que pouco tempo depois se filiará ao PT, recebendo por isso censuras de setores da categoria. "Tínhamos muitas divergências, mas trabalhamos unidos e a diretoria funcionou direito", garante Joca.

1981. O SINDICATO participa da X Conferência da Classe Trabalhadora (Conclat) em Praia Grande, São Paulo, um período destinado às articulações com a Frente Intersindical, à regularização do registro de 150

ATIVIDADE DO DISTRITO FEDERAL

profissionais e a aplicação da lei do estágio, que em Brasília servia de desculpa para as empresas contratarem mão-de-obra, extremamente barata. No ano seguinte, o Sindicato luta pela autonomia política de Brasília, que só viria em 1986.

NAS, são tempos também de recessão e o Sindicato cria a bolsa de emprego porque é grande o número de jornalista desempregados. É criada também a cooperativa habitacional que constrói dois prédios de apartamentos no Guarã um em Sobradinho, destinado à categoria.

A CENTRAL Única dos Trabalhadores (CUT) é criada em São Bernardo do Campo, São Paulo, em 1983. Hélio Doyle disputa a reeleição concorrendo com Jorge Luís, vinculado ao PCdoB, é reeleito com 55 por cento dos votos. Sua chapa tem o apoio do PCB, que indicou o secretário-geral Davi Elmerich, e dos chamados independentes, representantes da grande maioria da categoria.

1984. O GENERAL Newton Cruz, comandante militar do Planalto, em outubro, invade a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Brasília fica sob o Estado de Emergência e responde com um estrondoso buzinaço. É tempo de "Diretas Já". E o Sindicato participa do movimento a favor da escolha direta do presidente da República, que termina resultando na eleição de Tancredo Neves e posse de José Sarney.

DISCUTE-SE a filiação à CUT. Plebiscitos são organizados, mas não concretizados. A questão das assessorias de imprensa é discutida durante encontro nacional realizado em Brasília, promovido pelo Sindicato. Em novembro, Mário Eugênio, o mais popular repórter policial da cidade, é assassinado na frente do Rádio Planalto. O Sindicato participa da Comissão para Investigação do Assassinato, juntamente com a Polícia e o Ministério Público, além de advogados da família.

"O SINDICATO estava cada vez mais inserido nos assuntos da comunidade", lembra Hélio Doyle. A entidade, a convite do governador José Aparecido, faz parte do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAUA) e da Comissão de Transportes, tendo sido a autora da proposta de caixa-única adotada pelo Governo do Distrito Federal. Nem o Plano Cruzado, o Sindicato posiciona-se contra por entender que acarretará sérios prejuízos para os trabalhadores.

1986. NA ELEIÇÃO há uma tentativa de formar chapa única, que engloba setores do PT intransigente na defesa de um nome próprio. A categoria vivencia novamente a disputa. De um lado Carlos Max, do Jornal da Brasília, simpatizante do Partido, apoiado pelo PCdoB e PDT, ao qual Hélio Doyle estava filiado. Do outro Romário Schettinó, do Jornal de Brasília, do PT. Eleição tranquila para MAM, que não teve

Elizandro/edw

1.04.93

11.48

0.28.15

COMUNICAÇÃO (H) DISTRITO FEDERAL

um manjar: o ar é confortável, quando totalmente tomado pela discussão da filiação da CUT ou à CGT,

NO DÉCIMO-quarto mês do mandato, em plebiscito, a categoria vota contra a qualquer central, mas os que desejam a filiação optam pela CUT. Com um encontro nacional da CUT provavelmente marcado, a diretoria decide enviar seis delegados, apenas como observadores, sem direito a voto e voto. Trinta e dois associados convocam uma Assembleia que decide manter o envio dos representantes com direito a voto. A Assembleia é anulada pela diretoria. Paulo Fona, secretário-geral é defensor da ida ao Congresso Nacional da CUT e mais nove diretores pedem licença coletiva da diretoria.

MAX remaneja a diretoria e prioriza as atenções do Sindicato para as televisões e Jornais locais, cujos salários estavam aviltados. O desemprego é apenas residual, mas a categoria faz três greves. Em 1986 é realizada uma greve nacional, contra o Plano Cruzado II que paralisa todas as redações inclusive as das sucursais,

1987. BRASÍLIA • decide contra outra proposta de greve nacional. O sindicato organiza uma greve local, que paralisa por quase 11, reflete os jornais da cidade e chega mesmo a provocar a não circulação do maior deles, o Correio Braziliense, numa segunda-feira. "Nesta greve houve uma união de todos os segmentos e ela não foi usada para fins políticos", atesta Max.

DURANTE seu mandato, o País vive o clima da Constituinte. Os Jornalistas debatem a regulamentação nos meios de comunicação. A Fenaj elabora um anteprojeto para o capítulo da Comunicação na Constituinte. Extremamente criticado por ter sido entendido como uma proposta de socialização dos meios de comunicação, o anteprojeto prevê que os veículos de comunicação (5 poderiam ser explorados por sociedades de direito privado sem fins lucrativos, as fundações. E estabelecia também que uma mesma entidade não poderia controlar mais de um tipo de veículo de comunicação. A emenda popular recebe 35 mil assinaturas.

DURANTE a Constituinte, o Sindicato ajuda a prebisionar os parlamentares, que não concordam com a regionalização da Produção Jornalística, mas aceitam a artística. O deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ) no momento em que levava para o plenário o texto acordado resolve escrever à caneta a regionalização Jornalística para ver se era aprovada pelo plenário, num descuido. O texto passou, garantindo os noticiários regionais. Antes, o plenário já havia acordado sobre a criação do Conselho Nacional de Comunicação.

A FILIAÇÃO de CUT continua: um divisor entre os sindicalistas, com o FCB ainda não tendo resolvido sua posição quanto ao

V

UNião dos Trabalhadores do Distrito Federal

... em uma central. [A polêmica impede novamente o fechamento de um acordo para a eleição de 1989, ano em que o País iria escolher por voto direto o primeiro presidente da República em quase 30 anos. Novamente Romário Schettino, filiado ao PT, é candidato contra Bartolomeu Rodrigues, ex-porter do Estadão, do PCB e vice-presidente na gestão anterior.,

VENCEDOR. Bartolomeu consegue pela primeira vez a liberação do presidente do Sindicato pelo empregador, com a empresa pagando o salário e garante, em acordo coletivo, a liberação de mais um diretor. Durante seu mandato, ele fecha a deficiente Gráfica-Escola, mas, em plebiscito a categoria coloca contra Bivenda, constrói um auditório no local, e instala um aparelho de fax, para a transmissão de informações. "Não consigo sentir grandes progressos nas questões econômicas", reconhece ele. "O governo Collor arrembrou com a economia e com o movimento sindical". A bolsa de empregos precisou ser recriada e chegou a receber 200 inscrições. Durante seu mandato discute-se a Lei da Informação Democrática.

A GRANDE surpresa de seu mandato é a decisão de realizar o plebiscito sobre a CUT, que finalmente filiou o Sindicato à Central, atribuindo ao fato do PCB finalmente ter entrado para a Central basicamente criada por petistas. "Vamos à CUT, mas não somos uma diretoria cutista" dizia. Tanto não eram que quando o Governo Collor resolveu fazer o leilão de privatização da Usiminas e foram lançadas pedras nos empresários, com a suspeita recaindo sobre militantes da CUT, o Sindicato encaminhou carta a Jair Meneghelli, presidente da Central, indagando sobre o episódio e condenando a violência. Meneghelli negou a autoria da baderna, mas o Jornal Nacional da Rede Globo divulgou a carta do Sindicato.

BARTOLOMEU é condenado por alguns setores por ter sido usado pelos meios de comunicação. Seu nome é rifado pelo PT da lista de candidatos à presidência da Fenaj, cujo presidente, Armando Rollemberg, foi eleito presidente da Organização Internacional dos Jornalistas (OIJ), com sede em Praga/Tchecoslováquia.

A NÃO indicação de Bartolomeu para a Fenaj repercute na disputa interna do Sindicato, impossibilitando novamente em acordo, e duas chapas concorrem à diretoria. São tempos de impeachment, quando a sociedade resquebra o seu poder de mobilização.

1992. NA ELEIÇÃO de agosto, entre Ivan Godói, do Jornal de Brasília, e Chico Faria, assessor de imprensa da UnB, a categoria escolhe o último, militante petista e que sempre atuou no Sindicato.

SINDICATO JORNALISTA DO DISTRITO FEDERAL

COM mandato até 1995, Chico vai conduzir uma entidade com um perfil bastante diferente de trinta anos atrás, quando saiu a carta sindical. Hoje o Sindicato administra 11 funcionários. O mais velho deles, Antônio Marra, já conta 14 anos de casa e é o auxiliar de tesouraria. O número de associados chega 2 mil 500, embora a categoria seja estimada em quase 3 mil e 500 Jornalistas. A maioria está afastada das redações, sendo maior contingente de funcionários públicos - 1,5 mil, incluídos os funcionários da Radiobrás, se em 60. Maria da Graça Dutra era a única mulher credenciada no Comitê de Imprensa da Câmara, hoje a categoria tem uma forte presença feminina nas relações e assessorias.

É TAMBÉM uma categoria que, ao longo dos anos, como toda a população brasileira, foi perdendo seu poder de compra e tem hoje como maior problema a falta de renda para adquirir moradia. Há Jornalistas que moram em assentamentos habitacionais, resultado do empobrecimento salarial. Daí o investimento do Sindicato na cooperativa habitacional, que vende lotes nos Condomínios Verde e Lago Oeste.

NOSSO objetivo "diz Chico Sant'Anna, "é reinserir o Sindicato ativamente na sociedade de Brasília e continuar a luta por melhores salários, com o aperfeiçoamento dos profissionais". Na busca desses objetivos, a atual diretoria já participa da Comissão de Fiscalização do Metrô, no movimento comunitário que discute a educação e prepara, em conjunto com a Associação dos Bancos Estaduais, um curso para Jornalistas de economia. Grande desafio a ser enfrentado é a luta pela aprovação da Lei da Informação Democrática e pela regulamentação das novas tecnologias de comunicação.

A INSERÇÃO na comunidade e nas lutas nacionais é o caminho natural de um Sindicato que cresceu junto com Brasília e ao longo de sua história fez-se presente nas lutas pela cidadania e autonomia. Viveu momentos de sombra, mas busca agora, recuperar sua própria memória para compreender os erros e acertos e jamais esquecer o papel que lhe é destinado na sociedade.

~~A Sr. Presidente (Rose Mary Miranda) -~~



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Hermione

REVISOR: Ney

HORA: 11:50 Nº: 029/1

DATA: 19/4/93

ORADOR: Lúcia Carvalho

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary ~~Miranda~~) -

(Com a palavra a Deputada Lúcia Carvalho.

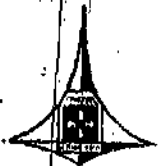
A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora) - Sra. Presidente, por coincidência, hoje é o dia do Partido dos Trabalhadores fazer uso desta tribuna. Gostaria de chamar a atenção dos meus Pares, porque o que trago aqui é da maior gravidade.

Temos a tristeza de colocar, aqui, a situação da educação no Distrito Federal.

Em um segundo momento, a questão do repasse de verbas no Distrito Federal. Gostaria até que o Líder do Governo estivesse aqui bastante atento.

A Secretaria de Educação e o GDF vêm insistentemente divulgando que projetos têm sido implementados na área de educação. No entanto, gostaria de apresentar aqui algumas incoerências com relação a esse discurso.

Citarei Brasília como exemplo. Vários problemas vêm ocorrendo naquela cidade-satélite. Vou mostrar a gravidade da situação citando, por exemplo, que no Centro de Ensino nº 1 faltam 26 professores; no Centro Educacional nº 1, de Brasília, faltam 12 professores; no Centro Educacional nº 4 faltam 6; na



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA K APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Hermione

REVISOR: Ney

HORA: 11:50 Nº: 020/2

DATA: 1º/4/93

ORADOR: Lúcia Carvalho

Escola Classe Vendinha faltam 71 perfazendo um total de 79 carências do professores 0») Brazlândia.

O número do professores lotados naquela Regional do Ensino é exatamente de 600 professores. Tomos, portanto, uma carência de 13%.

Estão no lugar desses profissionais, sendo contratados para prestação temporária, alunos com menos do um mês de faculdade para lecionar. O que é mais grave, inclusive para fins de Especial., onde é necessário cursos de especialização.

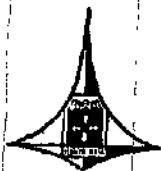
Nessa prestação de serviços temporários, a FEDE vem fazendo contratos para a carga horária definitiva ao invés de convocar os concursados existentes. Caso não haja concursados para algumas disciplinas que se realizam de imediato concursos para o preenchimento das vagas.

Que não se faça da educação cabide de empregos e muito menos curral eleitoral. Educação é destinada a formar cidadãos. Isto é coisa séria.

Hermione/ney

1º/4/93

11:50 029/3



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Quero deixar uma sugestão para que o líder do Governo apresente-a ao Governador, ^{para} que se crie uma política para incentivar os profissionais a lecionarem nos locais mais distantes, a exemplo da Secretaria de Saúde, onde o médico recebe um auxílio de locomoção.

Já passou a hora das autoridades tratarem os docentes e a comunidade com mais respeito.

Com relação ainda a Educação

exigência de uniforme — CASA DO COLEGIAL

de relação de material —

Pagamento de ADMS

Sendo o fundamento constitucional violado diariamente no DF no que se refere Educação.

Sobre a Vigilância fiscal, de bens supranote pelo DNI e ao GDF.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Hermione

REVISOR: Ney

HORA: 11h50 Nº: o-29/4

DATA: 1/4

ORADOR:

Pague-se mais a profissionais para trabalhar distante, como por exemplo, no Gama, em Brazlândia, e esses profissionais lá ficarão. Portanto, é preciso que trabalhemos no sentido de: primeiro, convocar os concursados existentes; pois há escolas, além de Brazlândia; Samambaia, por exemplo, tem seu corpo todo de profissionais de livre provimento, de contrato temporário de prestação eventual de trabalho. Temos centenas, para não dizer milhares, de professores de primeira a quarta série, concursados, esperando serem chamados. Então, gostaria de fazer essa denúncia aqui.

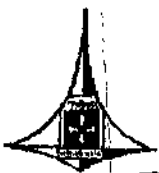
Agora, a segunda e mais grave é em relação aos repasses de verbas. E só estou usando-a hoje, embora tivesse essa denúncia há mais tempo no meu gabinete, porque estávamos trabalhando exatamente na questão do repasse de verbas para o Distrito Federal e não queríamos fazer com que essa denúncia fosse explorada por algum jornal de grande circulação. Temos entrevista hoje, com alguns jornais de cunho nacional os quais que vão divulgar o que vou passar em primeira mão aos Deputados e ao Líder do Governo. Temos tido acesso aos CIAFS, através de uma senha conseguida no gabinete do Senador Eduardo Suplicy, e sabedores da técnica

Arminio / mey

12/4/93

11:50

029/5



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. DEPUTADA
PRONUNCIAMENTO DEPUTADA LÚCIA CARVALHO - 30.03.93

CAOS NA EDUCAÇÃO

A Secretaria de Educação e o GDF vem insistentemente divulgando que projetos e mais projetos tem sido implementados na área de Educação.

Hoje ocupo esta tribuna para apresentar algumas incoerências no discurso do governador.

Como exemplo citarei Brasília. Vários problemas vem acontecendo naquela satélite pela falta de professores.

Para mostrar a gravidade da situação, como exemplo relato o quadro que se encontra algumas escolas do local.

No Centro de Ensino 1 faltam 26 professores

i No CED 1 faltam 12

Na KC 4, faltam 6

Na Escola Classe Vendinha faltam 7

K assim vai, perfazendo um total de carência de 79 professores.

O número de professores lotados na Diretoria Regional de Brasília é de aproximadamente 600 professores, e temos uma carência de 33% desse total.

Estão contratados para prestação de serviços temporários alunos com menos de um mês de faculdade para lecionar. R o que é mais grave, para o Ensino Especial, onde é necessário cursos de especialização.

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS REPASSES DA UNIÃO AO GDF PARA PAGAMENTO
DOS SALÁRIOS DAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

1 9 9 3

MÊS	TOTAL DA FOLHA	VALOR REPASSADO	DATA DO REPASSE	SALDO ACUMULADO
JAN	* 1.319.133.292,	119.348.691.000, 101.075.182.000, 3.323.332.000, 6.493.970.000, 112.632.157.000, 23.017.469.000, 5.193.137.000, 143.440.000.000, 89.650.000.000, 23.830.600.000, 396.090.000.000, 14.670.000.000, 440.328.200.000, 521.991.200.000, 2.238.083.938.000,	12.01.93 12.01.93 12.01.93 12.01.93 12.01.93 12.01.93 12.01.93 29.01.93 29.01.93 29.01.93 29.01.93 29.01.93 29.01.93 29.01.93	918.950.646.000,
FEV	1.158.348.779,	332.000.000.000, 5.193.137.000, 23.017.469.000, 6.493.970.000, 202.193.383, 152.705.230.820, 737.411.999.936, 124.975.999.861, 1.382.000.000.000,	18.02.93 26.02.93 26.02.93 26.02.93 26.03.93 26.02.93 26.02.93 26.02.93 26.02.93	223.651.221.000, 1.142.601.867.000,

Memorandum de Lutas

**PT Lúcia
Carvalho**

029/2.

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS REPASSES DA UNIÃO AO GDF PARA PAGAMENTO
DOS SALÁRIOS DAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

i 1 2 2

* Temps as respectivas Ordens Bancárias relativas a estes valores

MÊS	TOTAL DA FOLHA	VALOR REPASSADO	DATA DO REPASSE	SAÚDO ACUMULADO
JAN	65.271.716	62.159.434.000	03.02.92	(-) 3.112.282.000,
FEV	74.794.438,	78.832.000.000	28.02.92	925.200.000,
MAR	83.782.511,	89.479.599.000	01.04.92	6.622.377.000,
ABR	110.342.030,	15.000.000.000 20.000.000.000 60.500.617,000	13.04.92 27.04.92 04.05.92	(-) 219.036.000,
MAI	123.051.097,	134.265.550.000 50.000.000.000 50.000.000.00	01.06.92 03.06.92 17.06.92	110.995.417.000,
JUN	167.524.933,	130.000.000.000 56.000.000.000 26.000.000.000	01.07.92 01.07.92 14.07.92	155.470.484.000,
JUL	173.417.822,	150.000.000.000	04.08.92	132.052.662.000,
AGO	180.366.423,	7.500.000.000 6.118.544.000 6.000.000.000 14.000.000.000 120-784.281.000 12.576.067.000 120.000.000 167.098.892.000	14.08.92 14.08.92 27.08.92 01.09.92 02.09.92 02.09.92 02.02.92	118.785.131 000,
SET	296.837.313,	128.000.000.000 210.000.000.000	25.09.92 01.10.92	159.947.818.000,
OUT	294.382.542,	345.542.956.000	03.11.92	211.108,232.000,
NOV	468.136.335,	43.026.224.000 748.000.000.000	17.11.92 02.12.92	533 998,121.000,
DEZ	1.085.428.212,	1.200.000.000.000 9.988.447.000	18.12.92 22.12.92	658 558.357,000,
TOTAL	3.166.990.975,	3.781.893.719.000	-	658.558.357.000,

Gabinete da Deputada Lúcia Carvalho
Camara Legislativa do Distrito Federal

A SAIA PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Lem

M. Helena o Deputado Edmar Pereira.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Yeda

REVISOR: Ney

HORA: 11:55 Nº: 030/1

DATA: 01.04.93

ORADOR: A Srª Lúcia Carvalho (continuação)

Para se entrar nessa área de repasses, nós temos acompanhado, diuturnamente, aquilo que o GDF recebe da área federal, tanto para o custeio das áreas de segurança, saúde e educação, como daquilo que recebe ^{para a} área de pessoal, ou para o Metro.

Tenho um relatório, concluído, do ano de 92. E quando hoje de manhã o Deputado Augusto Carvalho dizia: "há alguma coisa inexplicável quando o Secretário da Fazenda, ^{Dn.} Everardo Maciel, disse na Comissão de Orçamentos da área Federal, de que aqueles recursos, embora com 48% de corte, ^{dariam} até setembro, causando a nós um enigma, de como ^{que.} no ano passado com 100%, teve-se até que fazer complementações? E aqui está a resposta, Quero entregar depois a cada Deputado, de que na área de educação para pagamento de pessoal, o Governo simplesmente ficou com excedente de 614 bilhões, isso sem contar com as aplicações no mercado financeiro,

Acumulado até o mês de março, nós temos nada menos do que 1.142.601 (Um trilhão, cento e quarenta e dois bilhões e seicentos e um milhões), dinheiro este que foge ao nosso controle, porque nos documentos do ^{Se}



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Yeda

REVISOR: Ney

HORA: 11:55 Nº: 0.30/2

DATA: 01.04.93

ORADOR: A Srª Lúcia Carvalho (continuação)

cretário vem um tipo de recebimento, ou seja, quando ele manda o relatório e os documentos que tenho aqui, ele manda, as folhas custaram tanto e eu recebi menos do que as ordens bancárias e que o SIAFI me oferece.

Portanto, existe um enigma. Mas entre essas duas informações, posso assegurar aos Deputados, jamais uma ordem bancária seria produzida sem que de fato chegasse esse dinheiro no Distrito Federal.

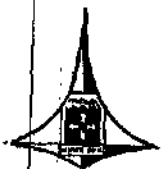
E o Secretário ao afirmar na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Federal que o dinheiro daria, ele sabia, porque tinha reservas. E estas reservas, não são controladas pela Câmara Distrital, são controladas por nós Deputados que temos o dever de fazer essa fiscalização.

Portanto, vou passar essas informações à Comissão que trata de Orçamento da Casa, da Câmara Legislativa, que deve acompanhar o orçamento do Distrito Federal.

Gostaria de dizer que nós temos uma Comissão montada desde o ano passado, dos quais fazem parte os Deputados Gilson Araújo, Manoel Andrade, Lúcia Carvalho, Cláudio Monteiro, Carlos Alberto e Agnelo Queiroz, que deve de imediato se reunir, tomar posse dessa documentação toda, e produzir um relatório sobre a matéria.

O Distrito Federal tem que ter sim sua autonomia financeira.

O Distrito Federal, tem que ter um compromisso oficial na Carta Constitucional



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DG TAQUIGRAFIA

TAQUI.: YÊDA

REVISOR: NEY

HORA: 11h55 Nº 0/30/3

DATA: 01/04/93

ORADOR: LÚCIA CARVALHO

de repasse. Temos que batalhar sim até chegar o momento da reforma constitucional, pois temos um decreto do Presidente para suprir as áreas da saúde e educação.

Mas é preciso também, que o Secretário de Fazenda, que o Governo do Distrito Federal jogue limpo com a educação e a saúde, não retendo verbas que venham para pessoal e não aplicando de fato essas verbas para o pessoal. Porque, além dessas verbas para pessoal, há a verba para custeio, há a verba para o Metro.

Portanto, temos acesso hoje, graças à modernização, à Constituição de 1988, que fazem com que os Deputados possam adentrar e fiscalizar. E esta Casa tem que de forma urgente colocar os seus computadores ligados aos computadores do GDF, para que tenhamos pleno exercício da nossa função de fiscalização, para que chances como essas não venham a ocorrer, neste ou em qualquer outro Governo.

Então, essa é a denúncia grave que trago, e acredito que os companheiros também vão e membros do Governo fazer essa fiscalização e cobrar, e esses dados, a partir de hoje, estarão sendo colocados na mesa de negociação para as áreas de saúde e educação. Mais de um trilhão no ano passado foi sonegado destas áreas, e para onde foi esse dinheiro? Podem até ter sido aplicados em canteiros, obras públicas, só que de forma indevida. Porque cada rubrica tem



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DF, TAQUIGRAFIA

TAQUI.: YÊDA

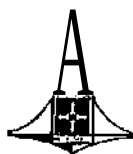
REVISOR: NEY

HORA: 11h55 Nº: 0/30/4

DATA: 01/04/93

ORADOR: LÚCIA CARVALHO

m destino e estas ordens bancárias vieram para pagamento de pessoal e nós
não podemos mais permitir que professores continuem ganhando junto com o se-
bor de saúde.



OK
Revisado
✓

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA-SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TAQUIGRAFIA

16^ª SESSÃO ORDINÁRIA

2/2

DATA: 01.04.93

HORA: 9:50

Revisado
Assinado

ATA SUCINTA

162ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 01 DE ABRIL DE 1993

- 32ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 1ª LEGISLATURA -

PRESIDÊNCIA: Deputadas Rose Mary Miranda, Lúcia Carvalho, Peniel Pacheco, Cláudio Monteiro e Jorge Cauhy.

SECRETARIA: Deputados Lúcia Carvalho, Cláudio Monteiro, Eurípedes Camargo, Fernando Naves e Gilson Araújo.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

ABERTURA a 9 horas e 50 minutos.

ENCERRAMENTO a 13 horas e 25 minutos.

REGISTRO DE PRESENCAS NA SESSÃO

Deputado Agnelo Figueiroz	< PC do B	)	presente
Deputado Aroldo Satake	< PP	)	presente
Deputado Carlos Alberto	< PPS	)	presente
Deputado Cláudio Monteiro	(PDT	)	presente
Deputado Edimar Pireneus	< PP	)	presente
Deputado Eurípedes Camargo	(PT	)	presente
Deputado Fernando Naves	(PP	)	presente
Deputado Geraldo Magela	(PT	)	presente
Deputado Gilson Araújo	(PP	>	presente
Deputado Padre Jonas	< PP	)	falta justificada
Deputado Jorge Cauhy	< PL	>	presente
Deputado Jomê Edmar	(S/PARTIDO)	)	presente
Deputado José Ornellas	(PL	)	presente
Deputada Lúcia Carvalho	< PT	>	presente
Deputado Manoel de Andrade	< PP	)	presente
Deputada Maria de Lourdes	< PSDB	)	presente
Deputado Maurílio Silva	(PP	)	presente
Deputado Pedro Celso	< PT	)	presente
Deputado Peniel Pacheco	< PTB	)	presente
Deputada Rose Mary Miranda	< PP	)	presente
Deputado Salviano Guimarães	(PDT	)	presente
Deputado Tadeu Roriz	< PP	)	presente
Deputado Wasny de Roura	(PT	)	presente
Deputado Benício Tmvaes	(PP	)	ausente

PAUTA

I - PEQUENO EXPEDIENTE

I.1 - COMUNICADOS DA MESA

Ofício Interno nº 030/93, do Gabinete do Deputado Padre Jonas, que justifica «X» ausência do Deputado nesta sessão.

Ofício Interno nº 023/93, do Deputado Maurílio Silva, que solicita a retirada do Projeto de Lei nº 489/92.

Ofício nº 056/93, do Gabinete do Deputado Carlo Alberto» que justifica a ausência do Deputado na Sessão Ordinária do dia 30 do corrente mês.

Memorando nº 034/93, do Gabinete do Deputado Peniel Pacheco, que justifica a ausência do Deputado na Sessão Ordinária do dia 30 do corrente mês.

Ofício nº 030/93, do Gabinete da Deputada Lúcia Carvalho, que justifica «X» a ausência da Deputada na Sessão Extraordinária do dia 29 do corrente mês.

Mensagem nº 038/93, do Br. (Governador do Distrito Federal, que encaminha projeto de lei que "Cria cargos efetivos nas Carreiras Magistrado Público e Assistência à Educação, do quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal e dá outras providências".

Projeto de lei, de autoria do Deputado Fernando Naves, que "Autoriza o Poder Executivo a destinar parte da área ocupada pelo Regimento de Polícia Militar do Distrito Federal - RPMONPMDF, para fins de assentamento e dá outras providências".

Indicação, de autoria do Deputado Jorge Cauhy, que "Sugere ao Governo do Distrito Federal, a construção de uma ciclovia interligando a Cidade-Satélite do Núcleo Bandeirante a Candangolândia".

Indicação, de autoria do Deputado Jorge Cauhy, que "Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal a canalização do Córrego Vicente Pires, no trecho compreendido entre o Núcleo Bandeirante e a Cidade-Satélite do Guará".

Moção, de autoria do Deputado Fernando Naves, que "Solicita ao Poder Executivo alteração do Regulamento de Promoções de Praças da Polícia Militar do Distrito Federal".

Mocção, de autoria do Deputado Fernando Naves, que "Sugere a criação de uma Companhia de Polícia Militar, para a Cidade-Batélica de Santa Maria".

Indicação, de autoria do Deputado Gílson Araújo, que "Sugere a construção de escolas de 2º Grau no Paranoá".

Indicação, de autoria do Deputado Gílson Araújo, que "Sugere a construção de Posto de Saúde na área central do Paranoá".

Indicação, de autoria do Deputado Gílson Araújo, que "Sugere prosseguimento às obras do Hospital da Região Administrativa do Paranoá".

Indicação, de autoria do Deputado Gílson Araújo, que "Sugere a implementação do projeto de construção do Ginásio Coberto do Paranoá, mediante suplementação ao Orçamento do Distrito Federal".

Indicação, de autoria do Deputado Gílson Araújo, que "Sugere calçamento e/ou asfaltamento das vias públicas do Paranoá".

Indicação, de autoria do Deputado Gílson Araújo, que "Sugere a construção de Estádio de Futebol na Região Administrativa do Paranoá".

Indicação, de autoria do Deputado Gílson Araújo, que "Sugere a implementação da construção de box sanitários públicos na Feira Permanente do Paranoá, mediante suplementação do Orçamento do Distrito Federal".

Indicação, de autoria do Deputado Gílson Araújo, que "Sugere a construção de um Centro de Desenvolvimento Social na Vila São Sebastião".

Indicação, de autoria do Deputado Gílson Araújo, que "Sugere a construção de um Quartel do Corpo de Bombeiros na Vila São Sebastião".

Indicação, de autoria do Deputado Gílson Araújo, que "Sugere instalação de uma Delegacia da Companhia Energética de Brasília - CEB, na Vila São Sebastião".

Indicação, de autoria do Deputado Gílson Araújo, que "Sugere instalação de uma Delegacia da Secretaria de Fazenda e Planejamento na Vila São Sebastião".

Indicação, de autoria do Deputado Gílson Araújo, que "Sugere calçamento e/ou asfaltamento das Vias da Vila São Sebastião".

Indicação, de autoria do Deputado Gílson Araújo, que "Sugere implementação do projeto de construção de um Centro Desportivo na Vila São Sebastião, mediante suplementação ao Orçamento do Distrito Federal".

Indicação, de autoria do Deputado Gílson Araújo, que "Sugere a construção de Jardins de Infância na Vila São Sebastião".

Indicação, de autoria do Deputado Gílson Araújo, que "Sugere a construção de um Quartel da Polícia Militar na Vila São Sebastião".

Indicação, de autoria do Deputado Gílson Araújo, que "Sugere a implementação do projeto de construção do Terminal Rodoviário da Vila São Sebastião, mediante suplementação ao Orçamento do Distrito Federal".

Indicação, de autoria do Deputado Gílson Araújo, que "Sugere a implementação do projeto de construção de Quadras Polivalentes na Vila São Sebastião, mediante suplementação ao Orçamento do Distrito Federal".

Indicação, de autoria do Deputado Gílson Araújo, que "Sugere a implementação do projeto de Creches na Vila São Sebastião, mediante suplementação ao Orçamento do Distrito Federal".

Indicação, de autoria do Deputado Gílson Araújo, que "Sugere a implementação do projeto de construção de Abrigos de Passagens de Ônibus na Vila São Sebastião, mediante suplementação ao Orçamento do Distrito Federal".

Indicação, de autoria do Deputado Gílson Araújo, que "Sugere a implementação do projeto de construção da Feira Permanente da Vila São Sebastião, mediante suplementação ao Orçamento do Distrito Federal".

Indicação, de autoria do Deputado Gílson Araújo, que "Sugere a implementação da construção de Praças de Lazer no Paranoá, mediante suplementação ao Orçamento do Distrito Federal".

Indicação, de autoria do Deputado Gílson Araújo, que "Sugere a construção de escolas de 12 Grau na Vila São Sebastião".

Indicação, de autoria do Deputado Gílson Araújo, que "Sugere urgência para a elaboração do Plano Urbanístico da Vila São Sebastião".

Mocção, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que manifesta solidariedade pela realização do I Congresso Nacional de Trabalhadores do DETRANS.

Requerimento, de autoria do Deputado Padre Jonas «f outras» que "Solicita realização de Sessão Solene em homenagem ao 33º Aniversário da Cidade-Satélite de Sobradinho, naquela Região Administrativa do Distrito Federal".

Projeto de lei, de autoria do Deputado Tadeu Roriz, que "Autoriza o Poder Executivo a implantar a Casa do Artesão e dá outras providências".

Recurso de autoria do Deputado Aroldo Satake e outros, que "Recorre da decisão conclusiva da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ sobre a Indicação nS 419/92".

Mensagem nS 039/93, do Sr. Governador do Distrito Federal, que encaminha projeto de lei que "Reestrutura as carreiras que menciona, fixa e altera os valores dos respectivos vencimentos, e dá outras providências".

Mensagem nS 040/93, do Sr. Governador do Distrito Federal, que encaminha projeto de lei que "Altera os valores das retribuições que menciona e dá outras providências".

Mensagem nS 041/93, do Sr. Governador do Distrito Federal, que encaminha projeto de lei que "Reestrutura a Carreira Apoio as Atividades Jurídicas, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, criada pela Lei nS 43 de 19 de setembro de 1989, e dá outras providências".

Requerimento, de autoria do Deputado Edimar Pireneus, que "Solicita inclusão na pauta da Sessão Extraordinária de hoje, as proposições que especifica".

Recurso, de autoria do Deputado Peniel Pacheco e outros, que "Recorre da decisão da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ sobre o Projeto de Lei nS 530/92".

Requerimento, de autoria do Deputado Agnelo Queiroz, que "Solicita informações: à Secretaria de Saúde sobre o repasse de recursos financeiros para o Instituto de Saúde do Distrito Federal e a utilização dos mesmos".

Projeto de lei, de autoria do Deputado Agnelo Queiroz, que "Proíbe a privatização de áreas especiais de estacionamento em vias e logradouros públicos, no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Requerimento, de autoria do Deputado Agnelo Queiroz, que "Solicita informações: ao Secretário de Saúde sobre a regularidade na distribuição de remédios aos doentes crônicos".

Requerimento, de autoria do Deputado Geraldo Magela, que "Solicita formação de Comissão Especial para acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelo Governo do Distrito Federal relativos aos condomínios rurais".

Requerimento, de autoria do Deputado Geraldo Magela, que "Solicita à Secretaria de Agricultura cópia do relatório de conclusão da sindicância instituída pela Portaria nº 007, de 20 de janeiro de 1993".

Requerimento, de autoria do Deputado Agnelo Queiroz, que "Solicita a retirada da tramitação do Projeto de Lei nº 389/92".

Ofício Interno nº 024/93, do Gabinete do Deputado Tadeu Roriz, que justifica a ausência do Deputado nas Sessões Extraordinárias nos dias 26 e 29 do corrente mês.

Ofício Interno nº 025/93, do Gabinete do Deputado Tadeu Roriz, que justifica a ausência do Deputado na Sessão Ordinária no dia 30 do corrente mês.

Mocção, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "Sugere à Câmara Legislativa do Distrito Federal o envio de correspondência ao Reitor da Universidade de Brasília, solicitando instalar Núcleo de Extensão do Decanato de Extensão da UNB, em Samambaia".

Mocção, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "Solicita prioridade na reforma de educandário".

Requerimento, de autoria do Deputado Pedro Celso, que "Solicita ao Secretário de Transportes do Distrito Federal informações relativas a contratação de pessoal por tempo determinado na Sociedade de Transporte Coletivo de Brasília-TCB, bem como do convênio para cessão de servidores da empresa ao Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos-DMTU".

Recurso, de autoria do Deputado José Edmar e outros, que "Recorre da decisão da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ sobre o Projeto de Lei nº 286/91".

Recurso, de autoria do Deputado Carlos Alberto e outros, que "Recorre da decisão da Sra Deputada Rose Mary Miranda, no exercício da Presidência, sobre o Recurso nº 31/92".

Requerimento, de autoria de vários Deputados, que "Solicita a não-realização de sessão e suspensão dos serviços administrativos da Casa, na Quinta-Feira Santa".

Mocção, de autoria de Deputado Agnelo Queiroz e outros, que manifesta solidariedade ao jornal "Folha do Gama" e ao Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal.

1.2 - COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADO GERALDO MAGELA, em nome da Bancada do PT.

- Comentários sobre as diretrizes do Orçamento Geral da União aprovado ontem, no Congresso Nacional.

- Referências ao projeto de resolução que cria o Comitê de Defesa do DF.

DEPUTADO SALVIANO GUIMARÃES, em nome da Bancada do PDT.

- Considerações sobre o Orçamento Geral da União, ressaltando a necessidade de independência financeira nas áreas de saúde, educação e segurança do DF.

DEPUTADO AGNELO QUEIROZ, em nome do PC do B.

- Leitura do fax enviado pela FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas, protestando contra ação arbitrária sofrida pelo Jornal "Folha do Gama".

DEPUTADO CARLOS ALBERTO, em nome do PPS.

- Apresentação das Proposições

- Requerimento que "Solicita a convocação do Secretário de Fazenda e Planejamento, Dr. Everardo Maciel, para prestar esclarecimentos perante o Plenário da Câmara Legislativa" e "Solicita à Secretaria de Administração que sejam enviadas as tabelas salariais dos órgãos da Administração direta e indireta do GDF".

- Projeto de lei que "Institui o Programa Permanente de Desenvolvimento Profissional e Reciclagem Tecnológica para as áreas que especifica, no âmbito da educação continuada, e dá outras providências".

DEPUTADO JOSÉ ORNELLAS, em nome do Bloco Trabalhista Liberal.

- Comentários sobre o desempenho dos parlamentares de sua Bancada no Congresso Nacional, sobre a defesa da inclusão do DF no Orçamento da União.

DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS, em nome do Governo.

- Referências às dificuldades nos repasses de verbas da União para o DF.

- Ponderações sobre a solicitação do Deputado Carlos Alberto que convoca o Sr. Everardo Maciel a comparecer a esta Casa.

I.3 - COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADO TADCU RORIZ <PP>

- Pronunciamento sobre a questão do uso da terra no DF, que não foi definida na Lei Orgânica.

DEPUTADO WASNY DE ROURE <PT>

- Manifestação de solidariedade ao Jornal "Folha do Gama".

- Preocupação com o destino dos servidores desta Casa, contratados para os trabalhos de elaboração da Lei Orgânica.

- Apresentação de projeto de lei que "Dispõe sobre a realização de auditorias ambientais".

DEPUTADA ROSE MARY MIRANDA <PP>

- Esclarecimentos sobre a matéria "Traidores do DF", publicada no Diário da Câmara Legislativa - DCL n.º 37, Ano II, de 26 de março de 1993.

DEPUTADO SALVIANO GUIMARÃES <PDT>

- Referências as normas de publicação do Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

- Apresentação de projeto de lei que "Disciplina o regime jurídico de uso e o processo de privatização das terras públicas rurais pertencentes ao Distrito Federal e a sua administração descentralizada «e dá outras providências»".

DEPUTADO GERALDO MABELA <PT>

- Considerações sobre o procedimento para alienação de bens públicos no DF.

DEPUTADO PEDRO CELSO <PT>

- Ponderações sobre as consequências da greve dos servidores do DF.
- Informações sobre a "Passeata pela Paz Contra a Violência", organizada pelas entidades do Movimento Popular do Setor "O", da Ceilândia.
- Alusão ao lançamento do Livro "Jornalismo de Brasília Impressões e Vivências".

DEPUTADA LÚCIA CARVALHO <PT>

- Pronunciamento sobre a situação da educação no DF.
- Referências aos repasses de verba para as áreas da saúde, educação e segurança.

DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS <PP>

- Solicitação de cópias dos pronunciamentos realizados pelos Deputados Ottonio Magela, Carlos Alberto, Pedro Celso e Lúcia Carvalho, nesta sessão.
- Comentários sobre matéria intitulada "Pai e unem e abrem escolas mais baratas", publicada no "Jornal do Brasil", dia 28 de março último.
- Enfoque sobre projeto que cria Programa de Cooperativa de Ensino no DF - Proensino.

II - ORDEM DO DIA

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 684/92, de autoria da Deputada Rose Mary Miranda, que "Concede Títulos de Cidadãos Honorários ate Brasília ao Diretor-Previdente do Jornal Correio Brasiliense, Or. Paulo Cabral de Araújo e a ex-primeira dama do País, Srª Sarah Kubistchek". APROVADO com 17 votos favoráveis e 07 ausências.

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 689/92, de autoria do Deputado Agnelo Queiroz, que "Suspende os efeitos da Lei nº 275 de 17 de Junho de 1992, e dá outras providências".
- Parecer contrário do Relator da CEOP, Deputado Wilson Araújo. APROVADO com 10 votos favoráveis, 08 votos contrários e 06 ausências.

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 351/92, de autoria do Deputado Pedro Celso, que "Autoriza o Poder Executivo a criar Sistema de Capacitação e

Profissionalização de Pessoal para % área sócio-cultural". **APROVADO** com 19 votos favoráveis e 05 ausências.

Discussão e votação, em 2º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 336/92, de autoria da Deputada Lácia Carvalho, que "Dispõe sobre o livre acesso dos Deputados Distritais aos estabelecimentos destinados ao cumprimento de pena criminal e outra» estabelecimentos". **APROVADO** com 19 votos favoráveis e 05 ausências.

Discussão, em 2º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 148/91, de autoria do Deputado Maurílio Silva, que "Autoriza a instituição de Programa de Alimentação Infantil". **DISCUTIDO.**

Discussão, em 2º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 222/91, de autoria do Deputado Edimar Pireneus, que "Autoriza o fôverno do Distrito Federal VA instituir abono de Ponto bimestral para pais e responsáveis de crianças em idade escolar". **DISCUTIDO.**

Discussão, em 1º turno, 4º dia, e votação do Projeto de Lei nº 310/92, de autoria do Deputado Peniel Pacheco, que "Dispõe sobre a adoção de praças, jardins públicos e áreas rodoviárias, por entidades e empresas e dá outras providências". **APROVADO** com 18 votos favoráveis e 06 ausências.

Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 359/92, de autoria do Deputado Geraldo Magela, que "Autoriza a criação do grupamento de voluntários do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal". **DISCUTIDO.**

Discussão e votação das Indicações nºs:

- 132/92, de autoria do Deputado Maurílio Silva, que "Sugere ao Poder Executivo a construção de duas pistas laterais à Estrada Contorno de Taguatinga - DF".

- 168/92, de autoria da Bancada do PT, que "Sugere ao Governador do DF a alteração de percurso de linha de transporte coletivo em Sobradinho".

- 218/92, de autoria do Deputado Salviano Guimarães, que "Sugere ao Governador do DF a instalação das associações de crianças e adolescentes em galpão comunitário em Ceilândia - DF".

.... 272/92, de autoria do Deputado Padre Jonas, que "Sugere ao Governo do DF a instalação de Posto de Fiscalização do PROCON, na Cidade-Satélite de Taguatinga".

- 284/92, de autoria do Deputado Salviano Guimarães, que "Sugere ao Governador do DF a execução de obra de urbanização compreendendo a pavimentação asfáltica da QNN 25 do conjunto 'B' ao 'G' da Ceilândia".
- 291/92, de autoria do Deputado Carlos Alberto, que "Sugere ao Poder Executivo a inauguração de uma praça ou logradouro público no Distrito Federal em homenagem ao povo palestino".
- 313/92, de autoria do Deputado Manoel de Andrade, que "Sugere ao Governador do DF a regularização de algumas quadras dos setores Norte e Sul de Taguatinga".
- 328/92, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "Sugere ao Governador do DF a construção de uma quadra desportiva polivalente na Península Norte".
- 352/92, de autoria do Deputado Salviano Guimarães, que "Sugere ao Governador do DF a construção de abrigos para passageiros de ônibus ao longo da DF-005, antiga Estrada Parque Tamandua".
- 360/92, de autoria do Deputado Maurício Silva, que "Sugere ao Governador do DF a construção de um hospital em Taguatinga Sul, para atender a Samambaia, Riacho Fundo e Vila Areal".
- 372/92, de autoria do Deputado Padre Jonas, que "Sugere ao Governador do DF a construção de um posto de saúde em área especial da Quadra 02, próxima ao Conjunto C-19 da Cidade-Satélite de Sobradinho".
- **APROVADAS** com 18 votos favoráveis e 06 ausências. (Votação em bloco.)

Discussão e votação das Moções nºs:

- 102/93, de autoria do Deputado José Edmar, que "Sugere ao Poder Executivo a destinação das instalações prediais da COLMEIA do Gama para implantação de Campus Avançado da Fundação Universidade Regional do Distrito Federal - URB, naquela Região Administrativa".
- 103/93, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "Solicita ao Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal a revogação da expulsão de policiais da PMDF e reautorizar desconto em folha de pagamento para os praças associados à Cooperativa Habitacional da PM e Bombeiros - UNIPRACA".
- 104/93, de autoria do Deputado Tadeu Roriz, que "Solicita ao Governo do DF a instalação de abrigos nas paradas de ônibus em Sobradinho II".

- **105/93**, de autoria do Deputado Tadeu Rorl, que "Solicita a NOVACAP VA urbanização dos Centro» de Saúde nºs 01 e 02, de Sobradinho, com a construção de estacionamentos t? plantio de árvores".

.... **106/93** de autoria do Deputado Tadeu Rorl, que "Solicita ao Governo do DF a reforma do Galpão João de Barro e a urbanização do Centro de Tradições, com a construção de um estacionamento".

- **107/93**, de autoria do Deputado Tadeu Rorl, que "Solicita ao Governo do DF a criação da Assessoria de Cultura junto VA Administração Regional de Sobradinho".

- **108/93**, de autoria do Deputado José Edmar, que "Solicita o encaminhamento de manifestação ao Ilmo. Sr. Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, reivindicando providências para que seja instalada uma Agência de serviços Postais no Assentamento do Recanto das Emas - DF".

.... **109/93**, de autoria do Deputado José Edmar, que "Solicita o encaminhamento de manifestação ao Ilmo. Sr. Presidente da Telebrasil, reivindicando providências para a instalação de 02 telefones públicos comunitários, no Assentamento do Recanto das Emas - DF".

- **110/93**, de autoria do Deputado José Edmar, que "Solicita ao Poder Executivo providência» para que sejam financiados postes-padrão de eletricidade para instalação imediata no Assentamento do Recanto das Emas - DF".

- **111/93**, de autoria do Deputado José Edmar, que "Solicita ao Poder Executivo providências para que sejam promovidas melhorias de habitabilidade no Assentamento do Recanto das Emas - DF".

- **APROVADAS** com 18 votos favoráveis e 06 ausências. (Votação em bloco.)

Discussão e votação do Requerimento nº **1067/92**, de autoria do Deputado Pedro Celso, que "Solicita a convocação do Procurador Geral do DF para prestar esclarecimentos sobre providências a respeito de medidas adotadas em decorrência das conclusões da CPI das Causas Trabalhistas". **RETIRADO DE PAUTA A PEDIDO DO AUTOR.**

Discussão e votação do Requerimento nº **1117/92**, de autoria do Deputado Wasmu de Rouse, que "Solicita VA organização de uma comissão para visita ao Jardim Zoológico com objetivo de opinar sobre as condições de funcionamento do órgão". **APROVADO** por votação simbólica.

Discussão e votação do Requerimento nº 1328/92, de autoria do Deputado Agnelo Queiroz, que "Solicita voto de pesar da Câmara Legislativa do Distrito Federal pelo falecimento do insigne Dr. Albert Sabin". **APROVADO** por votação simbólica.

Discussão e votação do Requerimento nº 1332/93, de autoria do Deputado Eurípedes Camarao, que "Solicita a convocação do Sr. Presidente da Sociedade de Habitações de Interesse Social - 8HX8, a fim de prestar esclarecimentos sobre o processo de distribuição de lotes dos programas de assentamentos". **APROVADO** com 09 votos favoráveis, 07 votos contrários e 08 ausências.

Discussão e votação do Requerimento nº 1348/93, de autoria do Deputado Jorge Cauhy, que "Solicita a não-realização de sessão na semana que vai de 05 a 09 de abril, correspondentemente a Semana Santa". **REJEITADO** com 15 votos contrários e 09 ausências.

Discussão e votação do Recurso nº 029/92, de autoria do Deputado Padre Jonas e outros, que "Recorre da decisão terminativa da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, sobre a Indicação nº 250/92, de autoria do Deputado Padre Jonas, que 'Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, a construção de monumento do Cristo Ecológico na Cidade-Satélite de Sobradinho - na área em que especifica'". **REJEITADO** com 12 votos contrários, 03 abstenções e 09 ausências.

Discussão e votação do Recurso nº 030/92, de autoria do Deputado Agnelo Queiroz e outros, que "Recorre da decisão da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças - CEOF ao Projeto de Lei nº 103/91, que 'Autoriza o Executivo a instituir no sistema de transporte coletivo o *Passe do Desempregado* e dá outras providências'". **REJEITADO** com 11 votos contrários, 01 voto favorável, 03 abstenções e 09 ausências.

Discussão e votação da Redação Final do Projeto de Lei nº 684/92, de autoria da Deputada Rose Mara Miranda, que "Concede Títulos de Cidadãos Honorários de Brasília ao Diretor-Presidente do Jornal Correio Brasiliense, Dr. Paulo Cabral de Araújo e a ex-primeira dama do País, Sri Sarah Kubistchek". **APROVADA** por votação simbólica.

Discussão e votação da Redação Final do Projeto de Lei nº 351/92, de autoria do Deputado Pedro Celso, que "Autoriza o Poder Executivo a criar Sistemas de Capacitação e Profissionalização de Pessoal para a área(s) cultural". **APROVADA** por votação simbólica.

Discussão e votação da Redação Final do Projeto de Lei nº 336/92, de autoria da Deputada Lúcia Carvalho, que "Dispõe sobre o livre acesso dos Deputados Distritais aos estabelecimentos destinados ao cumprimento de pena criminal e outros estabelecimentos". APROVADA por votação simbólica.

Discussão e votação do Requerimento s/nº, de autoria de vários Deputados, que "Solicita a não-realização de sessão e ttUfipentt& dos serviços administrativos desta Ga»a na Quinta-Feira Santa". APROVADO com 13 votos favoráveis e ii ausências.

III - COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

Convocação dos Srs. Deputados para sessão extraordinária a realizay...se hoje, às 17 horas, com a sKguinte Ordem do Dia

- Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 681/92, de autoria do Deputado Tadeu Roriz.

- Discussão e vot:ção, em 2º turno/ do Projeto de Lei nº 758/93, de autoria do Executivo local.

- Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 759/93, de autoria do Executivo local.

- Discussão e vot:ção, em; 1º turno/ do Projeto de Decreto Legislativo nº 035/93, de autoria do DePUTado Edimar Pireneus.

- D i t t u f t t f t f ã o e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 697/92, de autoria do Executivo local.

- Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nP. 762/93, de autoria do Executivo local.

- Discussão e votação, em 1º turno» do Projeto de Lei nº 761/93, de autoria do Executivo local.

- Discussão e votação, em 1º turno do Projeto de Lei nº 779/93, de autoria do Deputado Geraldo Magela.

- Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 143/93, de autoria do Deputado Geraldo Magela.

- Discussão e votação, em 1º turno» do Projeto de Lei nº 774/93, de autoria do Executivo local.

- Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 665/92, de autoria do Executivo local.

- Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 792/93, de autoria do Executivo local.

- Discussão e votação, em 1º turno» do Projeto de Lei nº 809/93, de autoria do Executivo local.

- Discussão e votação, em 1º turno» do Projeto de Lei nº 810/93 y de VAutoria do Executivo local*

- Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 811/93, de autoria do Executivo local.

IV - ENCERRAMENTO

Eur Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do Art. 95 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 019, de 17/06/91 v lavrKí a presente Ata.

Primeiro(a) Secretário(a)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: SUEAMATA

REVISOR: LIZETE

HORA: 12:00 Nº: 31/01

DATA: 01.04.93

ORADOR:

O SR. EDMAR PIRENEUS C PP. Sem revisão do orador) - Sr.

Presidente, Srs. Deputados, como Líder do Governo nesta Casa, peço à Mesa copia dos pronunciamentos dos Deputados Pedro Celso, Geraldo Magela, Lúcia Carvalho e Carlos Alberto, para que eu possa, na próxima sessão, responder aos caros Colegas,

Quanto ao aspecto da educação e a preocupação da nossa Colega Deputada Lúcia Carvalho, referindo-se, inclusive, à nossa Cidade de Brazlândia, vejo com muito respeito.

A maior preocupação ainda é quanto aos salários dos profissionais; pela distância que existe da nossa cidade, os próprios concursados não se submetem a trabalhar naquela Cidade.

Sula/

01/04/93

12h00

0-31/2

(Edmar Pireneus.)

V

CAMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Edmar Pireneus 010-73
Pror/Anciamfentort?allzmdoem'30/ft3/92!

~~SENHOR PRESIDENTE DA MESA, CAROS COLEGAS
DEPUTADOS, COMPANHEIROS DA IMPRENSA, MENHORA E SENHORES,~~

Continuando, Sr. Presidente, Sr. Deputado

do, O JORNAL DO BRASIL DO ~~DE~~ ÚLTIMO DOMINGO
TROUXE, NA PÁGINA 17, AMPLA MATÉRIA INTITULADA "PAÍS SE UNEM
E ABREM ESCOLAS MAIS BARATAS", MOSTRANDO COMO AS
COOPERATIVAS EDUCACIONAIS A IMPLANTADAS EM DIVERSAS CIDADES
DO PAÍS ESTÃO CONTROLANDO A QUALIDADE DO ENSINO, A
COMPETÊNCIA DOS PROFESSORES, OS INVESTIMENTOS E OS PREÇOS
JUSTOS DAS MENSALIDADES.

ESTA MATÉRIA VEM COMPROVAR E REFORÇAR AS
ARGUMENTAÇÕES QUE APRESENTEI AOS CAROS COLEGAS QUANDO, NO
ANO PASSADO, DE I ENTRADA, NESTA CASA, AO PROJETO DE LEI
NÚMERO 570, CRIANDO O PROGRAMA DE COOPERATIVAS DE ENSINO E
EDUCAÇÃO INTEGRAL - PROENSINO.

O SISTEMA DE COOPERATIVAS, CONFORME O JORNAL
DO BRASIL PAUTOU, COM OPORTUNIDADE, CUMPRINDO O SEU PAPEL DE
VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO ATENTO AOS EFEITOS AVASSALADORES DA
CRISE ECONÔMICA E DOS ABUSOS DE PREÇOS SOBRE O ORÇAMENTO DA
FAMÍLIA BRASILEIRA, ESTÁ DANDO RESULTADO NAS CAPITAIS ONDE
JÁ FOI IMPLANTADO. APRESENTA-SE, PORTANTO, COMO A MELHOR

(Edmar Pireneus)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ALTERNATIVA PARA QUE AS POPULAÇÕES DE BAIXO E MÉDIO PODER AQUISITIVO TENHAM ACESSO AO ENSINO QUALIFICADO.

SOMENTE EM SALVADOR, AS ESCOLAS ADMINISTRADAS POR COOPERATIVAS JÁ CHEGAM A CATORZE. EM MINAS GERAIS, FORAM ABERTAS, NESTE ANO, QUATRO ESCOLAS COOPERATIVADAS, NAS CIDADES DE BELO HORIZONTE, JUIZ DE FORA, UBERLÂNDIA E MONTES CLAROS, COM MAIS DE DOIS MIL ALUNOS MATRICULADOS. EM FORTALEZA, A PRIMEIRA COOPERATIVA FOI CRIADA DEPOIS QUE UMA ASSOCIAÇÃO DE PAIS TEVE NEGADA, NA JUSTIÇA, UMA AÇÃO DESTINADA A CONTER OS AUMENTOS ABUSIVOS DAS MENSALIDADES.

SEM APOIO DA JUSTIÇA CONTRA O ABUSO, OS PAIS DE ALUNOS DECIDIRAM SE ORGANIZAR EM COOPERATIVA, E HOJE CONTROLAM A QUALIDADE DO ENSINO, TÊM BONS PROFESSORES, COM SALÁRIOS MAIS ALTOS DO QUE O QUE É PAGO NAS ESCOLAS PROFISSIONAIS, PROGRAMAM OS INVESTIMENTOS DA ESCOLA E ADQUIREM PARA SEUS FILHOS, LIVROS E MATERIAL ESCOLAR A PREÇO DE CUSTO.

OUTROS DOIS EXEMPLOS MERECEM SER CITADOS. O RIO DE JANEIRO MOSTRA, COM A ESCOLA MODELAR CAMBAUBA, NA ILHA DO GOVERNADOR, A SOLIDEZ DE UM SISTEMA DE COOPERATIVA DE ENSINO IMPLANTADO HÁ TRINTA E QUATRO ANOS. ADMINISTRADA PELOS PAIS DE ALUNOS, ESTA ESCOLA MANTÉM TURMAS DE VINTE E CINCO ALUNOS NO MÁXIMO, E REGISTRA UM ÍNDICE MÉDIO DE OITENTA E DOIS POR CENTO DE APROVADOS, ANUALMENTE, NOS EXAMES DE VESTIBULAR.

O OUTRO EXEMPLO ESTÁ NO PARANÁ, ONDE A RECÉM-CRIADA ESCOLA COOPERATIVA DE CURITIBA ESTÁ FUNCIONANDO.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DESDE MARÇO DESTES ANO, COM O MESMO PADRÃO DE ENSINO DAS MELHORES ESCOLAS DA CIDADE, MAS A CUSTOS CINQUENTA POR CENTO INFERIORES.

TODOS ESSES DADOS, CAROS COLEGAS, REFORÇAM O PONTO DE VISTA DE QUE O ENSINO DE QUALIDADE ESTARÁ AO ALCANCE DE TODOS, NO DISTRITO FEDERAL, E A PREÇOS ACESSÍVEIS, SE IMPLANTARMOS, EM NOSSA REGIÃO, O SISTEMA DE COOPERATIVAS DE ENSINO.

JÁ TEMOS, PARA ESTE FIM, UM PROJETO EM ANDAMENTO NESTA CASA, QUE APRESENTEI NO ANO PASSADO, MAS QUE AINDA ENCONTRA-SE EM TRAMITAÇÃO NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, QUE PAUTOU PARA AMANHÃ, DIA TRINTA E UM, A SUA DISCUSSÃO. A CRISE SOCIAL E ECONÔMICA, A NECESSIDADE DE BUSCAR O CAMINHO DA DEMOCRATIZAÇÃO E DA QUALIFICAÇÃO DO ENSINO, E A CONVICÇÃO DE QUE O PAÍS NÃO PODE CONTINUAR ADIANDO DECISÕES CAPAZES DE ASSEGURAR O SEU DESENVOLVIMENTO, SÃO RAZÕES QUE ME TRAZEM A APELAR, HOJE, MAIS UMA VEZ, PARA QUE O PROJETO DE LEI QUE CRIA AS COOPERATIVAS HABITACIONAIS NO DISTRITO FEDERAL SEJA RAPIDAMENTE ANALISADO E APROVADO.

PRECISAMOS, CAROS COLEGAS, CRIAR MEIOS PARA QUE A EDUCAÇÃO POSSA DESEMPENHAR A SUA VERDADEIRA FUNÇÃO, QUE É A DE ASSEGURAR AS BASES PARA O DESENVOLVIMENTO DE NOSSA REGIÃO, ATRAVÉS DE UM ENSINO QUALIFICADO E VOLTADO PARA A NOSSA REALIDADE. SABEMOS QUE A PARTICIPAÇÃO DOS PAIS, DOS PRÓPRIOS ALUNOS, DOS PROFESSORES E DEMAIS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO, E DOS OUTROS SEGMENTOS DA COMUNIDADE, CONFORME

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ESTÁ PREVISTO NO PROJETO DE CRIAÇÃO DO PROENSINO, É FUNDAMENTAL PARA O ÊXITO DO PROCESSO EDUCACIONAL.

NUNCA É DEMAI'S LEMBRAR, AINDA, QUE DE ACORDO COM O PROJETO QUE CRIA O PROGRAMA DE COOPERATIVAS DE ENSINO NO DISTRITO FEDERAL, O PROENSINO TERÁ O OBJETIVO DE FORMULAR, PLANEJAR E IMPLEMENTAR PROJETOS ALTERNATIVOS DE ENSINO E EDUCAÇÃO INTEGRAL A NÍVEIS DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS, COM BASE NO SISTEMA COOPERATIVO, ENVOLVENDO NÃO SÓ O PODER PÚBLICO COMO TAMBÉM A INICIATIVA PRIVADA E OS SEGMENTOS DIVERSOS DA SOCIEDADE.

LEMBRO, TAMBÉM, QUE A PROPOSTA DO PROENSINO É ESTIMULAR A PARTICIPAÇÃO SOLIDÁRIA DE PAIS, EDUCADORES, TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO E OUTROS SEGMENTOS SOCIAIS NAS COOPERATIVAS EDUCACIONAIS, COMO FORMA DE REDIRECTONAR, BARATEAR E ASSEGUAR EFETIVA QUALIDADE DE ENSINO À POPULAÇÃO. É UM SISTEMA ESSENCIALMENTE DEMOCRÁTICO, QUE TRARÁ, A EXEMPLO DO QUE JÁ ESTÁ OCORRENDO NAS DEMAIS CAPITAIS DO PAÍS, BENEFÍCIOS INESTIMÁVEIS PARA O CRESCIMENTO DE NOSSA REGIÃO.

É HORA, PORTANTO, DE SE REALIZAR UM ESFORÇO CONCENTRADO NESTA CASA, PARA QUE SE PERMITA A SUA RÁPIDA IMPLEMENTAÇÃO. COM ESTE OBJETIVO, APRESENTO, NESTE INSTANTE, REQUERIMENTO SOLICITANDO REGIME DE URGÊNCIA PARA O PROJETO QUE INSTITUI O PROGRAMA DE COOPERATIVAS DE ENSINO E EDUCAÇÃO INTEGRAL - O PROENSINO, NA CERTEZA DE QUE TERÁ A IMEDIATA APROVAÇÃO DOS NOBRES COLEGAS.



CAMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: LARA

REVISOR: LIZETE

HORA:12:05 Nº:0/32.1-A

DATA: 01.04.93

ORADOR: Dep. WASNY DE ROURE

O SR. WASNY DE ROURE - Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE (ROSE MARY MIRANDA) - Concedo a palavra a V.Exa.

O SR. WASNY DE ROURE(PT. Sem revisão do Orador.) - Sra. Presidente, tendo em vista que a realização do I Congresso Nacional dos Trabalhadores do DETRAN terá início amanhã, devendo ser realizado, inclusive, nesta Casa, solicito que a Moção de solidariedade e manifestação de apoio à realização desse Congresso, seja incluída na Ordem do Dia de hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Esta Presidência atende à solitação de V.Exa. e tomará as devidas providências para que esse item seja incluído na Ordem do Dia de hoje.

Há expediente sobre a Mesa.

Solicito à Sra. 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, que propeda à leitura.

~~(A Sra. 1ª Secretária procede à leitura do seguinte:)~~

0/321-B
LIDO em
1/4/93

MENSAGEM

Nº 39 /93-GAG

Brasília, de março de 1993.

Excelentíssimo Senhor, Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Honra-me encaminhar à competente apreciação dessa Casa projeto de lei que estrutura carreiras no âmbito do Distrito Federal, fixando e alterando, ao mesmo tempo, os respectivos vencimentos.

Já o Anexo II, a que se refere o art. 2º do projeto de lei, apresenta tabela de escalonamento vertical com valores de vencimento fixados a partir do Padrão I da 3ª Classe dos cargos de nível superior de cada uma das carreiras a serem abrangidas e retroativos a 1º de março de 1993. Em decorrência, o servidor ocupante de cargo daquelas carreiras será reequadrado, na forma constante do Anexo III.

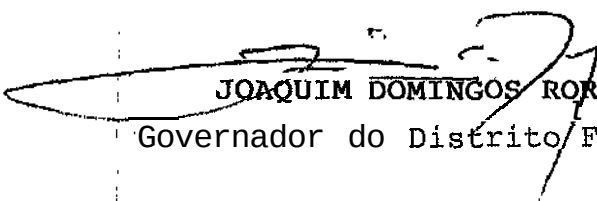
À parte isso, cogita-se da transformação da especialidade Telefonia, hoje nível básico, para nível médio, com lastro em igual providência adotada na área federal.

O projeto de lei ora enviado, Senhor Presidente, traduz, no seu conjunto e no espírito com que foi elaborado, a preocupação do Executivo em dar prosseguimento ao processo de isonomia dos servidores do Distrito Federal, ao qual tenho procurado imprimir um ritmo compatível com as disponibilidades de caixa, através da implementação gradual de medidas que propiciem um maior e mais justo equilíbrio na situação funcional dos servidores e nas relações deste com o Governo.

Excelentíssimo Senhor
Deputado BENÍCIO TAVARES
Digníssimo, presidente da Câmara
Legislativa do Distrito Federal
N E S T A

Há de se registrar, ainda, que sobre os valores constantes do Anexo II ao Projeto de Lei em foco, incidirá o percentual de reajuste concedido aos servidores federais a partir de 12 de março de 1993.

Certo de que é também esse o pensamento de Vossa Excelência, encareço seja dado à matéria tratamento emergencial, na oportunidade em que lhe apresento protestos de estima e consideração.



JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Governador do Distrito Federal

0/32-1-D

PROJETO DE LEI DO DF Nº /93

Reestrutura as carreiras que menciona, fixa e altera os valores dos respectivas vencimentos, e dá outras providências,

I A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º - As carreiras abaixo relacionadas ficam reestruturadas na forma do Anexo I desta Lei:

- I - Finanças e Controle;
- II - Orçamento;
- III - Fiscalização e Inspeção;
- IV - Apoio às Atividades Jurídicas;
- V - Administração Pública do DF;
- VI - Atividades Rodoviárias no DER-DF;
- VII - Atividades de Trânsito no DETRAN-DF;
- VIII - Administração Pública na FZDF;
- IX - Assistência Pública em Serviços Sociais no DF;
- X - Administração Pública da FCDF;
- XI - Atividades Culturais da FCDF;
- XII - Administração Pública da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP.

Art. 2º - O valor do vencimento do Padrão I, da 3ª Classe dos cargos de nível superior das carreiras a que se refere o art. 1º desta Lei corresponde, a partir de 1º de janeiro de 1993, a Cr\$, 4.611.000,00 (quatro milhões, seiscentos e onze mil cruzeiros) e serve de base para a fixação dos demais valores dos vencimentos dos cargos das referidas carreiras, observados os índices estabelecidos na Tabela de Escalonamento Vertical constantes do Anexo II.

§ 1º - O valor do vencimento de que trata este artigo também servirá de base para a fixação dos vencimentos do cargo de Agente de Trânsito da Carreira Atividades de Trânsito no DETRAN-DF e dos cargos de Assistente e de Auxiliar da Carreira Apoio às Atividades Jurídicas.

§ 2º - Os valores dos vencimentos previstos neste artigo serão reajustados nas mesmas datas e nos mesmos índices adotados para os servidores do Distrito Federal, ocorridos a partir de 1º de março de 1993.

Art. 3º - Para os servidores integrantes da Carreira Atividades de Trânsito e Administração Pública do Quadro de Pessoal do Departamento de Trânsito do Distrito Federal permanecem vigentes as disposições da Lei nº 238, de 20 de janeiro de 1992.

Art. 4º - O servidor titular de cargo integrante das carreiras a que se refere o art. 1º é reenquadrado na forma do Anexo III.

Art. 5º - Os ocupantes de cargos de nível básico, na especialidade de telefonia, das carreiras de que trata o art. 1º desta Lei, passam a integrar o cargo de nível médio na forma do Anexo IV.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se aos titulares do cargo de Assistente Básico de Saúde, da especialidade de telefonia, da Carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal, criada pela Lei nº 087, de 29 de dezembro de 1989, nos termos do Anexo IV.

Art. 6º - O ingresso, a progressão e a promoção funcionais nos cargos constantes do Anexo I desta Lei obedecerão às normas da espécie constantes das leis que criaram as carreiras mencionadas no art. 1º.

Art. 7º - Os efeitos financeiros desta Lei retroagem a 1º de março de 1993.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. i

Art. 9º - Reuogam-se as disposições em contrário.

8

225/L12040 01/04/93 12h05 P/32-32
L100 EM
1/4/93

MENSAGEM

Nº 40/93-GAG

Brasília, 31 de maio de 1993.

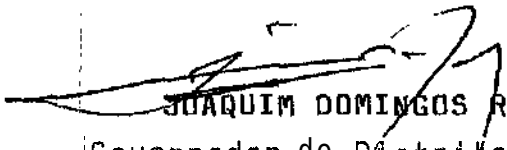
Excelentíssima Senhor Presidente da Câmara Legislativa:

Apraz-me encaminhar a Vossa Excelência para apreciação dos Membros dessa egrégia Casa Legislativa projeto da lei que altera os valores das retribuições das Gratificações par Encargo em Gabinete, das Funções de Assessoramento Superior - FAS, dos Empregos em Comissão do Quadro de Pessoal da Fundação do Serviço Social B das remanescentes Funções em Comissão.

l A providência sucede outras semelhantes, recentemente editadas, que estabeleceram novos estipêndios para os ocupantes de Cargos de Natureza Especial e, por decorrência, para os de Cargas em Comissão. Justo, portanto, que neste momento se procure, dentro das disponibilidades orçamentárias existentes, contemplar aqueles que, à conta das diferenças não foram abrangidos, mas que, em virtude das igualdades, merecem sê-lo.

Desnecessário dizer, Senhor Presidente, que, de certa forma, sendo esta complemento às medidas supracitadas, já em vigor graças à presteza com que a Câmara Legislativa acorreu, ao chamamento do Executivo, também neste caso faz-se urgente, o exame em tela.

Certo da colaboração de Vossa Excelência, apresento-lhe protestos da estima e consideração.


JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

Excelentíssima Senhor
Doutor BENÍCIO TAVARES
Digníssimo Presidente da Câmara Legislativa
da Distrito Federal
N E S T A

PROJETO DE LEI DO DF Ne /93

Altera os valores das retribuições que menciona e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º - Os valores atribuídos à Gratificação por Encargo em Gabinete passam a ser:

- | | |
|---------------|----------------|
| a) Assessor | - 5.419.008,00 |
| b) Assistente | - 3.251.200,00 |
| c) Auxiliar | - 2.167.603,20 |

Art. 2º - As atuais cotas de Funções de Assessoramento Superior - FAS ficam acrescidas de 28% (vinte e oito, por cento).

Art. 3º - As retribuições dos Empregos em Comissão, do Quadro de Pessoal da Fundação do Serviço Social, passam a ser as constantes do Anexo, a esta Lei.

Art. 4º - Os valores dos vencimentos das remanescentes Funções em Comissão, são fixados em:

Carafizete 04/09/93 12h05 P/324

SÍMBOLO

VALOR

FC-01	2.212.067,33
FC-02	2.168.693,46
FC-03	2.126.170,06
FC-04	2.084.480,45
FC-05	2.043.608,28
FC-06	2.003.537,53
FC-07	1.964.252,48
FC-08	1.925.737,73
FC-09	1.887.978,17
FC-10	1.850.958,99
FC-11	1.814.665,68
FC-12	1.779.084,00
FC-13	1.744.200,00
FC-14	1.710.000,00

Art. 5ª - Os valores previstos nesta Lei e Anexo serão reajustados nas mesmas datas e nos mesmos índices adotados para os servidores do Distrito Federal, ocorridos a partir de 1ª de março de 1993.

Art. 6ª - Os efeitos financeiros desta Lei retroagem a 1ª de janeiro de 1993.

Art. 7ª - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8ª - Revogam-se as disposições em contrario.

Carla/Lizete 04/04/93 12h05 P/32.5

A N E X O

(Art. 3º da Lei nº , de de 1993)

SÍMBOLO	VALOR
CC .1	16 .709 .835, 72
CC .2	10 .860 .690, 69
FG .1	10 .860 .690, 69
CC .3	8 .424 .312, 06
FG .2	5 .994 .559, 08
FG .3	4 .332 .377, 93
CC .4	4 .332 .377, 93

8

Carapizate 04/09/93 J2hos

P/326

LIDO EM

14/93

MENSAGEM

Nº 44/93-GAG

Brasília, 31 de março de 1993.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Cabe-me a honra de remeter a Vossa Excelência, para apreciação dessa insigne Casa Legislativa, projeto de lei que reestrutura a Carreira Apoio às Atividades Jurídicas, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

Através da norma proposta, fica criado o cargo de Analista, de nível superior, estruturado em classes e padrões, para cada um dos quais foi estabelecido o quantitativo de vagas.

Desejo com isso preencher lacuna existente na Procuradoria-Geral do Distrito Federal, que está a carecer de servidores de nível superior para prover do indispensável suporte técnico-jurídico as atividades ali desenvolvidas.

Na certeza da total acolhida de Vossa Excelência e dos demais Membros da Câmara Legislativa, valho-me do ensejo para renovar-lhe protestos de estima e consideração.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Governador do Distrito Federal

Excelentíssimo Senhor
Deputado BENÍCIO TAVARES
Digníssimo Presidente da Câmara
Legislativa do Distrito Federal

N E S T A

Lara/Kiarte 01/04/93 42h05 P/3275

PROJETO DE LEI DO DF Nº /93.

Reestrutura a Carreira Apoio às Atividades Jurídicas, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, criada pela Lei nº 43, de 19 de setembro de 1989, e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º - Fica incluído na Carreira Apoio às Atividades Jurídicas, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, criada pela Lei nº 43, de 19 de setembro de 1989, e alterações subsequentes, o cargo efetivo de Analista, de nível superior, com o quantitativo e a estrutura constantes do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único - O cargo de que trata este artigo terá especialidades definidas em ato próprio do Secretário de Administração do Distrito Federal.

Art. 2º - O ingresso no cargo de Analista de que trata o art. 1º desta Lei far-se-á, mediante concurso público, no padrão I, da 3ª classe.

Parágrafo único - Poderão concorrer ao cargo a que se refere este artigo o portador de certificado de conclusão de curso superior ou habilitação legal equivalente, conforme a área de atuação.

Art. 32 - Os valores dos vencimentos correspondentes aos padrões do cargo de Analista da Carreira Apoio às Atividades Jurídicas são os constantes do Anexo II desta Lei.

8

Lara/Lizete 01/04/93 12h05 p/328

Parágrafo único - Os valores previstos no Anexo II serão reajustados nas mesmas datas e nos mesmos índices adotados para os servidores do Distrito Federal, ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1993.

Art. 4º - o desenvolvimento dos servidores no cargo de Analista far-se-á através de progressão entre padrões e de promoção entre classes, conforme dispuser o regulamento.

Art. 5º - O titular de cargo efetivo integrante de carreira dos Quadros de Pessoal do Distrito Federal, dos Órgãos Relativamente Autônomos, das Autarquias e das Fundações, de estrutura semelhante a da Carreira Apoio às Atividades Jurídicas que se encontre, na data de publicação desta Lei, lotado e em exercício na Procuradoria Geral do Distrito Federal será transposto, mediante opção, para a Carreira Apoio às Atividades Jurídicas, para cargo, classe e padrão correspondente ao que se encontrar.

Art. 6º - A Gratificação de Atividade de que trata a Lei nº 329, de 08 de outubro de 1992, alterada pela Lei nº 355, de 20 de novembro de 1992, é extensiva ao titular do cargo de que trata esta Lei.

Art. 7º - O Governador do Distrito Federal baixará os atos necessários à regulamentação desta Lei.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

/

V

Lara/Lizete 01/04/93 12h08 p/329

ANEXO I

(Art. 19 da Lei nº , de de 1,993)

CARREIRA APOIO ÀS ATIVIDADES JURÍDICAS

CARGO	CLASSE	PADRÃO	QUANTIDADE,
ANALISTA (NÍVEL SUPERIOR)	Especial	III II I	02
	1ª	VI V IV III II I	02
	2ª	VI V IV III II I	03
	3ª	IV III II I	10

7

Carreira 04/07/93 12h05 0/32-10

ANEXO II

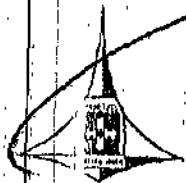
(Art. 3º da Lei nº 12.247, de 20 de maio de 1993)

CARREIRA APOIO AS ATIVIDADES JURÍDICAS

CARGO	CLASSE	PADRÃO	ÍNDICE	VALOR
ANALISTA (NÍVEL SUPERIOR)	ESPECIAL	III	220	7.141.611,66
		II	215	6.979.302,30
		I	210	6.816.992,96
	1ª	VI	195	6.330.064,88
		V	190	6.167.755,52
		IV	185	6.005.446,18
		III	180	5.843.136,82
		II	175	5.680.827,46
		I	170	5.518.518,10
	2ª	VI	155	5.031.590,04
		V	150	4.869.280,68
		IV	145	4.706.971,32
		III	140	4.544.661,96
		II	135	4.382.352,62
		I	130	4.220.043,26
	3ª	IV	115	3.733.115,18
		III	110	3.570.805,84
		II	105	3.408.496,48
		I	100	3.246.187,12

Lara/Kizete 01/04/93 12h05 1/32.11

LIDO EM
1/4/93



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA LIDERANÇA DO GOVERNO

REQUERIMENTO Nº 193

AUTOR; Deputado EDIMAR PIRENEUS CARDOSO, -, pp" e outros

ASSUNTO: Inclusão em pauta de proposição que especifica, em sessão extraordinária.

Excelentíssimo Senhor

Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Requeremos á. Vossa Excelência, nos termos regimentais, que seja(m) incluído(s) na pauta da Sessão Extraordinária, de hoje, o(s) Projeto(s) de Lei do Executivo local encaminhados pela Mensagem nº 033; 039; 040 e 041/93

Sala das Sessões, em de abril de 1993

Deputado EDIMAR PIRENEUS-Líder do Governo

Parafizete 04/04/93 12h05 p/3212

LIDO EM
1/4/93

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

RECURSO Nº

Requeiro à Mesa Diretora, nos termos do Parágrafo Único do Art. 30 do Regimento Interno desta Casa, que seja submetido à deliberação do Plenário, o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que decidiu sobre a inadmissibilidade do Projeto de Lei nº 285/91, da "CPI da Terra". f

Autor: Deputado José Edmar Cordeiro

RAZÕES DO RECURSO

A Comissão de Constituição e Justiça decidiu, mediante deliberação de seus ilustres membros, pela inadmissibilidade do PL nº 285/91 de responsabilidade da CPI da Terra, cuja condução tivemos a honra de presidir.

A proposição, no intuito de corrigir desvios havidos no processo de concessão de uso de lotes rurais pela FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL-FZDF, na poligonal que abrange o Projeto Águas Claras, áreas denominadas de expansão urbana e outras limítrofes ao Projeto Águas Claras, dispõe sobre a sua transformação em zona urbana. Tal mudança, a Autora, CPI da Terra, justifica pelo fato de que sua localização, a existência de equipamentos urbanos consideráveis e a demanda de moradia pela comunidade tipificam-na como uma área de inegável destinação urbana. A ratificação desse entendimento veio agora com a promulgação de LEI 553/92 que institui o PDOT, ao classificar as áreas rurais da proposição 3 ZRU 3, 3 ZRU S, 3 ZRU 4, - em zonas urbanas (3 ZRU 2) e zonas de expansão urbana (3 ZEU 1 e 3 ZEU 2).

Na verdade é o próprio Poder Executivo que fez justiça ao senso técnico e administrativo.

As restrições alegadas para a rejeição são de diversas ordens, e passaremos a considerá-las a seguir:

Q



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

IC - RESTRIÇÕES AMBIENTAIS

São as mesmas levantadas, tendo em vista a presença no interior da poligonal que define a área em questão e nos terrenos a ela • lindeiros, de áreas de preservação ambiental. Entendemos serem todas impropriedades.

Em que pese ser indispensável a preservação do meio ambiente natural, não é possível assumir já ao final do Século XX, tal como o, faz a Comissão de Constituição e Justiça, a convicção de serem incompatíveis a presença humana e a preservação da natureza. Na verdade, a atividade humana, incluindo a agricultura e a criação das cidades, implicam na expropriação de parte do ambiente natural. Não há outra forma de realizá-lo. O que nos cumpre assegurar no Distrito Federal, já, que, a demanda da comunidade, por moradias é inevitável, é que os assentamentos sejam mais humanizados e por isto mesmo, compatíveis com a preservação do ambiente natural, tanto quanto possível.

A nova cidade, dentro das novas soluções urbanísticas recentemente apontadas na ECO-92, tem que compatibilizar a estrutura urbana com a Natureza. Esta, aliás, segundo entendemos, é uma proposta à altura de Brasília, cidade idealizada para encampar as soluções de uma Nova Era e para sediar o desenvolvimento de uma nova mentalidade. A finalidade básica do RIMA no presente caso, é fornecer subsídios para esta compatibilização.

II - RESTRIÇÕES CONSTITUCIONAIS.

Do Ponto de vista constitucional, entendemos que os dispositivos arguidos para fundamentar a rejeição são também imperinentes. Ao contrário, no que concerne à questão ambiental, nós ps entendemos inclusive como sendo • urói referendo aos dispositivos de nosso projeto nos quais estão estatuídas a preocupação com a preservação da Natureza (Art. 8º e Art. 9º) e com a preservação do direito adquirido pelo cidadão (Artigos 2º, 3º, Parágrafo Único 4º, 5º, 6º). Com relação ao que a CCJ alega, quanto à necessidade prévia de apresentação do RIMA, vejamos o que diz, in verbis, o Art. 225 da Carta Magna, no seu trecho pertinente:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

"Art. 225 - (...)

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

VI - Exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade eventual causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade."

Ora, o espírito da Lei Maior é o de que, em função do estudo prévio e relatório sobre o impacto ambiental, a realização de obras ou atividades eventualmente impactantes, se necessárias, sejam realizadas mediante cuidados e processos tais, que não ocorra a manifestação do impacto negativo sobre o meio ambiente. Não é cogitada a sua proibição, tal como o entende a douta Comissão de Constituição e Justiça. Ainda, a relatório deve preceder a obra; não a lei que sobre ela dispõe.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Raciocínio semelhante faz-se para os demais documentos cuja inclusão a priori são colocadas como essenciais à preservação de admissibilidade: licença prévia do órgão ambiental competente, autorização do órgão responsável, pela administração da unidade, de conservação.

Com relação à suposta concessão de privilégio a 57 famílias cadastradas e moradoras da área há 5 anos no entender do ilustre RELATOR DA CCJ, Deputado Manoel de Andrade, este não consegue esconder o intuito de confundir o entendimento dos seus colegas de comissão, com objetivos que não aventuramos precisar. O ilustre Relator de forma precipitada e parcial avoca inclusive o Art. 1.º da Lei Maior, em seu caput, para, de forma moralisticamente equivocada obter que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza", quando o mesmo artigo 90 em seu inciso XXXVI alarga o conceito de justiça dispondo "a lei não prejudicará o direito adquirido (...)" E o direito adquirido, no caso, das 57 famílias consideradas pelo nobre Deputado "privilegiadas" decorre de estarem as mesmas explorando pequenas glebas rurais por cerca de 15 anos com o cultivo de produtos essenciais ao seu sustento. Desnecessário se torna alongar esta questão. Entretanto gostaríamos de enfatizar que pior injustiça cometeria a lei, se tratasse "igualmente os desiguais". E é exatamente a justiça que se busca, ao se dar tratamento diferenciado a 57 famílias de pequenos agricultores que primeiro desbravaram a área.

III - RESTRIÇÕES REGIMENTAIS

Do ponto de vista regimental, é incompreensível a arauiação de anti-regimentalidade feita pela Egrégia Comissão de Constituição e Justiça, alegando impertinência da iniciativa de projeto de Lei sobre a matéria. Vejamos o que diz a respeito o nosso Regimento em seu Art. 35:

"Art. 35 - Ao término dos trabalhos a Comissão (Parlamentar de Inquérito) apresentará relatório circunstanciado com as suas conclusões, que será publicado na imprensa oficial e encaminhado (...):"

Para a Mesa, para as providências de alçada desta ou de Plenário, oferecendo conforme o caso, proposição que será incluída em Ordem do Dia no prazo de cinco sessões (grifamos)

II - Está clara no dispositivo citado anteriormente, que a natureza da proposição a ser oferecida à Mesa fica na dependência de cada caso e que cabe à Comissão Parlamentar de Inquérito, a competência desta deliberação. Na presente questão a CPI da Terra entendeu, conforme disposto no item 30, sub-item 3.4, do Relatório final de seus trabalhos, pela

Wana / Wizele 01/04/93

12h05

0132-16

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Pertinência da apresentação do Projeto de Lei Saneador das irregularidades que motivaram a sua concessão no âmbito desta Casa. Acrescenta-se ainda que o dispositivo regimental anteriormente mencionado apoia-se de forma incôntestável, no Art. 2º, § 1º do Decreto Legislativo nº 1 da Câmara Legislativa de texto analógico ao Art. 61 da Constituição Federal. Este, assim dispõe em seu caput:

"Art. 61 - A iniciativa das Leis complementares e ordinárias cabe a qualquer dos membros da CVAMARVA dos Deputados, do Senado ou Congresso Nacional (.....) (grifamos)"

Não houve por conseguinte a infração regimental alegada.

Entendemos que a atuação do nobre Deputado Manoel de Andrade como Relator, no âmbito da CCJ, aprisionou-se sempre a uma linha de equívocos. Primeiramente, com a inexplicável retenção do Projeto em seu poder, ainda na legislação passada. Tal procedimento vai de encontro ao disposto no Art. 35, inciso I do Regimento Interno desta Casa. O mesmo procedimento o nobre colega repetiu na atual legislação, já como Presidente da CCJ, novamente retardando a tramitação. Outro equívoco, refere-se a sua posição ética quando, sendo autor de proposição análoga sobre a mesma questão, avocou para si a relatoria do projeto de lei de Autonomia da CP da Terra.

O V. Ex. do acima exposto, entendendo que são impertinentes os óbices de natureza constitucional, legal e regimental colocados pela Eminentíssima Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 2825/91, esperamos que o Plenário rejeite o parecer pela inadmissibilidade do mesmo.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1993.

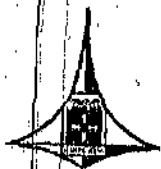
Deputado JOSÉ EDMAR CORDEIRO

[Handwritten signatures]

LIDER PT

hama/wizte 01/04/93 2h05 0132-17

L100 EM
1/4/93



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

RECURSO Nº /93

Excélentíssimo Senhor
Deputado BENÍCIO TAVARES j
Presidente da Câmara Legislativa do DF

Com fulcro no art. 30, parágrafo único do
Regimento Interno desta Casa, venho interpor, tempestivamente,
o presente

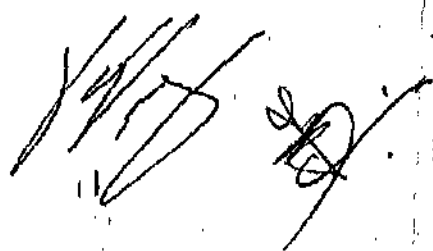
RECURSO DE PLENÁRIO

contra decisão da Comissão de Constituição e Justiça que con-
trariamente manifestou-se ao Projeto de Lei nº 530/92, que "Ins-
titui os meios de apoio e incentivo à formação profissional, no
âmbito do Distrito Federal e dá outras providências", pelas ra-
zões dispendidas a seguir.

. Sala das Sessões, em de março de 1993.


PENIEL PACHECO

Deputado Distrital





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

2

RAZÕES DO RECURSO

Excelentíssimos Deputados,

O Projeto de Lei nº 530/92, ao ser submetido à Comissão de Constituição e Justiça recebeu parecer desfavorável do relator, o qual foi seguido pelos demais membros.

O nobre relator fundamentou o seu voto apresentando as considerações a seguir:

1 Transcreve o art. 208, da Constituição Federal que dispõe sobre o dever do Estado com a educação, a ser efetivada pela garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito, bem como a ressalva que se faz ao seu não-oferecimento ou sua oferta irregular, o que ocasiona a responsabilidade; da autoridade competente.

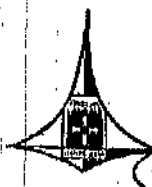
Cita o art. 155, XII, g, em que dispõe caber a lei complementar regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

Finaliza acrescentando, ainda, que é da competência do Conselho de Política Fazendária - CONFÁZ - regular, através de convênio, tais incentivos fiscais.

! **Apriori**, cabe esclarecer que a iniciativa de garantir o acesso à Educação deve partir do Poder Público, mas torna-se necessário estabelecer meios que proporcionem a prática desse direito. Esta é a preocupação **prima facie** do Projeto em apreço.

De nada nos adiantaria reconhecer o direito se o tornarmos inoperante, inaplicável à realidade em que vivemos. Com esta finalidade é que o incentivo fiscal tem se constituído um canal para se atingir o fim almejado, incrementando, de acordo com a conveniência e necessidade públicas, determinadas

[Handwritten signature]



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

atividades.

O presente projeto visa, através da atuação direta da iniciativa privada, sanar, senão amenizar o grande problema da educação, tanto no âmbito acadêmico quanto no profissional. Com o oferecimento de bolsas de estudo aos seus empregados, às pessoas jurídicas também participariam, juntamente com o Estado, no cumprimento do objetivo de erradicar o analfabetismo no Brasil, como também melhor preparar, profissionalmente, o trabalhador brasileiro.

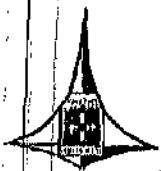
É de importância ímpar, ressaltar a participação do Estado, mesmo de forma indireta, neste programa de incentivo educacional.

[, Com o incentivo fiscal, o Estado também patrocina a educação, cumprindo, assim, os preceitos constitucionais citados pelo nobre relator em seu parecer.

• Não procede, outrossim, a argumentação apresentada dizendo caber a Lei Complementar tratar da matéria de que dispõe o projeto em apreço.

Lei complementar é um *tertum genus* interposto, na hierarquia dos atos normativos, entre a lei ordinária (e os atos que têm a mesma força que esta) e a Constituição (e suas emendas), de acordo com o dizer do jurista Miguel Reale. Não ostenta a rigidez dos preceitos constitucionais, nem devem comportar revogação por força de qualquer lei ordinária superveniente. Assim sendo, a lei ordinária, a lei delegada e, até mesmo, a medida provisória sujeitam-se à lei complementar e, conseqüentemente, não prevalecem contra a mesma, sendo inválidas as normas que a contradisserem.

Ocorre que a lei complementar mencionada no art. 155 inc. XII, alínea "g", ainda não está em vigor, e nem se tem notícias de sua elaboração, onde se conclui que é plenamente válida a iniciativa de se dispor sobre incentivo fiscal. Com o futuro advento dessa Lei Complementar, as leis ordinárias existentes sobre o assunto terão de se adequar à mesma, ou até



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

4

serão revogadas, caso haja contradição, pois, conforme o exposto anteriormente, as leis ordinárias são hierarquicamente inferiores às leis complementares.

Ressalta-se, por oportuno, que a Constituição Federal preconiza em seu art. 24 § 3º, que, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

Não justifica, concessa vênia, a omissão por parte do poder público, a propósito de ainda não haver lei complementar dispondo sobre a matéria.

Outrossim, a lei complementar, ora em discussão, virá apenas regular a forma como os incentivos serão concedidos, e, absolutamente, não é a este respeito que trata, o presente projeto.

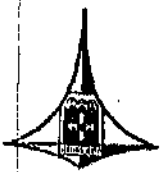
Mais uma vez o nobre relator se equivoca, quando diz ser da competência do Conselho de Política Fazendária regular, através de convênio, incentivos fiscais.

Nos termos do Convênio ICMS 17/90, que aprova o Regimento do Conselho Nacional de Política Fazendária, o seu art. 2º dispõe sobre a competência do mesmo e, já no inciso I institui caber ao Conselho, *in verbis*:

"I - Promover a celebração de convênios concedendo ou revogando benefícios fiscais do Imposto que trata, a alínea "b" do inciso I do art. 155 da Constituição..."

Logo, o Conselho de Política Fazendária apenas é consultado quando o incentivo fiscal Incide sobre o ICMS.

O projeto, em questão, jamais poderia ter sido rejeitado *in totum*, sob esse fundamento, visto que trata, também, de outros impostos, como o IVVC e o ISS.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

5

Prosseguindo, o ilustre ^{relator}erroneamente argumenta:

"O Projeto de lei nº 530/92 não pode ser concedido, uma vez que subtrai recursos públicos que deveriam gerar maior número de vagas nas escolas públicas."

Observando-se criteriosamente o art. 1º do presente Projeto, é de se notar que o incentivo é justamente prestado àquelas pessoas jurídicas que oferecerem bolsas de estudo aos seus empregados. Há, praticamente, uma contra-prestação por parte do Poder Público ao, conceder o abatimento dos impostos acima citados, estimulando a que outras pessoas jurídicas possam, então, agir da mesma forma. Obrigação esta que, constitucionalmente, está reservada ao Poder Público.

Causa espanto, todavia, a rejeição proposta pelo Sr. relator, pois é sabido que o mesmo é autor da lei nº 158/92 que cria instrumentos de apoio e incentivo à arte e à cultura no Distrito Federal,

O incentivo: concedido por esta referida lei incide sobre o IVVC, ISS, IPTU, ITBI e prevê a extensão, inclusive, ao ICMS.

Não quero, aqui, tratar do que seja mais importante e qual seria a prioridade diante das aspirações da população, ou seja, se o incentivo à cultura ou o incentivo à educação, mas não poderia, deixar de manifestar o meu repúdio a atitudes totalmente parciais, em que o Parlamentar argumenta, em sua fundamentação o vício de ilegalidade, o qual, na reali-

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

6
dade inexistente e ao mesmo tempo é autor de uma lei tratando ; so
bre a mesma matéria de incentivo fiscal.

• Tem-se veiculado pela imprensa o ardor com que
o mesmo, tem defendido a Lei de sua autoria, buscando apressar
a sua regulamentação por parte do Executivo. i

Seriam, nobres pares, dois pesos e duas medidas?

Homens públicos devem primar pela coerência de
suas atitudes, É decepcionante e revoltante para esta Casa Le
gislativa a constatação de que possa haver ações arbitrárias,
parciais e que meramente satisfaçam a interesses pessoais.

Irresignado com o parecer da Comissão de Constl
tuição e Justiça, mediante este recurso, submeto a presente
matéria à consideração dos nobres Deputados para, após aprecia
ção e voto, seja reformada a decisão da Comissão.

A aprovação deste Projeto de Lei é uma questão
de bom senso, em que deve prevalecer a JUSTIÇA !


PENIEL PACHECO
Deputado Distrital



~~Requerimento de autoria do Deputado Autor~~

Segue Anexo.

Quise - Anand 3º 04/93 RHLO (Gra. Sec. 4 Carv.)

01332

L100 EM
1/4/93

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº

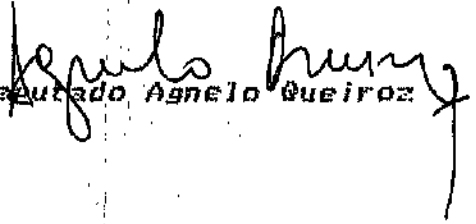
Autor: Deputado Agnelo Queiroz

Assunto: Requer informações à Secretaria de Saúde sobre o repasse de recursos financeiros para o Instituto de Saúde do Distrito Federal e a utilização dos mesmos.

Requeremos ao Senhor Secretário de Saúde, nos termos do artigo 107 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, informações sobre o montante de recursos já repassados ao Instituto de Saúde do Distrito Federal neste exercício financeiro de 1993, bem como sobre a destinação dada aos mesmos, especificando-se:

- total dos dispêndios mensais;
- total das despesas com pessoal e encargos sociais, das despesas correntes e de investimentos;
- montante de recursos repassados no primeiro trimestre e previsão do montante a ser repassado no segundo trimestre.

Sala das Sessões, 29 de março de 1993.


Deputado Agnelo Queiroz

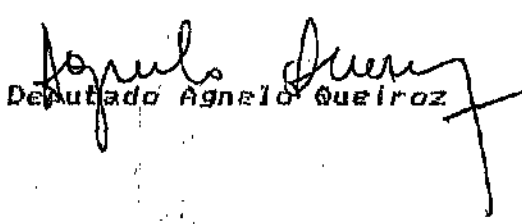
CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

JUSTIFICATIVA

V
O Instituto de Saúde do Distrito Federal, já neste início do presente exercício financeiro, tem sofrido as consequências dos minguados repasses de verba, o que vem sendo lamentado por seus funcionários.

A semelhança de vários outros órgãos do GDF, o Instituto se vê impossibilitado de acompanhar um planejamento de atividades, uma vez que os repasses trimestrais são incertos quanto a valores e datas de liberação. Essa sistemática de administração dos recursos financeiros impossibilita em função disso, tanto a manutenção de atividades que não sejam contínuas e uniformes, como a implementação de outras novas atividades ou projetos. E, para que servirá um órgão que só possa pagar pessoal, luz, água, cafezinho e demais despesas correntes, abrindo mão precisamente de suas atividades — fim, especialmente daquelas mais audaciosas em sua finalidade social? Terá o Governo esquecido que é com o apoio do Instituto de Saúde que o Distrito Federal poderá continuar se defendendo das terríveis epidemias que assolam o país?

A Câmara Legislativa, a exemplo do que já ocorre com relação aos demais órgãos do GDF, deve conhecer os valores orçamentários destinados ao Instituto de Saúde do Distrito Federal, objetivando contribuir, na definição política, com o setor saúde do DF.


Deputado Agnello Queiroz

Deise/Amend 12/4/93 12110

0/33.3

L. 00 EM
1/4/93

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº

Proíbe a privatização de áreas especiais de estacionamento em vias e logradouros públicos, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º . Fica proibida a privatização de áreas especiais de estacionamento em vias e logradouros públicos, no âmbito do Distrito Federal.

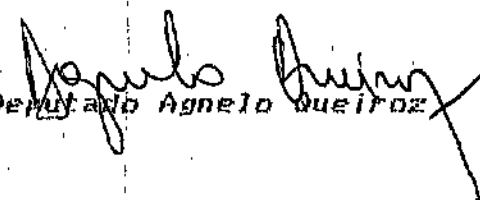
Art. 2º . Os órgãos e entidades públicas ou privadas que procederem à colocação de correntes ou guaritas em áreas destinadas ao estacionamento de veículos serão multados pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF, na forma da Lei.

Parágrafo único - As correntes e guaritas colocadas indevidamente nas áreas descritas no caput deste artigo deverão ser imediatamente retiradas por agentes de segurança.

Art. 3º . Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º . Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 01 de abril de 1993.


Deputado Agnelo Queiroz

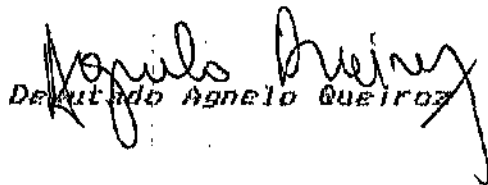
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

JUSTIFICATIVA

A nossa preocupação, ao elaborar esta Lei, é basicamente com o cidadão que possui um veículo e poderá ver-se, em breve, constrangido a utilizá-lo para deslocar-se a qualquer local que não seja seu trabalho. Deverá para proceder às compras, pagamentos ou quaisquer outras providências, utilizar os ônibus coletivos, táxis ou outro meio de transporte que prescindir de estacionamento. Isso porque atualmente, não só alguns Ministérios continuam cercado individualmente áreas especiais de estacionamento, como tal atitude generalizou-se para toda a área central da cidade, as quadras comerciais e até mesmo as residenciais.

Para maiores esclarecimentos, destacamos que, segundo definição contida no Artigo 2º da Resolução nº 592/82 do Contran, "áreas especiais de estacionamento" são partes das vias e logradouros públicos demarcadas e sinalizadas para o estacionamento de veículo de qualquer espécie e categoria". Não havendo, na mesma resolução, outro artigo que defina qualquer outra classe de estacionamento destinado à clientela, membros ou servidores específicos de órgãos ou entidades, fica patente a ilegalidade de privatização de qualquer via ou logradouro público.

E para coibir tais infrações, só funcionam a aplicação de multas e retirada de correntes e guaritas indevidamente instaladas naqueles locais.


Deputado Agnelo Queiroz

Deuise - Arduo

1.04.93

12h 10

0133.5

L 100 em

1/4/93

CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

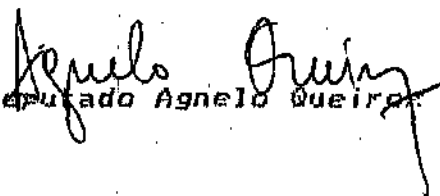
REQUERIMENTO Nº

Autors Deputado Agnelo Queiroz

Assunto: Requer informações ao Secretário de Saúde sobre a regularidade na distribuição de remédios aos doentes crônicos.

Requeiro à tiesEi, com base no artigo 107 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, sejam solicitadas informações ao Senhor Secretário de Saúde sobre a regularidade na distribuição de remédios aos doentes renais crônicos.

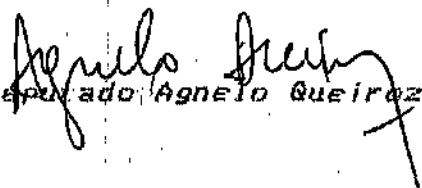
Sala das Sessões, 31 de março de 1993.


Deputado Agnelo Queiroz

JUSTIFICATIVA

Não havendo obtido ainda resposta da Secretaria de Saúde ao requerimento nº 707/92, de 27 de abril de 1992, mais «ma vez vimos ser porta-voz do tão sofrido grupo constituído pelos doentes crônicos do Distrito Federal. Pobres, desempregados ou aposentados por doença, duramente sustentados por uma família humilde ou pior, devendo sustentar sua família sem para tal ter condições, esses enfermos esperam a morte, prematura, uma vez que lhes é impossível custear seu próprio tratamento.

Em vista disso, reiteramos nosso pedido de informações quanto à programação de distribuição de medicamentos aos renais crônicos, aidéticos, vítimas de distúrbios mentais e psíquicos, e demais doentes crônicos.


Deputado Agnelo Queiroz

Maria Brígida, 104/93, 12/10, 01336

L100 EM
1/4/93

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 193

(Do Deputado GERALDO MAGELA)

SOLICITA FORMAÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAR OS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL RELATIVOS AOS CONDOMÍNIOS RURAIS.

Senhor Presidente,

Em conformidade com o Art. 32 do Regimento Interno desta Câmara, requeremos a criação de Comissão Especial para acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelo Governo do Distrito Federal relativos aos condomínios.

A Comissão será composta por 04 (quatro) Deputados com prazo até 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua aprovação, para o encerramento dos trabalhos.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 19 de maio deste ano encerra-se o prazo previsto para análise da situação dos condomínios rurais cadastrados no GDF, de acordo com a Lei nº 353/92.

A publicação nos Jornais locais da lista de 160 condomínios rurais já considerados irregulares pelo GDF gerou grande aflição na comunidade.

Diante desse quadro sem desprezar a questão ambiental e a qualidade de vida da cidade, mas também considerando o grande problema de moradia no Distrito Federal, sugerimos a formação da presente Comissão com a finalidade de acompanhar todo esse processo Junto ao Poder Executivo.

Sala das Sessões, de 1993.


GERALDO MAGELA
Deputado Distrital
Partido dos Trabalhadores

Demar/Aracaju 10/04/93 R210

01337

Lido em

11/4/93

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 193

(Do Deputado GERALDO MAQUILA)

REQUER A SECRETARIA DE AGRICULTURA CÓPIA DO RELATÓRIO DE CONCLUSÃO DA SINDICÂNCIA INSTITUÍDA PELA PORTARIA Nº 007, DE 20 DE JANEIRO DE 1993.

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 107r do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, solicito seja enviado à Secretaria de Agricultura, o presente Requerimento, no sentido de fornecer cópia do relatório de conclusão elaborado pela Comissão de Sindicância, instituída pela Portaria nº 007, de 20 de janeiro de 1993, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal no dia 21 de janeiro do mesmo ano, com o objetivo de apurar possíveis irregularidades apontadas no Processo nº 030.016.684.92.

JUSTIFICAÇÃO

Com base no Art. 3º, inciso XV, do Decreto Legislativo nº 01, de 1991, que institui o Poder Legislativo "fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluindo os da administração indireta".

Sala das Sessões, de

de 1993.

GERALDO MAQUILA

Deputado Distrital
Partido dos Trabalhadores

Requiere / Aruand 1/4/93 12h10

2/338

L100 EM

1/4/93

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Ar

REQUERIMENTO Nº

Requeiro à Mesa, nos termos do Regimento Interno, a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 389/92, de nossa autoria.

Sala das Sessões, 01 de abril de 1993.


Deputado Agnelo Queiroz

Denise / Arnaldo 1: /4/93 12L10

01/23.9

Lido em
1/4/93

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

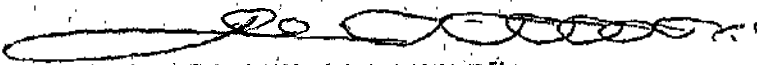
GABINETE DO DEPUTADO TADEU RORIZ

01/GTR/0025/93

Brasília-DF, 12 de abril de 1993.

Senhor Presidente,

O ff ordem do Deputado TADEU RORIZ, cumPre-me
informar que o mesmo não pode comparecer à Sessão Ordinária,
no dia 30.03.93, por motivo de compromissos inadiáveis,
assumidos anteriormente.


A.S. FILGUEIRAS QUINTÃO
Chefe de Gabinete

Exmo Senhor
Deputado BENÍCIO TAVARES
Presidente da Câmara Legislativa do DF
N E 3 T A

Deu-se traslado 1/4/93 (RHS)

01/30 10
L100 em
1/4/93

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO TADEU RORIZ

OI/GTR/0024/93

Brasília-DF, 12 de abril de 1993.

Senhor Presidente,

De ordem do Deputado TADEU RORIZ, cumpro-me
informar que o mesmo não pode comparecer às Sessões
Extraordinárias, nos dias 26.03 e 29.03.93, por motivo de
compromissos inadiáveis, assumidos anteriormente.


A.S. FILGUEIRAS QUINTÃO
Chefe de Gabinete

Exmo Senhor
Deputado BENÍCIO TAVARES
Presidente da Câmara Legislativa da DF
N E S T A

1

Requise - Arquivado 1/4/93 12/10

0139 JS

L100 EM

1/4/93

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº , DE 1993

(DO SR. WASNY DE ROURE)

Solicita prioridade na
reforma de educandário,

Sr, Presidente:

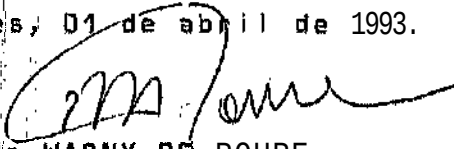
(bom base no art. 109 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal solicitamos a manifestação desta Casa no sentido da Secretaria da Educação dar prioridade a reforma do Centro Integrado de Ensino Especial, localizado no SGAS 912).

JUSTIFICAÇÃO

O Centro Integrado de Ensino Especial, na 91S Sul, atende a quase 400 crianças com deficiência física ou mental e está em condições precárias: rachaduras no teto em praticamente todas as salas de aula, divisórias desabando, banheiros sem chuveiros, buracos no teto de gesso, etc, dando a impressão de total abandono e colocando em risco a segurança dos deficientes. >

O Departamento de Engenharia da Fundação Educacional já emitiu laudo condenando as instalações da escola. As crianças passarão a frequentar o Centro de Ensino Especial da 612 Sul até o final das obras. O objetivo desta Moção é evitar que as crianças fiquem muito tempo fora de sua escola e em condições não condizentes com suas necessidades de atendimento,

Sala das Sessões, 01 de abril de 1993.


Deputado WASNY DE ROURE

Partido dos Trabalhadores

Arnaud - 1/4/93 12410

01/33.12

LIDO EM
1/4/93

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº 793

(DO SR. WASNY DE ROURE)

Sugere à Câmara Legislativa do Distrito Federal o envio de correspondência ao Reitor da Universidade de Brasília, solicitando instalar Núcleo de Extensão do Decanato de Extensão da UnB em Samambaia.

Fundamentado no art. 109 do Regimento Interno desta Casa, proponho a Câmara Legislativa do Distrito Federal a aprovação de "MOÇÃO" solicitando ao Magnífico Reitor da Universidade de Brasília, a instalação de Núcleo de Extensão do Decanato de Extensão dessa Universidade em Samambaia, Brasília-DF.

JUSTIFICACÃO

O Decanato de Extensão dispõe de Núcleo de Extensão na Ceilândia, onde presta inestimáveis serviços à população local, cujas características se assemelham às apresentadas pelos moradores da Samambaia. Entre as características comuns encontram-se nível de renda, dificuldade de acesso a serviços de saúde, desemprego generalizado, nível de educação sanitária, índices de alfabetização, etc. É importante que os serviços prestados a Ceilândia sejam estendidos a Samambaia, cujos resultados também serão de elevada significância para seus habitantes.

Sala das Sessões, de março de 1993.


WASNY DE ROURE

Partido dos Trabalhadores

saire - André 1-4/93 12h30

L100 017
1/4/93

0/33.13

Am. Jean-P. Presidente

Requiers a Vossa Excelên-
cia, nos termos regimentares, a
dispensa de interstício, para im-
ediata votação, do Projeto de lei n.
351, de 1982, que "Autoriza o Poder
Executivo a criar Sistemas de Capacita-
ção e Profissionalização de Pessoal
para a área sócio-cultural"

Sala dos Honorários, 1/4/93

Pedro P.
M. Carne
Ant. M. T.
P. T.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SERVIÇO DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Denise REVISOR: Arnaud HORA: 12h10 Nº: 0/33.14
DATA: 1ª.04.93 ORADOR:

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda)- Passamos à

ORDEM DO DIA.

Solicito Sra. 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho,
que proceda à leitura do primeiro item da Ordem do Dia,

Deputada Lúcia Carvalho,
(A Sra. 1ª Secretária, *pr* seguinte:)

1) Discussão e votação, em 2º turno, em Regime de Urgência, do Projeto de Lei nº 684, de 1902, que "Concede Títulos de Cidadãos Honorários de Brasília ao Diretor Presidente do Jornal "Correio Brasileiro", Dr. Paulo Cabral de Araújo e Ex-primeira Dama do País, D. Sarah Kubistchek".

~~Autor: Dep. Rose Mary~~

~~Relator: Dep. Maurílio Silva CCJ~~

A SRA, PRESIDENTE (Rose Mary Miranda)- Convido a Sra. 1ª
Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, *para* assumir a Presidência dos trabalhos.

Sra.
~~(Assumo a Presidência a Deputada Lúcia Carvalho.)~~



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Denise

REVISOR: Arnaud

HORA: 12h10 Nº: 0/33.15

DATA: 1ª. 04.93

ORADOR:

o Projeto de Lei nº 684/92
A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Carvalho)- Em discussão ~~(Pausa)~~

Nao havendo quem queira discutir, em votação.

Convido o ^{deputado} ~~o~~ Deputado Cláudio Monteiro ^{para} ~~Y~~ auxiliar os tra-

balhos da Mesa. ~~(Pausa)~~

Os Srs. Deputados que pronunciarem "sim" estarão aprovando o Projeto de Lei nº 684/92, em segundo turno, em regime de urgência; os que pronunciarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. 32 Secretário, Deputado Cláudio Monteiro, ^{que} proceda à chamada dos Srs. Deputados para a votação.

~~(Procede-se à chamada.)~~



CAMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: LUCIA

REVISOR: ARNAUD

HORA: 12:15 Nº: 0-34/2

DATA: 01/04/93

ORADOR: Pres. Lúcia Carvalho

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Carvalho) - O Projeto de Lei nº 684/92 está aprovado, em segundo turno, por 17 votos. Houve 07 ausências.

A SRª ROSE MARY MIRANDA - Sr, Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Carvalho) - Com a palavra a Sra. Deputada Rose Mary Miranda.

A SRª ROSE MARY MIRANDA (PP. Sem revisão da oradora) - Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a Redação Final desse projeto, já que não houve emendas de segundo turno, para que pudéssemos votá-la nesta sessão ainda.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Carvalho) - A Presidência defere o pedido da Sra. Deputada Rose Mary Miranda e incluirá a Redação Final do Projeto de Lei nº 684/92 como último- item da Ordem do Dia de hoje.

Ha Expediente sobre a Mesa.

Solicito ao Sr. 3º Secretario, Deputado Cláudio Monteiro, que proceda à leitura do mesmo.

(O Sr. 3º Secretario, Deputado Cláudio Monteiro, procede à leitura do seguinte:)

L100 EM
1/4/93

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

RECURSO Nº , DE 1992
(Do Sr. CARLOS ALBERTO E OUTROS)

Contra decisão da Sra Deputada ROSE, MARY MIRANDA, no exercício da Presidência da Casa, na sessão ordinária do último dia 25 deste, que, ~~acatando~~ questão de ordem do Sr. Deputado MANOEL DE ANDRADE, considerou prejudicado o RECURSO Nº 31, de 1992.

Senhor Presidente:

Os Deputados abaixo assinados vêm, nos termos do art. 93, § 6º, do Regimento Interno, recorrer da decisão da Sra Deputada ROSE MARY MIRANDA, que, no exercício da Presidência desta Casa, acatou questão de ordem do Sr. Deputado MANOEL DE ANDRADE, considerando, prejudicado o RECURSO Nº 31, de 1992.

Justificação

No último dia 25 deste mês de março, quando da realização de sessão ordinária, na parte da ordem do dia destinada à apreciação de proposições, no momento em que foi feita a leitura do item 14 da pauta - discussão e votação do Recurso nº 31/92, que recorre contra a decisão da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei nº 465/92 - o Sr. Deputado MANOEL DE ANDRADE formulou questão de ordem na qual argumentava que o Recurso em tela havia sido do "interposto em contrário ao Regimento", uma vez que foi apresentado com "uma assinatura" e o parágrafo único do art. 30 da Carta regimental dispõe

"Art. 30.

II Parágrafo Único. Da decisão das comissões referidas neste artigo caberá recurso, interposto por um oitavo da composição, da Casa, no prazo de cinco sessões da publicação no Diário Da Câmara Legislativa, para que o parecer seja submetido ao Plenário." I

A seguir, a Deputada ROSE MARY, no exercício da Presidência

L85

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

cia da sessão, afirmou "Esta Presidência entende que realmente está prejudicado o recurso, porque foi apresentado à Mesa com apenas duas assinaturas, e a assinatura do Deputado WASNY DE ROURE foi posterior, no dia 10, e o recurso entrou no dia 10. Portanto já estava protocolado o recurso quando o Deputado o assinou. Regimentalmente, não está correto, Sr. Deputado."

A Presidente da sessão decidiu, pois, pela prejudicialidade do Recurso nº 31, de 1992. j

Entretanto, "data venia", a nosso ver, a ilustre Deputada, então no exercício da Presidência, laborou em equívoco.

E assim entendemos pelo seguinte.

Voltemos ao que dispõe o parágrafo único do art. 30 do Texto regimental

"Art. 30

Parágrafo único. Da decisão das Comissões referidas neste artigo caberá recurso, interposto por um oitavo a composição da Casa, no prazo de cinco sessões da publicação no Diário da Câmara Legislativa, para que o parecer seja submetido ao Plenário."

Interpretando o texto imediatamente supratranscrito, temos que um mínimo de três Deputados podem recorrer ao Plenário contra decisão de Comissão da Casa, devendo o recurso ser apresentado até a quinta sessão, a contar da publicação da decisão recorrida no órgão de publicação oficial desta Câmara. j

Cabe aqui a pergunta. Tratam-se de sessões ordinárias, extraordinárias, ou ambas as espécies?

A resposta está no art. 225, "caput", do Regimento Interno. Diz esse dispositivo, "in extenso"

"Art. 225. Salvo disposição em contrário, os prazos estabelecidos em dias ou sessões neste Regimento computar-se-ão, respectivamente, em dias úteis ou sessões ordinárias realizadas, e os prazos fixados por mês, de data a data."

Assim, na contagem do transcurso do prazo de cinco sessões a que se refere o parágrafo único do art. 30, serão computadas apenas as sessões ordinárias.

fí preciso encontrar resposta, ademais, para outra questão. Qual foi o término do prazo para a apresentação de recurso contra a

482

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

decisão da Comissão de Constituição e Justiça que considerou constitucional o Projeto de Lei nº 465, de 1992 ?

Para, isso é preciso verificar qual foi a quinta sessão ordinária após a publicação no Diário da Câmara Legislativa. A publicação da decisão ~~no~~ Diário do dia 04 de dezembro de 1992, conforme pode ser verificado às pp.15/16. E a quinta sessão ordinária realizada após essa data ocorreu no último dia 04 de fevereiro deste ano de 1993 (2a sessão deste ano legislativo). Tal fato pode ser comprovado sem maiores dificuldades ao compulsar-se os exemplares dos Diários Oficiais da Câmara Legislativa.

Temos, pois, que o recurso de que se trata poderia ter sido apresentado até o último dia 04, de fevereiro. E o foi no dia 1º de dezembro de 1992, bem antes, portanto, do prazo final.

Esclarecida, pois, a questão do prazo-limite para a apresentação do recurso, resolve-se a do número mínimo de assinaturas. Senão vejamos.

O recurso foi encaminhado no dia 1º de dezembro, com as assinaturas dos Deputados CARLOS ALBERTO e AGNELO QUEIROZ, sendo que o Deputado WASNY DE ROURE após a sua firma no dia 10 de dezembro, 55 (cinquenta e cinco) dias, logo, antes do dia 04 de fevereiro, data final para a sua apresentação.

Assim, o vício foi sanado no dia 10 de dezembro de 1992, quando poderia ter sido corrigido até o dia 04 de fevereiro de 1993, dia da realização da quinta sessão ordinária após a publicação, no Diário da Câmara Legislativa, da decisão da Comissão de Constituição e Justiça de que se recorreu.

Tanto é assim, que pode-se ler nas notas taquigráficas da sessão ordinária do último dia 25 deste mês, às pp. no 0-29/2 "Item 14 - Discussão e votação do Recurso no 31/92 (...) Autor: Deputado CARLOS ALBERTO e outros."

Desse modo, com o devido respeito, a nobre Deputada ROSE MARY MIRANDA, acatou equivocadamente a questão de ordem do Deputado MANOEL ANDRADE.

Concluindo, esperamos que os nobres pares, para a justa apli-

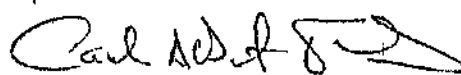
282

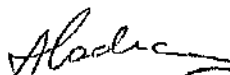
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

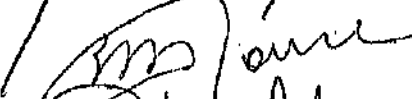
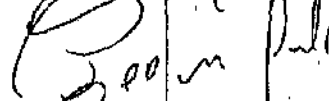
cação do Regimento Interno da Casa, em especial do parágrafo único do art. 30 e do "caput" do art. 225, decidam a questão em favor da livre tramitação do Recurso nº 31, de 1992, para que possam ser apreciadas as razões de direito que nos levaram a concluir pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 465, de 1992.

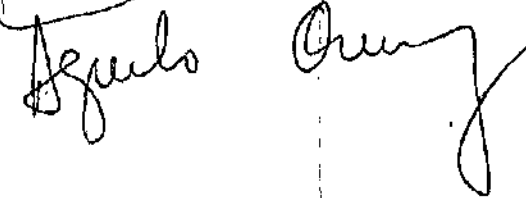
Sala das Sessões, em de

de 1993.


Deputado CARLOS ALBERTO







CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENARIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI: LÚCIA

REVISOU: ARNAUD

HORA: 12:15 Nº: 0-34/7

DATA: 01/03/93

ORADOR: Pres. Lúcia Carvalho

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Carvalho) - Convido a ^{Sra.} Deputada Rose Mary Miranda ^{para} assumir a Presidência dos trabalhos.

~~(Assume a Presidência dos trabalhos a Deputada Rose Mary Miranda)~~

A SRª PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Passamos ao segundo item da Ordem do Dia. Solicito ao Sr. 3º Secretário, Deputado Cláudio Monteiro, que proceda à leitura do mesmo.

~~(O Sr. 3º Secretário, Deputado Cláudio Monteiro, proceda à leitura do seguinte)~~

2) Discussão e votação, em 1º turno, em Regime de Urgência, o projeto de Lei nº 689, de 1992, que "Suspende os efeitos da Lei 275, de 17 de junho de 1992 e das outras providências".

~~Autor: Dep. Agnelo Queiroz~~

~~Relatores: Dep. Fernando Naves - CCEJ~~

~~Dep. Gilson Araújo - GEOT~~

~~Dep. Salviane Guimarães - CAS~~

~~(Obs: Aprovado os pareceres da CCEJ e CAS)~~

A SRª PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - ^{Está} Para esse projeto ^{está} ~~Para esse projeto~~

^{Parecer da} Parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Com a palavra o Sr. Relator, Deputado Gilson Araújo.

~~(O Sr. Relator, Deputado Gilson Araújo, proceda à leitura do seguinte parecer)~~

~~SEGUIR SADA~~

SABÁ / EDSON

01/04

12:20

0.35.1

O SR. GILSON ARAÚJO (PP. Profere o seguinte parecer:)

Sr. Presidente, apresento o

P A R E C E R N º /93

Da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, sobre o Projeto de Lei nº 689/92, que "suspende os efeitos da Lei nº 275, de 17 junho de 1992, e dá outras providências".

RELATOR: Deputado GILSON ARAÚJO

I - R E L A T Ó R I O

O projeto de Lei em exame, de autoria de diversos Deputados desta Casa, propõe a suspensão dos efeitos da Lei nº 275, de 17 de junho de 1992, que determinou a desafetação e autorizou a venda de áreas públicas contíguas aos postos de abastecimento, lavagem e lubrificação, localizados nas superquadras da Região Administrativa de Brasília.

Estabelece a proposição que a área já vendida pelo Governo do Distrito Federal, nos termos do artº 2º da citada Lei nº 275/92, e ainda não edificada, mesmo que tenha o alvará e a obra já contratada, será desapropriada ou permutada por outra área para o mesmo fim. Prevê, ainda, o projeto que o Governo do Distrito Federal enviará à Câmara Legislativa nova proposição sobre a localização de áreas destinadas a postos de abastecimento, lavagem e lubrificação.

II - V O T O

Ao justificar a proposição, seus Autores informam que ela tem por objetivo evitar novos confrontos entre os moradores das superquadras contempladas com postos de abastecimento, lavagem e lubrificação, e os proprietários das áreas destinadas a aqueles empreendimentos. Fazem referência ao confronto havido entre a PETROBRÁS e os moradores da SQN 315 e à realização de ato público pelos moradores das SQN 114 e 314, manifestando-se contrários à construção de um posto naquelas superquadras.

Ocorre, porém, que a Lei nº 275/92, cujos efeitos desejam suspender, trata não-somente de anexar às áreas destinadas a postos de abastecimento, lavagem e lubrificação, já definidas na Região Administrativa de Brasília, novas áreas com «x» extensão de 20 metros no sentido longitudinal, para ampliar as áreas já anteriormente delimitadas. Não foi (1a, portanto, a citada Lei nº 275/92 da definição de novas áreas para a construção de postos de abastecimento e sim da ampliação das áreas já existentes. Desta forma, sua revogação não resolve, portanto, os conflitos apontados pelos ilustres autores do projeto de Lei.

Por outro lado, as áreas venúdas com amparo na Lei nº 275/92 vão gerar divisas para os cofres do Distrito Federal e, ainda, passarão a constituir fontes de arrecadação do IPTU, contribuindo, assim, para a elevação das receitas do Governo. Dever-se ressaltar que a ampliação das áreas utilizadas pelos postos de abastecimento, na forma autorizada pela Lei nº 275/92, vai oferecer maior conforto e segurança aos seus usuários, facilitando as manobras de automóveis por ocasião dos abastecimentos, além de possibilitar «x» instalação de novos equipamentos, o que representará mais oportunidade de emprego naqueles postos prestadores de serviços.

Assim sendo, a revogação da Lei nº 275/92 é prejudicial aos interesses da comunidade que utiliza os serviços dos postos de abastecimento, lavagem e lubrificação em Brasília.

Em face do exposto, «vamos de parecer contrário à aprovação do presente projeto de Lei».

Saia das Sessões, 1.º de Abril de 1993.

Deputado JOSÉ ORNELLAS
Presidente

Deputado EDSON ARAÚJO
Relator



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Sabá

REVISOR: Edson

HORA: 12h20 Nº: Q-35/3

DATA: 01/04

ORADOR:

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Em discussão.

Em votação. Os Srs. Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o parecer; os que votarem "não" o estarão rejeitando.

Solicito ao Sr. 3º Secretário, Deputado Cláudio Monteiro, proceda à chamada dos Srs. Deputados.

(~~Procede-se~~ à chamada.) .



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: IVI

REVISOR: EDSON

HORA: 12:25 Nº: 0/36.1

DATA: 01.04.93

ORADOR:

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - O parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Gilson Araújo, foi aprovado com 10 votos "sim", 8 "nao", Houve 6 ausências.

O Projeto volta, para nova apreciação, a Comissão de Constituição e Justiça, já que esta Comissão tinha dado parecer favorável

ea comissão de Economia, Orçamento e Finanças, desfavorável ao projeto.

Declaração de voto.

Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: IVI

REVISOR: EDSON

HORA: 12h25 Nº: 0/36/2

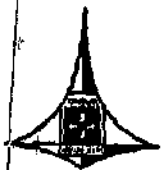
DATA: 01/04/93

ORADOR:

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, tenho acompanhado o trabalho do Deputado ^u Gilson Araújo na Comissão e sei do seu empenho na elaboração dos pareceres. Ontem mesmo um parecer meu foi rejeitado em razão da posição do Deputado Gilson Araújo, . que foi bastante lúcido, agregou novas discussões. Entretanto, manifesto a minha discordância, porque este é um grande anseio da comunidade da Asa Norte, particularmente dos moradores das superquadras 314 e 114, pelo prejuízo cultural e ambiental que esse projeto representa para a sociedade.

Lamentar o parecer, pois compromete o soerguimento de uma sociedade e de uma economia baseada no desenvolvimento sustentado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Com a palavra o Deputado Gilson Araújo.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: KATIA

REVISOR: NEY *LL*

HORA: 12:30 No: 0-37.1

DATA: 01/04

ORADOR: Deputado Gilson Araújo.

O SR. GILSON ARAÚJO - Sra. Presidente, eu queria fazer uma observação agradecendo as palavras do ilustre Deputado Wasny de Roure, que na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças é uma pessoa bastante comprometida com os seus pareceres de ^{primeira} 1ª ordem, mas nós temos que esclarecer uma coisa.

A Lei ²⁷⁵ 275, ^a a qual nós aprovamos o ano passado nesta Casa, e esse projeto que agora estamos discutindo quer ^{undo} revogar artigos dessa Lei, . temos que analisar a coletividade como um todo.

Primeiro, o posto de gasolina existe.

Segundo, a ampliação do raio do posto de gasolina passa por ~~limitação~~ estação pública. E a reclamação ^{maradores} da quadra que foi feita, temos que analisar ^{ela} do ponto de vista global à sociedade de Brasília. Não está trazendo prejuízo para o GDF. Quando os carros ^{estacionavam} estacionam, tinham dificuldades de sair, de entrar na pista, o que colocaria em risco o usuário do posto a acidentes. A questão do desemprego nesse parecer foi observada também. Agora, no que tange à Comissão de Constituição e Justiça, cabe a ~~esta~~ comissão dar o ~~A~~ parecer do ponto de vista de constitucionalidade. É só isso.



CAMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: KÁTIA

REVISOR: NEY

HORA: 12:30 Nº: 0-37.2

DATA: 01/04

ORADOR: A Sra. Presidente (Rose Mary Miranda)

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Sr. Deputado, o horário
j de discussão do projeto já passou. A Mesa já deliberou que o projeto volta
à Comissão de Constituição e Justiça para apreciação, que deverá emitir o
seu parecer para darmos ^{prosseguimento} ~~seguimento~~ ao projeto.

Passemos ao 3º Item da Ordem do Dia.

Solicito à ^{Sra.} ~~Sr.~~ Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, que proceda
à leitura do 3º item da Ordem do Dia.

~~(A Sra. 1ª Secretária procede à leitura do seguinte:)~~

3) Discussão, em 2º turno, ,12 dia, do Projeto de Lei nº
351/92, que "Autoriza o Poder Executivo a criar Sistemas de Capacita -
ção e Profissionalização de Pessoal para a área sócio-cultural".

1 Autor; Dep. Pedro Celso ,
Relatores: Dep., Geraldo Magela - CCJ
Dep. Wasny de Roure - CEOF
Dep. Maurílio Silva - CAS

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - O Deputado Pedro Celso
fez o pedido da dispensa de interstício, já que a discussão ^{em 2º} ~~em 1º~~ turno, 1º dia,

A Mesa acata ^{esse} ~~o~~ pedido.

Em discussão. ~~pausa~~

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que votarem pelo "sim" ~~est~~ estarão aprovando o



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: KATIA REVISOR: NEY HORA: 12:30 Nº: 0-37.3
DATA: 01/04 ORADOR: A Sra. Presidente (Rose Mary Miranda)

Projeto de Lei nº 351/92; os que votarem pelo "nao, estarão rejeitando-o.

Solicito Srª Secretária, Deputada Búcia Cavalcini, proceder chamada dos Srs.

Deputados.

~~(Procede-se à chamada.)~~



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: GILWANIA

REVISOR: NEY

HORA: 12:35 Nº: 0-38.1

DATA: 01.04.93

ORADOR:

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) _ O Projeto de Lei nº 351/92, está aprovado com 19 votos favoráveis; flouve 5 ausências. Passando à Redação Final.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Com a palavra o Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO - Sra. Presidente, a exemplo de V. Exa., quero pedir também que seja colocada em votação a Redação Final desse projeto, tendo em vista que ele não sofreu emendas nem nas comissões, nem em primeiro e segundo turno.

Então, estamos em condições de votar a Redação Final já ^{nesta} sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - A Presidência acata a ^{proposição} do Deputado Pedro Celso e a coloca ^{o projeto} no final da Ordem do Dia.

Solicito ao Sr. 3º Secretário, Deputado Cláudio Monteiro, que proceda à leitura do 4º Item da Ordem do Dia.

(O Sr. Secretário ^{Deputado Cláudio Monteiro} procede à leitura do seguinte:)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: GILWANIA REVISOR: NEY HORA: 12:35 Nº: 0-38.2

DATA: 01/04 ORADOR: Deputado Cláudio Monteiro

4) Discussão, em 2º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 336/92, que "Dispõe sobre o livre acesso dos Deputados Distritais aos estabelecimentos destinados ao cumprimento de pena criminal e outros estabelecimentos".

Autor: Deputada Lúcia Carvalho

Relatores: Dep. Geraldo Magela - CCJ

Dep. Gilson Araújo - CEOF

Dep. Eurípedes Camargo - CAS

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Em discussão. *(Para)*

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Com a palavra a Sra. Lúcia Carvalho.

A SRA, LÚCIA CARVALHO - Sra. Presidente, solicito que seja suprimido o interstício, e que possa ser votado o projeto hoje, também em 2º turno e a Redação Final.

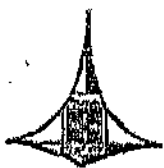
A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - A Presidência acata e coloca o referido projeto em votação imediata.

Em votação.

Os Srs. Deputados que se pronunciarem pelo "sim" estarão aprovando o projeto; os que se pronunciarem pelo "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. 7 Secretário *Deputado Cláudio Monteiro,* que proceda a chamada dos Srs.

Deputados.



CÂMARA LEGISLATIVA do DISTRITO FEDERAL

Redação Final

Aprovada na 16ª Sessão Ordinária de 01/04/1993.

PROJETO DE LEI m 336, DE 1992

Dispõe sobre o livre acesso dos
Deputados Distritais aos estabelecimentos destinados ao cumprimento de pena criminal e outros estabelecimentos.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

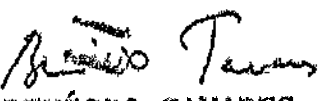
Art. 1º - Os Deputados Distritais no exercício de seus mandatos e nos limites do Distrito Federal, terão livre acesso aos estabelecimentos destinados ao cumprimento de pena criminal, às repartições policiais, bem como às instituições que acolham menores, idosos, deficientes ou dependentes de drogas.

Parágrafo Único - O acesso a que se refere este artigo não depende de prévia comunicação à autoridade competente, administrativa ou policial, podendo, ainda concretizar-se a qualquer hora do dia ou da noite,

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, de abril de 1993.


Deputado BENÍCIO TAVARES
Presidente





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: GILWANIA

REVISOR: NEY

HORA: 12:35 Nº: 0-38.4

DATA: 01.04.93

ORADOR:

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - O Projeto de Lei nº 336/92 está aprovado, em 2º turno, com 19 votos favoráveis, fteu 5 ausências.

[Passando à Redação Final.

Convido a Sra. [Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, a auxiliar nos trabalhos da Mesa.

Solicito à Sra. 1ª-Secretária a proceder à leitura do 5º Item da Ordem do Dia.

~~(A Sra. 1ª-Secretária procede à leitura do - seguinte:)~~

5) Discussão, em 2º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 148/91, que "Autoriza a instituição de Programa de Alimentação Infantil".

Autor: Dep. Maurílio Silva

Relatores: Dep. Geraldo Magela - CCJ

Dep. José Ornellas - CEOF

Dep. Eurípedes Camargo - CAS

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Em discussão. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, passamos ao 6º Item da Ordem do dia.

Solicito à Sra. 1ª-Secretária a proceder à leitura do mesmo.

~~(A Sra. 1ª-Secretária procede à leitura do seguinte:)~~



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: GILWANIA

REVISOR: NEY

HORA: 12:35 Nº: 0-38.5

DATA: 01.04.93

ORADOR: LÚCIA CARVALHO

6) Discussão, em 2º turno, 1º dia do Projeto de Lei nº 222/91, que "Autoriza o Governo do Distrito Federal a instituir abono de ponto bimestral para pais e responsáveis de crianças em idade escolar".

Autor: Dep. Edimar Pireneus

Relatores: Dep. Fernando Naves - CCJ

Dep. José Edmar - CEOF

Dep. Eurípedes Camargo - CAS

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passamos ao 7º Item da Ordem

do Dia,

Solicito à Sra. 1ª-Secretária que proceda à leitura do mesmo.

~~(A Sra. 1ª-Secretária procede à leitura do seguinte:)~~

7) Discussão, em 1º turno, 4º dia e votação do Projeto de Lei nº 310/91, que "Dispõe sobre a adoção de praças, jardins públicos e balões rodoviários, por entidades e empresas e das outras providências".

Autor: Dep. Peniel Pacheco

Relatores: Dep. Geraldo Magela - CCJ

Dep. Aroldo Satake - CEOF

• Dep. Eurípedes Camargo - CAS

ABRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

Rev.: Lizete

17.ª Sessão Ordinária - 01.04.93.

Taq.: Eliane

Data: 01.04.93

Hora: 12h40

Nº: 0/39.1

Orador:

Secret. Mesa:

Em votação.

Os Srs. Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o Projeto; os Srs. Deputados que votarem "não" estarão rejeitando.

Convido a Srª 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, para proceder à votação (Procede-se à votação.)

Votação, em 1.º turno, 4.º dia, do Projeto de Lei
n.º 350/92, de autoria do Deputado Renúcio Pacheco.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Eliane

REVISOR: Lizete

HORA: 12h40 Nº: 0.39.2

DATA: 1º 04.93

ORADOR:

A SRª PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) » O Projeto (nº 310) está aprovado, em 1º turno, por 18 votos "sim"; Houve 6 ausências.

Vamos agora ao item 8º da Ordem do Dia.

Convido a Srª 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, a proferir a leitura do item 8 da Ordem do Dia.

~~(A Srª 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho profere o seguinte~~

8) Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 359, de 1992, que "Autoriza a criação do grupamento de voluntários do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal".

Autor: Dep. Geraldo Magela

Relatores: Dep. Cláudio Monteiro - CCJ

Dep. José Ornellas - CEOF

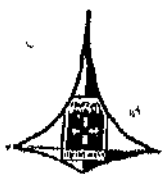
Dep. Lúcia Carvalho - CAS

A SRª PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Em discussão. (Lúcia)

Não havendo quem queira discutir, vamos, ao item 9 da Ordem do Dia.

Convido a Srª 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, a proferir a leitura do item 9 da Ordem do Dia.

~~A Srª 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, profere o seguinte~~



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENARIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Eliane

REVISOR: Lizete

HORA: 12h40 No 0.39.3

DATA: 12,04.93

ORADOR:

09) Discussão e votação da Indicações nº 132, 168, 218, 272, 284, 291, 313, 323, 328, 352, 360 e 372, de 1992.

A SRª PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Em discussão.

Com a palavra o Deputado Gilson Araújo.

O SR. GILSON ARAÚJO (PP) - ~~... Srª Presidente,~~
(inclusão das Moções em pauta)
pediria a votação em ~~loco~~ *grifos* / ~~que fosse lida o teor.~~

A SRª PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - A Presidência acata ~~em~~ *(a votação)*
ta em bloco, mas solicita a Srª Secretária que faça a leitura das emendas *de*
Indicações e
*das Moções**

~~(A Srª 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, procede à seguinte leitura:)~~

IND. Nº 132/92 - "Solicita ao Poder Executivo a construção de duas pistas laterais a estrada contorno de Taguatinga - DF".
Autor: Dep. Maurílio Silva

IND. Nº 168/92 - "Sugere ao Governador do DF alteração de percurso de linha de Transporte Coletivo em Sobradinho"
Autor: Bancada do PT

IND. Nº 218/92 - "Sugere ao Governador do DF a instalação das associações de crianças e adolescentes em Galpão comunitário, em Ceilândia - DF".
Autor: Dep. Salviano Guimarães



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Eliane

REVISOR: Lizete

HORA: 12h40 Nº 0.39.4

DATA: 1º.04.93

ORADOR:

IND. Nº 272/92 - "Sugere ao Governo do DF a instalação, de posto de Fiscalização do PROCON, na cidade satélite, de Taguatinga", Autor: Dep. Padre Jonas

IND. Nº 284/92 - "Sugere ao Governador do DF a execução da obra de urbanização compreendendo a pavimentação asfáltica da QNN 25, conj. "B" ao "G" da Ceilândia". Autor; Dep. Salviano Guimarães

~~IND. Nº 294/92 - ...~~

S/Hermione

continua a Sra. ~~Guaraciara Lacerda Carvalho~~

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

IND. Nº 291/92 - "Sugere ao Poder Executivo a inauguração de uma praça ou logradouro público; no Distrito Federal em homenagem ao povo palestino"

Autor: Dep. Carlos Alberto

J IND. Nº 313/92 - "Sugere ao Governador do DF, a construção do Hospital do Cancer na cidade satélite do Gama,

Autor: Dep. Manoel de Andrade

IND. Nº 323/92 - "Sugere ao Governador do DF, a Regularização de algumas quadras dos setores Norte e Sul de Taguatinga".

Autor: Dep. Maurílio Silva

IND. Nº 328/92 - "Sugere ao Governador do DF a construção de uma quadra esportiva polivalente na Península Norte" i

Autor: Dep. Wasny de Roure

V IND. Nº 352/92 - "Sugere ao Governador do DF, a construção de abrigos para passageiros de onibus ao longo da DF - 005 (antiga Estrada Parque Tamanduá).

Autor: Dep. Salviano Guimarães

IND. Nº 360/92 - "Sugere ao Governador do DF a construção de um hospital em Taguatingá Sul, para atender também a Samambaia, Riacho Fundo e Via Areal".

Autor: Dep. Maurilio Silva

IND. Nº 372/92 - "Sugere ao Governador do DF a construção [de Posto de Saúde em área especial da Quadra 02, próxima ao conjunto C - 13 da cidade, satélite de Sobradinho"

i Autor: Dep. Padre Jonas

E, ainda,
~~Discussão e votação das Moções nºs 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110 e 111, de 1993;~~

Discussão e votação da Moção do Deputado Wasny de Roure que propõe hipoteca de solidariedade pela realização do (Congresso Nacional dos Trabalhadores do DETRAN.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Hermione

REVISOR: Lizete

HORA: 12:45 Nº: 040/2

DATA: 1º/4/93

ORADOR:

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda)- Em discussão. ~~(Pausa)~~

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

Os Srs. Deputados que pronunciarem "sim" estarão aprovando, em bloco, as ^{e indicações} indicações, os que pronunciarem "não", ^{os} estarão rejeitando.

Solicito a Sra. 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, proceder à chamada dos Srs. Deputados.

~~(Procede-se à chamada)~~



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Hermione

REVISOR: Lizete

HORA: 12:45 N^o. (HO/4)

DATA: 1^o/4/93

ORADOR:

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda)- As Indicações n^{os}. 132, 168, 218, 272, 284, 291, 313, 323, 328, 352, 360 e 372 c a Moção de autoria do Deputado Wasny de Roure que ~~estabelece~~ ^{estabelece} hipoteca ~~solidarizante~~ ^{solidarizante} do I Congresso Nacional dos Trabalhadores do DETRAN, estão aprovados por 17 votos "Sim". Houve 6 ausências.

Passamos ao 10^o item da Ordem do Dia

Solicito a Sra. 1^a Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, proceder à leitura

~~(Procede-se à leitura)~~

10) Discussão e votação das Moções n^{as} 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110 e 111, de 1993.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda)- Em discussão. ~~Cgansa.~~

S/Yoda.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: YEDA

REVISOR: ARNAUD

HORA: 12:50 Nº: 0.41.1

DATA: 01.04.93

ORADOR: A SRA PRESIDENTE(Rose Mary Miranda)

Em discussão.

Nao havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que votarem "sim" estarão aprovando as
moções lidas; os que votarem "não" estarão rejeitando-as.

Solicito a Sra. 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho,
que proceda a chamada dos Srs. Deputados para a votação.

~~(Procede-se à chamada.)~~



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: YEDA

REVISOR: ARNAUD

HORA: 12:50 Nº: 0.41.3

ATA: 01/03/93

ORADOR:

Á SRA PRESIDENTE(Rose Mary Miranda) - As moções de nºs 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110 e 111 de 1993 estão aprovadas por 18 votos "sim". Houve 6 ausências.

Passamos ao 11º item da Ordem do Dia.

Solicito à Sra 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho que proceda à leitura do mesmo.

(A Sra. 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho procede à leitura do seguinte:)

(1) Discussão e votação do Requerimento nº 1067, de 1992 que "Solicita a convocação do Procurador-Geral do DF para prestar esclarecimentos sobre providências a respeito de medidas adotadas em decorrência das conclusões da CPI das causas trabalhistas".

A SRA PRESIDENTE(Rose Mary Miranda) - Com a palavra o Sr. Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador.) Sra. Presidente, peço a retirada deste requerimento da Ordem do Dia desta sessão, para ser incluída na próxima sessão ordinária.

A SRA PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - A Mesa defere o pedido do Deputado Pedro Celso.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: YEDA

REVISOR: ARNAUD

HORA: 12:50 Nº: 0.41.3a

DATA: 01/04/93

ORADOR:

Passamos ao 12º item da Ordem do Dia.

Solicito à Sra. 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho ,
que proceda à leitura do mesmo.

~~(A Sra. 1ª Secretária~~ :)

12) Discussão e votação do Requerimento nº 1117, de 1992,
que "Requer organização de comissão para visita ao Jardim Zoológico, com objetivo de opinar sobre as condições de funcionamento do órgão".

A SRA PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Em discussão o requerimento.

Com a palavra o Sr. Deputado Wasny de Roure .



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: YEDA

REVISOR: ARNAUD

HORA: 12 : 50 Nº :0-41 . 4

DATA: 1.04

ORADOR: Wasny de Roure

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, essa proposição nasceu de um diálogo com o Diretor do Jardim Zoológico, que julga extremamente importante a visita dos Parlamentares àquele espaço ambiental de lazer.

Portanto, creio que a presença de parlamentares nessa comissão será relevante para o Distrito Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Continua em discussão o requerimento.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Srs, Deputados que aprovarem o requerimento permaneçam como estão.

Está aprovado o Requerimento nº 1.117/92.

Passamos ao 132 item da Ordem do Dia.

Solicito à Sra. 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, que proceda à leitura do mesmo.

~~(A Sra. 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, procede à leitura do seguinte:)~~

13) Discussão e votação do Requerimento nº 1328, de 1992, que "Requer voto de pesar da Câmara Legislativa do DF pelo falecimento do insigne Dr. Albert Sabin."



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Yeda

REVISOR: Arnaud

HORA: 12:50 Nº: 0-41.5

DATA: 01.04.93

ORADOR: A Srª Presidente (Rose Mary Miranda)
(cont.)

A SRª PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir,

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovarem o Requerimento nº 1328/92 permanecem como estio.

Está aprovado.

Passamos ao 14º item da Ordem do Dia.

Solicito à Srª 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, que proceda à leitura do mesmo.

~~(A Srª 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, procede à leitura do seguinte:)~~

14) Discussão e votação do [&]Requerimento nº 1289, de 1993, que "Solicita a Convocação da Secretária de Educação do Distrito Federal para. prestar esclarecimento à Comissão de Assuntos Sociais da Câmara".

A SRª PRESIDENTE (Rose Mary Miranda:) - Em discussão o requerimento.

Com a palavra o Sr. Deputado Edimar Pireneus.

O SR, EDIMAR PIRINEUS (PP. Sem revisão do orador.) - Srª Presidente, não há por que esse requerimento constar da pauta da Ordem do Dia. Ele pertence à Comissão de Assuntos Sociais. Foi incluído na pauta por equívoco.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.:

REVISOR:

HORA:

Nº: 41.6

DATA:

ORADOR:

A SRª PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - A Mesa reconhece o equívoco e retira da pauta o Requerimento nº 1289/93.

Passamos ao 15º item da pauta da Ordem do Dia.

Solicito à Srª 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, que proceda à leitura do mesmo.

~~(A SRª 1ª SECRETÁRIA pede à leitura do seguinte:)~~

"15º) - Discussão e votação do Requerimento nº 1332/93, de autoria do Sr. Deputado Eurípedes Camargo, de convocação, que "Solicita a convocação do Sr. Presidente da Sociedade de Habitações de Interesse Social- SHIS, a fim de prestar esclarecimentos sobre o processo de distribuição dos lotes dos programas de assentamento".

Autor: Dep. Eurípedes Camargo.

A SRª PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Em discussão o Requerimento.

Com a palavra o Sr. Deputado Edimar Pireneus.

O SR. EDIMAR PIRENEUS (PP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, acredito que, por se tratar de requerimento de convocação de autoridade, a votação terá de ser nominal.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: SULAMITA

REVISOR: ARNAUD

HORA: 12:55 Nº: 0.42/1

DATA: 01/04/93

ORADOR:

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - A Mesa acata e põe
o requerimento em votação.

Os Srs. Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o
Requerimento nº 1332/93, de autoria do Sr. Deputado Eurípedes Camargo; os
que votarem "nao" estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho,
que proceda à chamada dos Srs. Deputados para a votação.

~~(Procede-se à chamada)~~



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: SULAMITA

REVISOR: ARNAUD

HORA: 12:55 Nº: 0.42/3

DATA: 01/04/93

ORADOR:

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - O Requerimento nº 1.332, de autoria do Deputado Eurípedes Camargo, está aprovado por 9 votos "sim", 7 "não". Houve 8 ausências.

Com a palavra o Sr. Deputado Eurípedes Camargo, para declaração de voto.

O SR. EURIPEDES CAMARGO (PT. Sem revisão do orador) - Sra. Presidente, apesar da satisfação de ter sido aprovado o requerimento, eu não poderia deixar de manifestar minha estranheza por ver o meu requerimento votado em separado, quando é praxe a votação em bloco.

Esse requerimento diz respeito a um projeto de minha autoria, que tramita na Comissão de Constituição e Justiça. Um dos membros dessa Comissão - Deputado governista - ^{declara} que é a favor da distribuição de lotes. E o que faz? Vota contra o requerimento, confessando ^{na prática} o clientelismo, confessando que há uma fórmula filosófica de distribuição da terra pública.

Portanto, fico feliz com a aprovação do requerimento. Agora, a indagação será feita ao Sr. Presidente da SHIS quanto a esse tipo de atitude.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: LARA

REVISOR: EDSON

HORA: 13:00 Nº: 0.43.1

DATA: 01 04

ORADOR; :

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, srs. Deputados, é lamentável tenhamos colegas que votaram contra esse requerimento, uma vez que nenhum parlamentar desta Casa deveria sentir-se constrangido com a presença do Dr. Tadeu Filipelli, discutindo os critérios de concessão de lotes. Temos de ver isso como uma política pública de assentamento.

Ja tive oportunidade de manifestar meu apoio a alguns tratamentos que o Governo tem aplicado, nessa área, assim como o tenho criticado em outros momentos.

É lamentável, é uma perda para esta Casa. [Parabenizo os colegas que aprovaram a matéria, porque o Presidente da SHIS poderá esclarecer muitas dúvidas com relação á distribuição de lotes, e muitos Deputados têm declarado que detêm cotas de lotes, como vimos, recentemente, um parlamentar afirmar, em audiência pública em determinada cidade-satélite, que havia recebido uma cota de 300 lotes para serem distribuídos entre seus eleitores.

O SR. CARLOS ALBERTO (PPS; Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, pela primeira vez faço uma crítica a toda Bancada do PT, à Bancada do PDT, e quero incluir-me, a mim mesmo, nesta crítica, porque somos Deputados incompetentes. Até agora nao distribuimos nenhum lote durante nosso mandato.



CÂMARA LEGISUTIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: LARA REVISOR: EDSON HORA: 13:00 Nº: 0.43.2
DATA: 01.04.93 ORADOR:

j A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Apenas gostaria de entender
y. Exa. fez uma interferência, uma questão de ordem, foi pela ordem, porque de
claração de voto nao foi pedida por V.Exa..

O SR. GERALDO MAGELA - Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente,
solicito inversão de pauta, apreciemos agora o item 18, pois precisamos acer-
tar os



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

es

TAQUI.: Lara

REVISOR: Edson

HORA: 13h00 Nº 43.3

DATA: 01.04.93

ORADOR: Dep. Geraldo Magela

Itens 16 e 17.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - A Mesa acata a solicitação de V.Exa. e inverte os itens da pauta.

O SR. FERNANDO NAVES - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Concedo a palavra a V.Exa.

O SR. FERNANDO NAVES (PP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, gostaria de saber quem distribuiu os lotes aos bancários, ^{foi} o Deputado Augusto Carvalho? Quem foi? Se ele foi lá ajudar a pedir?

A SRA. PRESIDENTE (Rose mary Miranda) - Solicito à Sra. 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, proceda à leitura do 18 item da Ordem do Dia.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: LARA

REVISOR: EDSON

HORA: 13:00 Nº:0.43.4

DATA: 01.04.93

ORADOR:

O SB. WASNY DE ROURE - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, creio que a matéria está prejudicada pela ausência do Autor.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Deputado Wasny de Roure, já apreciamos outras matérias com a ausência do autor, inclusive as aprovamos.

Com a palavra a Sra. 1ª Secretária.

(A Sra. 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, procede à leitura do seguinte:)

18) Discussão e votação do Requerimento nº 1.348, de 1993, que "Ae quer a não realização de sessão na semana que vai de 05 a 09 de abril, correspondente à Semana Santa."

Autor: Deputado Jorge Cauhy.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

5

TAQUI.: Lara

REVISOR: Edson

HORA: 13h00 Nº: 435

DATA: 01.04.93

ORADOR: Presidente

[expediente] Sobre a mesa,

Solicito à Sra. 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, proceda "a leitura do mesmo.

~~(A Sra. 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, procede à leitura do seguinte:)~~

REQ 01348/93

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Exclência, nos termos regimentais, " a ,nao
realização de Sessoes" na semana que vai de .05 a 09 de abril, cor
respondente à "Semana Santa", tendo em vista que os prazos para redação
do vencido do, Projeto de Lei Orgânica está em andamento e que, em verda
de, só teríamos Sessao na 3ª feira.

Este pedido alcançará OS serviços administrativos da Casa.

Sala das Sessões. 30/3/93

[Handwritten signature]



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: LARA

REVISOR: EDSON

HORA: 13:00 Nº: 0.43.7

DATA: 01.04.93

ORADOR:

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Em discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao requerimento queiram per
manecer sentados.

~~s/Denise~~



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Denise REVISOR: Edson HORA: 13h05 Nº: 0/44.1
ATA: ORADOR: 1º.04.93

O SR. PEDRO CELSO -Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda)- Com a palavra o
Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador.)- Sra.
Presidente, solicito se proceda à votação nominal
desta questão, que não é tão simples e precisa de um posicionamento
claro ^{dos Deputados} a respeito da matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda)- A Presidência
acata a solicitação do Deputado e coloca ^{a matéria} em votação imediata.

Votação nominal do Requerimento nº 1.348, de autoria
do Deputado Jorge Cauhy.

Os Srs. Deputados que pronunciarem "sim" estarão apro-
vando o Requerimento nº 1.348; os que pronunciarem "não" estarão rejei-
tando

Solicito a Sra. 1ª Secretária, Deputada Lúcia Car-
valho, proceda à chamada dos Srs. Deputados.

(Procede-se à chamada)



CAMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

21

TAQUI.:

REVISOR:

HORA:

Nº:

Denise

Edson

13h05

0/44.2

DATA:

ORADOR:

1º.04.98

L. Carvalho

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda)- O Requerimento



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Denise

REVISOR: Edson

HORA: 13:05 Nº: 0.44.3

DATA: 01.04.93

ORADOR:

nº 1.348, de autoria do Deputado Jorge Cauhy, está rejeitado, por 15 votos "não" . Houve 9 ausências.

Informamos ao Plenário que na quinta-feira haverá sessão.

Declaração de voto.

Com a palavra o Deputado Edimar Pireneus.

O SR. EDIMAR PIRENEUS (PP. Sem revisão do orador) - Sra. Presidente, faço declaração de voto para lamentar a ausência do autor do requerimento, Deputado Jorge Cauhy, pois iríamos convocá-lo a retirar sua proposta. O companheiro entenderia a posição desta Casa que não pode, em hipótese alguma, passar quase uma semana sem sessão. Devido a sua ausência, tivemos de tomar essa atitude.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Informamos ao Deputado que apenas o autor pode retirar o projeto da Ordem do Dia.

Passamos ao 16º item da Ordem do dia.

Solicito à Sra. 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, que proceda à leitura do item.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Denise

REVISOR: Edson

HORA: 13:05 Nº: 0.44.4

DATA: 01*04.93

ORADOR:

(A Sra. 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, procede à leitura do seguinte:)

16) Discussão e votação do recurso nº 029/92, que "recorre contra a decisão terminativa da Comissão de Constituição e Justiça, sobre a Indicação nº 250/92 , que "sugere ao Poder Executivo do DF a construção de monumento do Cristo Ecológico na cidade-satélite de Sobradinho, na área em que especifica."

Autor: Deputado Padre Jonas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Em discussão.

Em votação.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: :

Denise

REVISOR:

Edson

HORA:

13h05

Nº:

0/44.5

DATA:

ORADOR:

1ª .04.93

Os Srs. Deputados que pronunciarem "sim" estarão aprovando o recurso nº 029/92; os que pronunciarem "não" estarão rejeitando.

Solicito . a Sra. 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, proceda à chamada dos Srs. Deputados.

(~~Procede-se à chamada.~~)

S/lúcia



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: LÚCIA

REVISOR: NEY

HORA: 13:10 Nº: 0-45/2

DATA: 01/04/93

ORADOR: Pres. Rose Mary Miranda

A SRª PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - O Recurso nº 029, de autoria do Deputado Padre Jonas está rejeitado com 12 votos contrários e 03 abstenções, houve 09 ausências.

Com a palavra o Deputado Wasny de Roure, para declaração de voto.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador) - Srª Presidente, votei contra porque a vulgarização de símbolos religiosos prejudica a compreensão dos vários segmentos ^{sociais} que têm percepções distintas e até mesmo antagônicas. Por entender que esta Casa não deve legislar matérias concernentes a questões religiosas e morais, optei pela rejeição.

A SRª PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Passemos ao 17º Item da Ordem do Dia.

Solicito à Srª 1ª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, que proceda à leitura do, mesmo.

~~(A Srª 1ª Secretária, Lúcia Carvalho, procede à leitura do seguinte:)~~

17) Discussão e votação do Recurso nº 030/92, que "Recorre contra a decisão da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao PL nº 103/91 que "Autoriza o Executivo a instituir no sistema de transporte coletivo do DF o "Passe do Desempregado" e dá outras providências, de autoria do Dep. Agnelo Queiroz"

Autor: Dep. Agnelo Queiroz e outros.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: LÚCIA

REVISOR: NEY

HORA: 13:10 Nº: 0-45/3

DATA: 01/04/93

ORADOR: Pres. Rose Mary Miranda

A SRª PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Em discussão. ~~(Pausa).~~

Em votação. Os Srs. Deputados que pronunciarem "sim" estarão sendo favoráveis ao recurso do Deputado Agnelo Queiroz; os que pronunciarem "não" estarão contrários ao recurso do Deputado Agnelo Queiroz.

Solicito a Srª Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, que proceda à chamada dos Srs. Deputados.

~~(Procede-se à chamada).~~



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: LÚCIA

REVISOR: NEY

HORA: 13:10 Nº: 0-45/5

i) ATA: 01/04/93

ORADOR: Pres. Rose Mary Miranda

A SRª PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - O REcurso nº 030, de
Autoria do Deputado Agnelo Queiroz, está rejeitado com 11 votos contrários,
01 voto favorável e 03 abstenções; tyouve 09 ausências.

Com a palavra o Deputado Wasny de Roure, para declaração de
voto.

SEGUE SABÁ.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Sabá

REVISOR: Ney

HORA: 13h15 Nº: 0/46.1

DATA: 01.04

ORADOR:

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, votei "sim" porque entendo que se lutamos por uma política de emprego temos de dar alguns instrumentos de sobrevivência aos desempregados e entendo que isso representa uma prioridade em uma sociedade como a nossa. Como tinha um projeto bastante semelhante, diferenciando ^{pois} apontava ^{as} fontes de recurso, votei "sim" com o Deputado Agnelo Queiroz, porque entendo que a matéria é pertinente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Há expediente sobre a ^{Salvador} mesa. ^{Miranda} Convido a Sra. Secretária a ^{apresentar} fazer a leitura do mesmo.

(~~A Sra. Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, procede à leitura do seguinte.~~)

Senhor Presidente

Requeremos a V. Ex.^a a
 não realização de férias e suspensão
 dos serviços administrativos da Casa
 na 5^a feira Santa, nos termos requeridos.

Data do requerimento, 1/4/83

~~At Gilson~~

~~Guy erwig~~ PT

~~Radu~~

~~Paulo~~

~~Amor Carvalho~~
PT

~~Francisco~~

~~Alotah~~ ~~Call A DFT~~

~~12/15~~ ~~Paulo~~

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Lido em

1/4/93

NOTA

O Distrito Federal foi palco no último dia 23 de maio, de um lamentável episódio, que julgávamos já sepultado com o advento da democratização do nosso País, após mais de vinte anos de regime militar.

A luz do dia, capangas contratados pelo Administrador do Gama, Sr. César Lacerda, usando de falsa autoridade e abuso de poder, apreenderam mais de duzentos exemplares da edição nº 35, do jornal comunitário "Folha do Gama".

A motivação que levou o Administrador Regional do Gama a "determinar" a apreensão do Jornal, foi a cobertura jornalística feita pelo Jornal sobre a solicitação de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito, na Câmara Legislativa, para apurar denúncias de corrupção naquela Administração Regional.

A Federação Nacional dos Jornalistas já manifestou a sua indignação e exigiu das autoridades, providências que assegurem o livre exercício profissional e o direito do "Jornal Folha do Gama" continuar prestando serviços à opinião pública.

Igualmente, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal adotou o mesmo comportamento, exigindo providências contra tamanha ilegalidade.

Afigura-se contraditório, falar e defender, nos meios de comunicação, a prática de um governo com participação popular, onde todos possam expor suas reivindicações e, ao mesmo tempo, permitir que um administrador regional mantenha, arbitrária e ilegalmente, a prática de atos violentos que maculam a imagem do Distrito Federal, em todo o País.

Apreender jornais porque não gostou de uma de suas edições é um ato fora da lei, de triste e recente passado ditatorial, onde as liberdades públicas eram sinônimo de terrorismo.

Portanto, a consciência democrática brasileira não pode conviver com esta grave anomalia denunciada pelos jornalistas, fato merecedor do mais veemente repúdio da Câmara Legislativa do Distrito Federal e de todas as entidades e instituições que representam a garantia do funcionamento do regime democrático no Brasil.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Diante do exposto, a Câmara Legislativa do Distrito Federal manifesta seu mais expressivo REPÚDIO ao ato insano do Sr. Administrador do Gama, César Lacerda, ao apreender jornais em circulação no Distrito Federal. Solidariza-se, ainda, com o Jornal Folha do Gama, vítima da brutalidade praticada.

Dê-se conhecimento do teor da MOÇÃO, ao Ministro da Justiça, Governador do Distrito Federal, Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado da República, Procurador geral da República e Ministério Público do Distrito Federal.

Sala das Sessões, 01 de abril de 1993.

Agulo Anubio
WABNY
Rui Adolfo PPS
Lucia Barvalho PT
Márcio
Leon Fúlio - PT
Gerald Lagelo PT.
Eduardo PT



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Saba

REVISOR: Ney

HORA: 3h15 Nº: 46.5

J)ATA: 01.04

ORADOR:

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Passamos, ao 20º item da Ordem do Dia.

Convido a Sra. Deputada Lúcia Carvalho a assumir a Presidência dos nossos trabalhos.

~~(Assume a Presidência a Deputada Lúcia Carvalho.)~~

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Carvalho) →

[1) Discussão e votação, em 2º turno, em Regime de Urgência, do Projeto de Lei nº 684, de 1992, que "Concede Títulos de Cidadãos Honorários de Brasília ao Diretor Presidente do Jornal Correio Brasiliense, Dr. Paulo Cabral de Araújo e Ex-primeira dama do País, D. Sarah Kubistchek".

- Autor: Dep. Rose Mary
- , Relator: Dep. Maurílio Silva - CCJ

Em discussão a redação final. ~~(Pausa.)~~

Em votação.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis à redação final permaneçam

~~sentados -
como estão.~~

Está aprovado.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Sabá

REVISOR: Ney

HORA: 13h15 Nº: 46.6

PATA: 01.04

ORADOR:

3) Discussão, em 2º turno, 1ª dia, do Projeto de Lei nº 351/92, que "Autoriza o Poder Executivo a criar Sistemas de Capacitação e Profissionalização de Pessoal para a área sócio-cultural".

Autor: Dep. Pedro Celso

Relatores: Dep. Geraldo Magela - CCJ

Dep. Wasny de Roure - CEOF

Dep. Maurílio Silva - CAS

Com a palavra o Deputado

Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, por não ter havido nenhuma emenda de 1º e 2º turno, peço a dispensa de leitura.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Carvalho) - Está acatada a ^{moção} ~~questão~~ de ordem. Submeto à votação da redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que forem a favor da Redação Final do Projeto de Lei nº 351, permaneçam ^{sentados} ~~como estão~~.

Está aprovada.

Passo a Presidência dos trabalhos à Deputada Rose Mary Miranda.

(Assume a Presidência a Deputada Rose Mary Miranda.)

A SRA. PRESIDENTE (ROSE MARY MIRANDA) - Convido o Deputado Gilson Araújo a nos auxiliar nos trabalhos da Mesa.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Sabá

REVISOR: Ney

HORA: 13:15 Nº: 0.46.7

DATA: 01.04.93

ORADOR:

Último item da ordem do Dia.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do mesmo.

O SR. SECRETÁRIO - Discussão e Votação da Redação Final do Projeto de Lei nº 336/92, que dispõe sobre o livre acesso dos Deputados Distritais aos estabelecimentos destinados ao cumprimento de penas criminais e dá outras providências. Autor: Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. PRESIDENTE(Rose Mary Miranda) -Em discussão.

Não havendo quem queira discutir passamos à votação simbólica.

Os Deputados que votarem pelo "sim" permaneçam sentados.

Está aprovado.

Apenas gostaria de pedir a atenção dos nobres Pares. O nosso Regimento no seu art. 120, § 2º, diz o seguinte: " As deliberações do Plenário sobre requerimentos ocorrerão na mesma sessão de sua apresentação, salvo quando o regimento determinar o contrário."

Portanto, colocaremos em votação agora a moção que já foi lida.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura do requerimento.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Sabá

REVISOR:

HORA: 13:15 Nº: 0.46.7A

DATA: 01.04.93

ORADOR:

(~~A Ora. Secretária, Deputada Lúcia Carvalho, procede à~~
~~seguinte leitura:~~)

Senhor Presidente

Resumo a V. Ex^a a
na realização de férias e suspensão
dos serviços administrativos da Casa
na 3ª feira Santa, nos termos representados.

Sala de sessão, 1/4/83

AB Gilson
Adrião

Guy Pereira PT

João Carneiro
PT

João P. L.

João Carlos
Abelton

Call A. D. T.
Paula



CÂMARA LEGISUTIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Sabá

REVISOR: Ney

HORA: 13:15 Nº: 0.46.9

DATA: 01 04 93

ORADOR:

A SRA. PRESIDENTE (ROSE MARY MIRANDA)- Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada dos Srs.

Deputados.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Ivi

REVISOR: Lizete

HORA: 13h20 Nº: 47.2

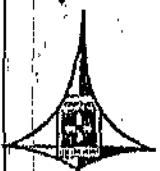
DATA: 01.04

ORADOR:

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - O Requerimento
está aprovado com 13 votos "sim", houve 11 ausências.

Esta Presidência convoca os Srs. Deputados para a sessão
extraordinária, a realizar-se às 17 horas . de hoje, com a seguinte

Ordem do Dia:



CAMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ORDEM DO DIA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIADE 01/04/93 ÀS 17h HORAS

1) Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 681/92 que "autoriza o Poder Executivo a conceder remissão de imposto sobre serviços em relação as obras realizadas para o poder público e dá outras providências".] ,

Autor: Dep. Tadeu Roriz

Relatores: Dep. Cláudio Monteiro - CCJ

Dep. José Ornellas - CEOF

Dep. Jorge Cauhy - CAS

2) Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 758, de 1993, que "Cria Órgãos na Estrutura das Administrações Regionais e dá outras providências". (Mens. nº 021/93 - GAG/DF)

Autor: Executivo Local

Relatores: Dep. Fernando Naves - CCJ

Dep. Carlos Alberto - CEOF

Dep. Padre Jonas - CAS

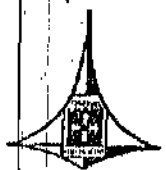
3) Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 759, de 1993, que "Cria a Subsecretaria de Defesa do Consumidor PROCON na estrutura da Secretaria de Governo do Distrito Federal e dá outras providências", apensado ao Pl nº 653, de 1992, que "Autoriza o Governo do Distrito Federal a criar a Coordenadoria de Defesa do Consumidor do DF, e dá outras providências".

Autor: Executivo Local

Relatores Dep. Tadeu Roriz - CCJ

Dep. Aroldo Satake - CEOF

Dep. José Edmar - CAS

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

OBS: APensamepto efetuado por força do Requerimento nº 1335, de 1993, de autoria da Deputada Rose Mary Miranda, com base no art. 107 iv. combinado com o art; 1'28 ambos do Regimento Interno.

04) Discussão e votação, em 1º turno, no Projeto de Decreto Legislativo nº 035/93, que "Delega ao Governador do DF a fixação , do percentual de reajuste a ser concedido aos servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do. DF".

Autor: Dep. Edimar Pireneus

05) Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 697, de 1992, que "Aprova as Normas de Edificação, Uso e Gabarito NGB 99/92, para o Setor de Habitações individuais Norte - SHIN, Estrada Parque Península Norte".

Autor: Executivo Local

Relator: Dep. Manoel de Andrade - CGJ.

Dep. Maria de Lourdes - CEOF

Dep. Salviano Guimarães - CAS

06) Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 762, de 1993, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial ao Orçamento Fiscal do Distrito Federal para o exercício de 1993, até o limite de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros)" (Mens. nº 025/93 - GAG/DF)

Autor: Executivo Local

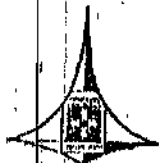
Relatores: Dep. Maurílio Silva - CCJ

Dep. Wasny de Roure - CEOF

Dep. Eurípedes Camargo - CAS

07) Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 761, do 1993, que "Desafeta área pública e autoriza permuta" (Mens. nº 024/93 - GAG).

Autor: Executivo Local



CÂMARA LEGISLATIVA pp DISTRITO FEDERAL

Relatores: Dep. Fernando Naves - CCJ
Dep. José Ornellas - CEOF
Dep. Pedro Celso - CAS

8) Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 779, de 1993, que "Altera o art. 19 da Lei nº 353, de 19 de dezembro de 1992".

i Autor: Dep. Geraldo Magela,
í Relatores: Dep. Manoel Andrade - CCJ
[Dep. José Ornellas - CEOF
Dep. Salviano Guimarães - CAS

9) Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 143, de 1993, que "Cria o Comitê de Defesa do Distrito Federal".

Autor: Dep. Geraldo Magela

10) Discussão e votação, em 1º turno do Projeto de Lei nº 774, de 1993, que "Autoriza o Distrito Federal e a Fundação Hospitalar do Distrito Federal a celebrarem convênio com o Estado de Goiás e o Município de Padre Bernardo".

Autor: Executivo Local

Relatores: Dep. Maurílio Silva - CCJ
Dep. Mª de Lourdes Abadia - CEOF
Dep. Jorge Cauhy - CAS

10) Discussão e votação, em 12º turno, do Projeto de Lei nº 665, de 1992, que "Dispõe sobre classificação de Tarifas dos Serviços de Água e Esgoto do Distrito Federal e dá outras Providências".

Autor: Executivo Local

Relatores: Dep. Manoel Andrade - CCJ



CAMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Ivi

REVISOR: Lizete

HORA: 13:20 Nº: 47.6

DATA: 01.04.93

ORADOR:

11) Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº /93, que "Reestrutura as carreiras que menciona, fixa e altera os; valores dos respectivos vencimentos, e dá outras providências".

Autor: Executivo Local (Mens. nº 39/93-GAB)

12) Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº /93, que "Altera os valores das retribuições que menciona e dá outras providências".

Autor: Executivo Local (Mens. nº 040/93-GAB)

13) Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº /93, que "Reestrutura a carreira Apoio às Atividades Jurídicas, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, criada pela Lei nº 43, de 19 de setembro de 1989, e dá outras providências".

Autor: "Executivo Local (Mens. nº 041/93- GAB.)

14) Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 792, de 1993, que "Autoriza o Governo do Distrito Federal a alienar os imóveis que especifica".

Autor: Executivo Local.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

~~(Levanta-se a sessão.)~~